



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Educação

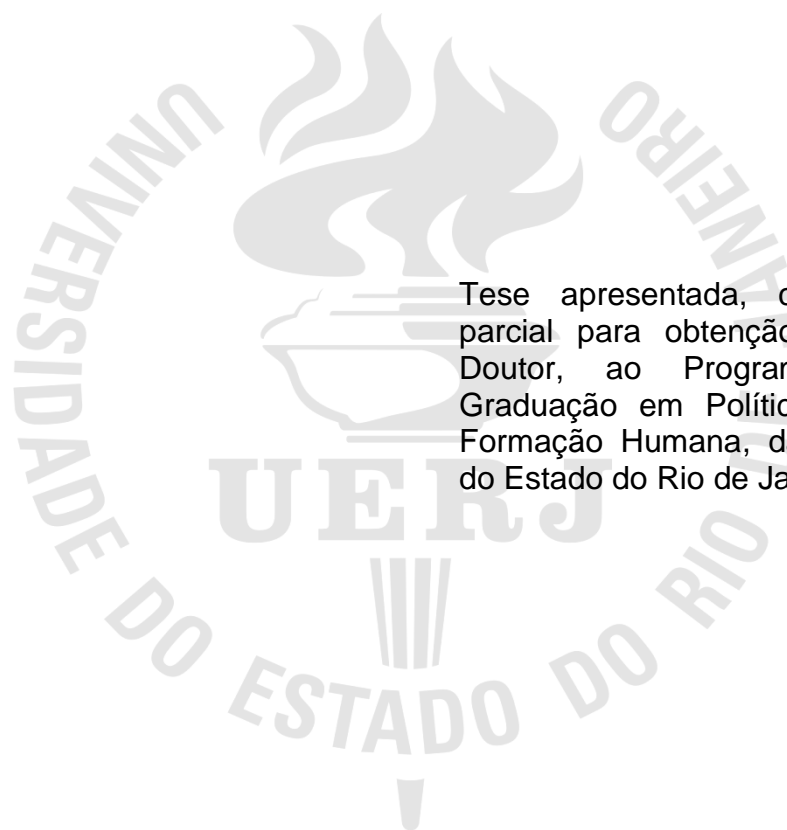
Mauro Roque de Souza Junior

**A Fundação Educar e a Extinção das  
Campanhas de Alfabetização de Adultos no Brasil**

Rio de Janeiro  
2012

Mauro Roque de Souza Junior

**A Fundação Educar e a Extinção das  
Campanhas de Alfabetização de Adultos no Brasil**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Vanilda Pereira Paiva

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S729 Souza Junior, Mauro Roque de.

A Fundação Educar e a extinção das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil / Mauro Roque de Souza Junior. – 2012.

205 f.

Orientadora: Vanilda Pereira Paiva.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação.

1. Educação – Políticas públicas - Brasil – Teses. 2. Alfabetização de adultos - Brasil – Teses. 3. Educação – História – Brasil – 1985-1990. 4. Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Brasil). I. Paiva, Vanilda Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

rc

CDU 37.014.5

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese.

---

Assinatura

---

Data

Mauro Roque de Souza Junior

**A Fundação Educar e a Extinção das  
Campanhas de Alfabetização de Adultos no Brasil**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 30 de julho de 2012.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanilda Pereira Paiva (Orientadora)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Deise Mancebo  
Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lilian Maria Paes de Carvalho Ramos  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana de Amorim Nóbrega  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rogéria da Silva Martins  
Universidade do Estado de Minas Gerais

Rio de Janeiro

2012

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Mauro e Sebastiana.

*in memoriam*

## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela vida e pelas oportunidades de crescimento espiritual e humano;

À Professora **Vanilda Paiva**, orientadora amiga e paciente, sempre segura, atenciosa e competente;

À **Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior** (CAPES), pela Bolsa de Estudos;

Ao companheiro e irmão de vida, **Célio Alves Espíndola**, pela leitura atenta e sugestões;

Aos professores **Luciana de Amorim Nóbrega** e **José Angelo Ribeiro Moreira**, Diretora e Vice-Diretor do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo carinho e disponibilidade em ajudar sempre;

À amiga e colega do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, **Andréa Nascimento Silva**, pela generosidade e carinho;

Aos professores e técnico-administrativos do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, pela dedicação e atenção sempre dispensadas;

Aos servidores da Coordenação de Documentação e Gestão de Processos do Ministério da Educação, em especial **Maire Andrade de Freitas** e **Gilberto José de Oliveira Vaz**, e os do Arquivo Histórico do INEP, **Leonardo Ruas Correia** e **Wellinton Ferreira Santos**, por toda atenção disponibilizada durante a pesquisa de campo, realizada em Brasília/DF;

Às servidoras da Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora/MG, **Déa Rocha de Abreu**, da Assessoria dos Conselhos, e **Elisângela Esteves Mendes**, da Supervisão de Arquivo e Memória do Departamento de Gestão da Informação, pela atenção em disponibilizar dados acerca das atividades realizadas no município através de recursos da Fundação Educar;

À **Miriam Gomes de Freitas**, pela tradução do resumo da tese.

Aos amigos **Claudia Nanci Soares**, **Flávia de Souza Barbosa Gonçalves Simão**, **Rita de Cássia Hasters**, **Dioclécio Siqueira de Araújo**, **Diogo dos Reis Duarte**, **Cely dos Santos Vianna**, **Daise Ferreira Diniz**, **Neuza Maria da Silva**, **Mônica Moreira da Silva**, **Esmeralda Maria Barbosa Oliveira Lima**, **Zuleika**

***Souza Pereira e colegas servidores técnico-administrativos do Instituto Três Rios da UFRRJ***, pelo carinho, paciência e atenção em todos os momentos da elaboração da tese.

Confesso que não tive a curiosidade necessária para saber quais e como foram desenvolvidos os trabalhos da Fundação, nem como ela deixou de existir. Vale uma tese. Ou melhor, o período posterior à extinção do MOBRAL merece pelo menos duas grandes teses que tragam clareza sobre os programas desenvolvidos pela Fundação Educar e, mais tarde, pela Alfabetização Solidária.

*VANILDA PAIVA*

A Fundação Educar cuida, durante o ano, de 300 mil adultos, quando os analfabetos do país estão em torno de trinta milhões, ou seja, ela se ocupa de 1% deles. Então, não se está fazendo nada.

*PEDRO DEMO*



## RESUMO

SOUZA JUNIOR, Mauro Roque. **A Fundação Educar e a extinção das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil**. 2012. 205f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Esta pesquisa tem como objeto a trajetória da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar), bem como o que levou a extinção das campanhas de alfabetização no Brasil. A história da Fundação Educar não está somente inscrita nas contradições da Nova República; ela é, igualmente, o fechamento de um grande ciclo na história da educação brasileira que envolve a ampliação e democratização das oportunidades de escolarização primária desde os anos de 1940 e supostamente encerrada em 1990, e no esforço de alfabetização de jovens e adultos através de campanhas iniciadas também na década de 1940 e extintas com a Fundação Educar. O objetivo principal desta pesquisa é analisar as ações da Fundação Educar, entre os anos de 1985 e 1990, buscando perceber e compreender o motivo/razão da transformação da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em Educar, os processos de implantação de projetos de alfabetização por todo o País, o porquê sua extinção no dia da posse do Presidente Fernando Collor e como se deu o fim das campanhas de alfabetização de jovens e adultos no Brasil. Dada a complexidade na realização desta pesquisa, optou-se por uma metodologia de cunho qualitativo, a partir de levantamento de informações primárias e pesquisa bibliográfica; por fim, foram coletados depoimentos, utilizando os recursos e possibilidades de uma entrevista aberta, os quais foram analisados com base na teoria da Análise do Conteúdo. Concluiu-se que a extinção da Fundação Educar, bem como das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil, ocorreu devido ao desmantelamento do Estado no Governo Collor, além de que interesses político-eleitoreiros na alfabetização de jovens e adultos encerraram-se com a promulgação da Constituição de 1988, a qual permite o analfabeto a votar.

Palavras-chave: Fundação Educar. Educação de adultos. Políticas públicas.

## ABSTRACT

This research aims at analyzing the trajectory of the National Foundation for Youth and Adult Education (*Educar*), as well as the reasons that led to the extinction of adult literacy campaigns in Brazil. The history of the *Educar* Foundation is not only inscribed in the contradictions of the New Republic, it is also the closing of a major cycle in the history of Brazilian education that involves the expansion and democratization of opportunities for primary education since the 1940s. This cycle supposedly closed in 1990, and the effort of youth and adult literacy through campaigns, that started well in the 1940s, was extinguished with the *Educar* Foundation. The main objective of this research is to analyze the actions of the *Educar* Foundation between the years 1985 and 1990, seeking to realize and understand the causes / reason why have happened the transformation of the Brazilian Literacy Movement Foundation (Mobral) into *Educar*. It also addresses the processes of implementation of literacy projects throughout the country, and the reasons for its extinction on the day of inauguration of President Fernando Collor, leading to the end of literacy campaigns for youth and adults in Brazil. Due to the complexity in the theme, we chose a qualitative methodology based on a survey of primary information and literature. Also statements were collected, using the resources and possibilities of an open interview, which were analyzed based on the theory of Content Analysis. We concluded that the extinction of the *Educar* Foundation, as well as all other adult literacy campaigns in Brazil, was due to the **dismantling** of the state during the Collor administration. We also point out that the political and electoral interests in youth and adult literacy ended up with Constitution of 1988, which allows the illiterate to vote.

Keywords: *Educar* Foundation. Adult education. Public politics.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação da Educação nos Recursos Globais do Finsocial .....	68
Tabela 2 - População Residente Projetada e Distribuição das Pessoas Analfabetas de 15 anos ou mais de idade .....	70
Tabela 3 – Jovens e Adultos atendidos nos programas da Fundação Educar (1986-1989) .....	82
Tabela 4 – Jovens e Adultos atendidos nos programas da Fundação Educar, 1986-1989, segundo as Grandes Regiões .....	83
Tabela 5 – Jovens e Adultos atendidos nos programas da Fundação Educar, 1986-1989 – Região Centro-Oeste .....	84
Tabela 6 – Jovens e Adultos atendidos nos programas da Fundação Educar, 1986-1989 – Região Nordeste .....	90
Tabela 7 - Projeto Tempo Natural de Erradicação do Analfabetismo no Nordeste (em anos) .....	91
Tabela 8 – Jovens e Adultos atendidos nos programas da Fundação Educar, 1986-1989 – Região Norte .....	98
Tabela 9 - Jovens e Adultos atendidos nos programas da Fundação Educar, 1986-1989 – Região Sudeste .....	101
Tabela 10 - Jovens e Adultos atendidos nos programas da Fundação Educar, 1986-1989 – Região Sul .....	105
Tabela 11 - Classes e Alunos Conveniados pela Fundação Educar – 1986, por Grandes Regiões e Brasil (em %) .....	112
Tabela 12 - Classes e Alunos da 1ª Etapa do Programa de Educação Básica conveniados pela Fundação Educar – 1986, por Grandes Regiões e Brasil (em %) .....	113
Tabela 13 - Obras do Curso de Correspondência para Capacitação de Professores de Educação Básica de Jovens e Adultos, por título e autores .....	122
Tabela 14 - Material Didático publicado pela Fundação Educar, por título e autores .....	124
Tabela 15 - Folhetos publicados pela Fundação Educar, por título e autores .....	125
Tabela 16 - Jovens e Adultos atendidos por Programas da Fundação Educar, 1986-1988, por Regiões e Unidades da Federação (em %) .....	126

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AlfaSol	Alfabetização Solidária
AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-Social
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DNE	Departamento Nacional de Educação
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
Educar	Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FAS	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
Finsocial	Fundo de Investimento Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
Funarte	Fundação Nacional de Artes
GI	Grupo Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MLT	Movimento de Luta pela Terra
Mobral	Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização
OEA	Organização dos Estados Americanos

ONU	Organização das Nações Unidas
PAF	Programa de Alfabetização Funcional
PEI	Programa de Educação Integrada
PIB	Produto Interno Bruto
PDS	Partido Democrático Social
PEB	Programa de Educação Básica
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAC	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNDNR	Programa Nacional de Desenvolvimento da Nova República
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEE/MG	Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
Unesco	Órgão das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1	<b>DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA</b> .....	20
1.1	<b>O Problema e as Etapas da Pesquisa</b> .....	20
1.2	<b>Procedimentos Metodológicos</b> .....	22
1.2.1	<u>Revelando o Campo Empírico</u> .....	22
1.2.2	<u>Fontes de Investigação e Referências Metodológicas</u> .....	24
1.2.3	<u>Perfis dos Entrevistados</u> .....	24
1.3	<b>Instrumentos de Coleta e Análise de Dados</b> .....	26
2	<b>OS MOVIMENTOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL E A INFLUÊNCIA DA UNESCO NAS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS</b> .....	31
2.1	<b>A Unesco e as Campanhas de Alfabetização antes de 1964</b> ..	31
2.2	<b>O Mobral, um marco do Regime Militar</b> .....	38
2.3	<b>A Redenominação do Mobral e os Documentos Legais da Fundação Educar</b> .....	49
3	<b>O DISCURSO DA RENOVAÇÃO E AS PRÁTICAS DO PASSADO: a Fundação Educar no contexto da Nova República</b> .....	53
3.1	<b>A Nova República e o Governo “Tudo pelo Social”</b> .....	53
3.2	<b>Políticas Públicas e Educação</b> .....	63
3.3	<b>A Educação de Pessoas Adultas</b> .....	69
3.4	<b>Os Princípios Norteadores</b> .....	76
3.5	<b>O Programa de Educação Básica</b> .....	79
3.6	<b>As Especificidades Regionais e os Planos de Ação</b> .....	82
3.6.1	<u>A Região Centro-Oeste</u> .....	84
3.6.2	<u>A Região Nordeste</u> .....	90
3.6.3	<u>A Região Norte</u> .....	97
3.6.4	<u>A Região Sudeste</u> .....	101
3.6.5	<u>A Região Sul</u> .....	105

3.7	<b>Das Propostas às Atividades Desenvolvidas .....</b>	109
3.8	<b>O Curso de Pedagogia em Recife .....</b>	119
3.9	<b>O Projeto Verso e Reverso .....</b>	120
3.10	<b>As Publicações .....</b>	122
3.11	<b>Sobre o Número de Jovens e Adultos atendidos pela Fundação Educar .....</b>	126
3.12	<b>A Extinção .....</b>	127
4	<b>DE LEMBRANÇAS E DE VOZES: A gestão da Fundação Educar .....</b>	129
5	<b>TESES ACERCA DA EXTINÇÃO DAS CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS .....</b>	164
5.1	<b>O Analfabeto agora é Eleitor .....</b>	164
5.2	<b>O Desmantelamento do Estado no Governo Collor .....</b>	171
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	176
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	181
	<b>ANEXO A – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido dos Entrevistados .....</b>	187
	<b>ANEXO B – Modelo de Convênio entre a Fundação Educar e as Instituições .....</b>	188
	<b>ANEXO C – Modelo do Projeto de Educação Básica .....</b>	194

## INTRODUÇÃO

A história da vida profissional de um sujeito pode ser marcada por uma experiência singular, mesmo quando determinada prática ou vivência não tenha sido referenciada em sua formação acadêmica. Sou Licenciado em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora e por quase uma década fui professor de Língua Portuguesa em turmas regulares do Ensino Fundamental (antigas 5ª à 8ª séries) e Ensino Médio, especialmente na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Devido a uma política implantada pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) - que tinha como objetivo principal amenizar as dificuldades encontradas e comprovadas quanto ao acesso e a permanência dos alunos nas então onze séries da Educação Básica - tive minha primeira experiência como docente em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Por essa experiência com a EJA em Minas Gerais e a falta de profissionais especializados nesta área na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), - instituição em que fui Professor entre 2001 e 2009 - fui convidado para coordenar um Curso de Alfabetização de Adultos, uma das ações dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária no extremo sul da Bahia, de bandeira do Movimento de Luta pela Terra (MLT), com um total de 20 turmas e beneficiando 400 pessoas adultas analfabetas. Esse trabalho desenvolvido junto ao MLT produziu mais frutos, tais como a implantação de curso de escolarização referente aos primeiros anos do Ensino Fundamental (Projeto Pé na Estrada) e o Curso Técnico Integrado em Agropecuária Sustentável, em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, ambos financiados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). A experiência como coordenador desses cursos, todos na modalidade de EJA e oferecidos aos assentados e assentadas da Reforma Agrária, associada ao meu interesse no levantamento histórico das políticas públicas de educação de adultos no Brasil, despertou meu interesse por pesquisar sobre o tema em questão no Curso de Mestrado em Educação e Contemporaneidade na UNEB, bem como apresentar alguns trabalhos em eventos da área de Educação.



Já no curso de doutoramento e na elaboração desta tese, contando com a experiência da Professora Doutora Vanilda Paiva, seguindo minha história profissional e interesse pela pesquisa histórica, definimos que o objetivo principal dessa pesquisa seria analisar as ações da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar), entre os anos de 1985 e 1990, buscando perceber e compreender o motivo/razão da transformação da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em Educar, os processos de implantação de projetos de alfabetização de adultos por todo o país, o porquê sua extinção no dia da posse do Presidente Fernando Collor e como se deu o fim das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil.

O ano de 1985 foi extremamente marcante para a História do Brasil republicano, por ter registrado o fim do governo militar ditatorial, após duas décadas de regime de exceção, e o início de um governo civil que tinha como compromisso a reconstrução democrática do País. Fatores diversos marcaram este ano, como a doença e a morte do presidente eleito, Tancredo Neves, a controversa posse do vice-presidente como Presidente do Brasil, José Sarney, e os intensos debates a respeito da convocação de uma Assembleia Constituinte. Sem dúvida, o Brasil clamava por mudanças político-sociais, por liberdade de expressão, por direitos individuais e sociais purgados durante o regime militar. Na área da educação, o Brasil também apresentava uma intenção de buscar políticas que atendessem as necessidades e especificidades dos ensinos fundamental, médio e superior e, também, às diversas modalidades de ensino existentes.

Com o golpe militar de 1964, as políticas de educação popular que se haviam multiplicado por todo o país passaram a ser vistas como uma grave ameaça à ordem, chegando a quase desaparecer. Alguns programas e projetos funcionavam de forma clandestina nas cidades. Seus promotores, idealizadores e defensores foram reprimidos, presos e todo o material que seria ou estava sendo utilizado, apreendido. O Mobral foi criado pela ditadura militar em 15 de Dezembro de 1967, através da Lei nº 5.379, dando prosseguimento às campanhas de alfabetização de adultos, iniciadas por Lourenço Filho, mas como viés ideológico diferenciado. Já naquela época, as campanhas, de uma forma geral, eram dadas como um fracasso, tendo em vista a comprovação que esse tipo de movimento só obtinha êxito nos primeiros cinco anos, depois de ter

atendido a demanda reprimida de adultos analfabetos, observando-se, posteriormente, os elevados índices de analfabetismo por desuso entre os alfabetizados. Por isso, a Unesco, organismo das Nações Unidas, passou a recomendar, a partir da década de 1960, que as políticas de alfabetização fossem direcionadas a pequenos grupos de adultos inseridos em estruturas produtivas que demandavam o domínio da leitura e da escrita. Mesmo assim, o governo brasileiro e o do Irã lançaram amplas campanhas de alfabetização. No caso brasileiro, o Mobral foi implantado como forma de controle do campo à época da guerrilha rural e de popularização do governo militar, sendo sua forma de implantação claramente nascida nos meios militares. Tornou-se um instrumento de escuta em todo o país e responsável por grandes quantidades de recursos financeiros no interior, o que contribuiu para a monetarização das relações. Além disso, o Mobral foi capaz de multiplicar os votos para candidatos da ARENA, então partido do governo ditatorial. Nos quase vinte anos de existência, o Mobral ampliou-se em múltiplas direções - algumas contraditórias - não restringindo-se à alfabetização de adultos. O surgimento de novas concepções, propostas e ações para a alfabetização de adultos, as quais foram de encontro às ações propostas e em execução pelo Mobral, acrescidas à abertura política ocasionada pelo fim do regime militar, colocaram em dúvida as ações da Fundação, que acabou sendo extinta em 1985. Paiva (2003, p. 404) esclarece que a extinção do Mobral também foi um dos objetivos explícitos do programa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – partido político majoritário na época -, *“não apenas por sua cada vez mais precária efetividade, fato que o obrigava a mudar de clientela-alvo e mesmo de objetivos com o passar dos anos, mas também e principalmente por sua origem e percurso autoritário”*. A redefinição do Mobral foi colocada em execução na Nova República, produzindo um trauma sobre seu aparato técnico-administrativo e suas ramificações, mas visava voltar a servir aos seus primeiros objetivos.

Desta forma, o Governo José Sarney buscou romper com a imagem relacionada com a ideologia e as práticas do regime de exceção. Criada em 25 de Novembro de 1985, através do Decreto nº 91.980, a Fundação Educar estava subordinada ao Ministério da Educação (MEC), e não desenvolvia diretamente as ações educativas ligadas à alfabetização de adolescentes e adultos, mas exercia o papel de financiador e de supervisão dessas ações por todo País, através de

convênios com Secretarias de Educação e demais instituições que propunham e executavam seus projetos.

Diante disso, optamos, inicialmente, por realizar leituras acerca do tema proposto, bem como pesquisar o contexto político-social da segunda metade da década de 1980. Neste primeiro momento, pudemos constatar a inexistência de estudos acerca da Fundação Educar, o que, de certa forma, possibilitou-nos a inferir o descaso da comunidade acadêmica e científica com este momento da História da Educação Brasileira. Esses questionamentos possibilitaram-nos uma aproximação com os documentos oficiais e com sujeitos ligados à Educar. Para isso, foi necessário criar instrumentos de levantamento e compilação de dados e que estão aqui apresentados no item *1.2.1 – Revelando o Campo Empírico*, o qual constitui parte da metodologia desta pesquisa.

A partir do objetivo definido, constituímos como objeto desta pesquisa a implantação, a implementação e a extinção da referida Fundação. A relevância desta pesquisa pauta-se no objeto a ser investigado, uma vez que ainda não foi realizado nenhum estudo ou pesquisa, cujo objetivo tenha sido descrever, compreender e analisar as ações promovidas pela Fundação Educar. Os trabalhos científicos disponíveis sobre Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos que contemplem os últimos anos da década de 1980 são incipientes acerca da Educar. Esta pesquisa justifica-se a partir da necessidade de uma melhor compreensão de como se deu a relação entre as propostas para a educação de adultos e sua conexão com as concepções da época, relativas à educação de adultos, à educação popular, ao alfabetismo e letramento, incluindo aqui também como uma importante justificativa desta pesquisa. A inexistência de um estudo específico e aprofundado sobre a Educar, sucessora do Mobral, faz com que esta pesquisa possa ser significativa para estudos futuros sobre o tema. De forma sucinta, pode-se afirmar que a presente pesquisa pretende responder as seguintes questões acerca da Fundação Educar, as quais serão norteadoras dos rumos dessa investigação.

- (1) Como se deu e quais motivos levaram a transformação do Mobral em Fundação Educar?

- (2) Quais as concepções político-sociais e educacionais nortearam esse processo de transformação, bem como o processo de implementação das principais ações da Fundação Educar?
- (3) Como se processaram as ações da Fundação Educar durante sua existência, enquanto instituição financiadora da Educação de Jovens e Adultos no Brasil?
- (4) Qual a razão da extinção da Fundação Educar face a ausência de uma nova proposta de política pública de educação de jovens e adultos?
- (5) Por que depois da Educar o Brasil não criou ou investiu mais em campanhas de alfabetização de adultos?

A literatura sobre a passagem de um a outro Programa é tão exígua quanto sobre o desenvolvimento das atividades da Fundação Educar. Nós nos lançamos a este desafio com a perspectiva de que a história não diz respeito apenas ao “longo prazo” e aos movimentos que explicam o caminhar mais amplo da humanidade, como nos servem de exemplo os grandes historiadores do início do século XX, como Fernand Braudel e Marc Bloch. Estamos lidando com um pequeno movimento concreto e quase desconhecido, cujo conhecimento exige pesquisa histórica primária nos arquivos ainda existentes e interlocução com pessoas que viveram aquele determinado momento. Portanto, este trabalho se inscreve no movimento de concentração sobre os detalhes e ações políticas e educacionais da segunda metade da década de 1980.

No entanto, a história da Fundação Educar não está somente inscrita nas contradições da Nova República. Ela é, igualmente, o fechamento de um grande ciclo na história da educação brasileira que envolve a ampliação e democratização das oportunidades de escolarização primária desde os anos de 1940 e supostamente terminada nos anos de 1990, e no esforço de alfabetização de jovens e adultos através de campanhas que se iniciam também na década de 1940 e que extinguem com a Fundação Educar. Este amplo ciclo é, no seu conjunto, a história brasileira da democratização ampla da educação fundamental

no pós-II Guerra Mundial e acompanha um movimento planetário de difusão da educação que ainda segue o seu curso, mas que marca especialmente a segunda metade do século passado.

Dada a complexidade na realização desta pesquisa, optamos por uma metodologia que possibilitasse levantar e analisar as ações da Fundação Educar e a sua extinção, buscando compreender o porquê, neste mesmo momento, da extinção do ciclo das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil. O levantamento dos documentos legais norteadores da Educar foi o fio condutor para uma revisão bibliográfica, escolha dos entrevistados e análise deste trabalho. A entrevista com os sujeitos ligados à Fundação possibilitou uma melhor compreensão dos fatos e ações aqui apresentadas, levando a uma maior possibilidade de reflexões que permita ampliar os horizontes da História da Educação Brasileira.

Esta pesquisa foi desenvolvida numa perspectiva de investigação de cunho qualitativo. Inicialmente, foi feito o levantamento de informações primárias acerca da Fundação Educar. Num outro momento, realizamos uma pesquisa bibliográfica acerca do contexto sociopolítico e educacional, na qual pretendemos reconstruir o período histórico da Nova República, bem como o pensamento social, a fim de obter informações que levasse a uma contribuição efetiva às análises dos dados coletados acerca da Fundação. Por fim, foram coletados depoimentos, utilizando os recursos e possibilidades de uma entrevista aberta, junto aos sujeitos que participaram no desenvolvimento da gestão da Fundação Educar. Todas as informações coletadas foram analisadas tendo como referencial a Análise do Conteúdo.

Importante ressaltar que esta pesquisa está integrada à Linha de Pesquisa “Formação Humana e Cidadania” do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação da Professora Doutora Vanilda Pereira Paiva, a qual “dedica-se ao estudo e à pesquisa das políticas públicas instituídas e de suas implicações nos processos de subjetivação e de socialização humana e na ampliação da esfera dos direitos sociais, condições de cidadania e democracia efetivas”.

## 1 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

*O pesquisador, ao mesmo tempo mais modesto e ambicioso do que o curioso pelos exotismos, objetiva apreender estruturas e mecanismos que, ainda que por razões diferentes, escapam tanto ao olhar nativo quanto ao olhar estrangeiro.*

Pierre Bourdieu

### 1.1 O Problema e as Etapas da Pesquisa

Desde a década de 1940, o Brasil vinha investindo em campanhas de alfabetização de jovens e adultos, tendo tido o Mobral como um de seus mais importantes movimentos, a partir do final da década de 1960 até o fim do regime militar. Com a Nova República, não existia uma nova proposta de alfabetização de adultos, mas somente a proposição da extinção do Mobral, pois a clientela era exígua depois de passados tantos anos de Campanhas. Então, foi proposta uma política educacional para atender a clientela de adultos analfabetos, remodelando o que vinha sendo feito no governo ditatorial e tanto criticado como ineficaz. No entanto, essa política durou até 1990, quando o Governo Collor em vez de ampliar as propostas de alfabetização, extinguiu a Fundação Educar, não criando nenhuma outra forma de investimento para esta modalidade de ensino. A atitude extremista do então Presidente Fernando Collor vai de encontro à Constituição Federal de 1988, a qual estende, no Inciso I do Artigo 208, o direito a “*oferta gratuita [de educação básica] para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria*”, embora, o mesmo texto constitucional transfere a responsabilidade do Ensino Fundamental para os Estados e Municípios (§ 2º, Art. 211). Desta forma, e ao mesmo tempo em que a Unesco estabelece o ano de 1990 como Ano Internacional da Alfabetização, estados e municípios brasileiros deixaram de receber recursos federais exclusivos para o desenvolvimento de

ações educativas para a alfabetização de pessoas jovens e adultas e passam a se responsabilizar por este atendimento educacional específico.

É a partir deste contexto que esta pesquisa se desenvolve, buscando compreender como se deu o processo de redenominação do MOBREAL em Educar, buscando levantar e analisar os motivos que levaram o governo federal a tomar esta atitude, bem como os meandros da implantação e implementação desta nova política de financiamento de ações educativas específicas para a educação de pessoas adultas, culminando com sua extinção e das campanhas de alfabetização. O exíguo conhecimento sobre esses fatos estabelece o problema da pesquisa desta tese: Como se processou a implantação da Educar e por que sua extinção também determinou o fim das campanhas de alfabetização de jovens e adultos no Brasil?

Para tanto, foram estabelecidas três etapas para a realização da pesquisa, que, por sua vez, se subdividem em fases de investigação. As etapas e as fases foram definidas com o objetivo de melhor orientar o desenvolvimento desta pesquisa.

A primeira etapa consistiu numa pesquisa teórico-bibliográfica, a partir de autores que tenham se dedicado aos estudos sobre Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular, Políticas Públicas e Nova República, bem como de documentos referentes à Fundação Educar. Para a consecução desta etapa, dividiremos em duas fases: (1) seleção bibliográfica, leitura e fichamento referente às políticas públicas de educação, educação de jovens e adultos, Fundação Educar, para construção do referencial teórico de análise; (2) levantamento, organização e análise das obras referentes ou publicadas pela Fundação Educar nas bibliotecas universitárias brasileiras, no MEC, INEP e CAPES, para conhecimento das diretrizes norteadoras da Fundação.

A segunda etapa consistiu na reconstrução histórica das ações efetivamente implementadas e desenvolvidas pela Fundação Educar no Brasil. Para tanto, esta etapa será realizada em três fases: (1) levantamento dos principais projetos de alfabetização de pessoas adultas financiados; (2) entrevista com sujeitos que vivenciaram as ações da Fundação; (3) análise das informações coletadas, tendo como referencial a Análise do Conteúdo.

Na última etapa, analisamos as ações implementadas com o apoio da Fundação Educar, por meio da aplicação dos pressupostos teóricos e conceitos

elaborados. Aqui duas fases serão necessárias: (1) aproximação das diretrizes da Fundação Educar e os momentos de implantação das ações; (2) registro de possíveis divergências após análise comparativa entre os resultados obtidos nas demais etapas.

## **1.2 Procedimentos Metodológicos**

### **1.2.1 Revelando o Campo Empírico**

Escolher a Fundação Educar como tema deste projeto foi aceitar, conscientemente, as dificuldades que teria no decorrer da pesquisa para ter acesso a documentos, textos, artigos, entre aqueles que norteiam o trabalho. A facilidade de pesquisar em sites especializados de busca na Internet não garantiu uma visão mais clara das ações desenvolvidas pela Fundação entre 1985 e 1990. Textos da área de políticas públicas e educação de jovens e adultos não forneceram subsídios suficientes para entender, inicialmente, os meandros que levaram o então Presidente José Sarney a redenominar o Mobral, nem como o também então Presidente da República, Fernando Collor, a extinguir a Educar. Focamos, então, nossa busca nas bibliotecas universitárias do País, a fim de “descobrir” o que elas guardavam sobre a Educar ou o que tenha sido publicado por ela. No período de 15 a 19 de Julho de 2009, realizamos uma pesquisa nos sites de Universidades, num total de 144 instituições, associadas ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Buscamos informações das instituições junto ao CRUB para garantir a qualidade de nosso trabalho, no sentido de que sabíamos que, naquele momento, não poderíamos “esquecer” esta ou aquela instituição de ensino superior. Para nossa surpresa, apenas 20 possuem em seu acervo, alguma obra publicada pela ou referente à Fundação Educar. Ao mesmo tempo que encontramos títulos relacionados à Educar, certificamos, mais uma vez, a dificuldade na consecução desta pesquisa, porque



os títulos estavam “espalhados” em universidades de norte a sul do Brasil<sup>1</sup>. Concomitante à busca dos títulos pelas instituições de ensino, buscamos, sem sucesso, contato junto ao MEC, a fim de buscar informações sobre o arquivo dos documentos da época. Os acessos ao Ministério através do telefone geral e mensagem eletrônica não funcionaram, ficando sem respostas. Paralelo a esta ação, tomamos conhecimento que os documentos da Educar estariam arquivados na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e no Colégio Pedro II; após várias ligações e mensagens eletrônicas tivemos a confirmação que nada estava arquivado nestas instituições.

Com a colaboração de uma servidora da Representação do MEC no Rio de Janeiro, enfim, conseguimos manter contato com a Coordenação de Documentação e Gestão de Processos do Ministério da Educação, em Brasília, onde fomos bem recepcionados e atendidos em nossa demanda. Nos meses de outubro e dezembro de 2010 tivemos acesso aos arquivos do MEC e do INEP. Infelizmente, os documentos não foram catalogados e a dificuldade em encontrar determinados documentos foi muito grande. Uma informação que merece registro foi repassada por um servidor do MEC há mais de 20 anos: quando o então Presidente Fernando Henrique Cardoso extinguiu as Delegacias do MEC nos Estados, os documentos lá arquivados foram transferidos para Brasília. Quando esses documentos chegaram em caminhões ao MEC, constatou-se que não houve uma preocupação das Delegacias em organizar tais documentos e muitos deles se perderam literalmente ao vento; pois, certa vez, ao abrir os baús dos caminhões muitos documentos “voaram pela Esplanada”. Essa informação foi muito importante, uma vez que demonstra o descaso com a conservação de dados e vários documentos sobre a Educar não foram encontrados nas mais de trezentas caixas de arquivo que lá estão em péssimo estado de conservação, com muita poeira, alguns mofados, quase todos amarelados e ainda servindo de lar e proteção aos escorpiões, muitos deles já encontrados por servidores do

---

<sup>1</sup> As obras da e sobre a Fundação Educar estão disponíveis nas seguintes instituições de ensino superior: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

MEC e do INEP, em prédios afastados quase 1 km aos fundos da Esplanada, junto à garagem de carros do Ministério. O prédio do MEC está interditado, pois sua laje pode desabar devido às infiltrações.

### 1.2.2 Fontes de Investigação e Referências Metodológicas

Para a realização desta pesquisa, as fontes de investigação constituíram-se com base na pesquisa bibliográfica e documental e nas entrevistas com os sujeitos envolvidos com a Fundação Educar, desenvolvida com base em materiais elaborados como livros e artigos, em documentos da Educar e na legislação pertinente. De uma forma geral, os documentos podem ser apresentados de diferentes formas, o que pode acarretar uma dificuldade quanto ao acesso aos mesmos. Devemos considerar, no momento da coleta de dados, o que Laville e Dionne atentam (1999, p. 167): “*os dados estão lá, resta fazer sua triagem, criticá-los, isto é, julgar suas qualidades em função das necessidades da pesquisa, codificá-los ou categorizá-los*”. Mais adiante, para os mesmos autores:

pode-se concluir que a coleta da informação resume-se em reunir os documentos, em descrever ou transcrever eventualmente seu conteúdo e talvez em efetuar uma primeira ordenação das informações para selecionar aquelas que parecem pertinentes. (LAVILLE, DIONNE, 1999, p.168).

Optamos por definir a primeira organização dos documentos utilizados na pesquisa em relação à Fundação Educar: (1) o contexto e o momento sócio-histórico; (2) as concepções de políticas públicas, analfabetismo e alfabetização de adultos; (3) os documentos norteadores da Educar; (4) as ações educativas financiadas pela Fundação; (5) as campanhas de alfabetização de adultos no Brasil.

### 1.2.3 Perfis dos Entrevistados

Durante a elaboração da proposta da pesquisa sobre a Fundação Educar, constatamos a necessidade de entrevistar sujeitos envolvidos com as ações educativas e gerencias da Instituição. Num primeiro momento, seis nomes foram levantados, considerando sua participação direta na administração da Fundação. No entanto, não conseguimos entrevistar a ex-presidente da Educar, Leda Tajra. As entrevistas foram semiestruturadas, a partir de um roteiro, uma vez que pretendíamos complementar as informações coletadas a partir da pesquisa documental e bibliográfica. Os sujeitos dessas entrevistas foram selecionados a partir de suas trajetórias e histórias de vida profissional, as quais revelaram seu envolvimento diretamente com as ações desenvolvidas pela Fundação Educar, no período de 1985 a 1990<sup>2</sup>. Ao concederem a entrevista, os entrevistados leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com as normas da Resolução nº 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde (Anexo A). A seguir, apresentamos um breve currículo dos sujeitos entrevistados:

- (1) **Vicente de Paulo Barreto** – Bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara e Livre Docente pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Presidente da Fundação Educar desde a sua criação até 25 de março de 1987. Atualmente é Professor Visitante da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor da Universidade Estácio de Sá e Professor Colaborador da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Consultor *ad hoc* do CNPq, da CAPES e da Faperj, nas áreas de Direito e Filosofia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e Professor da Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados.
- (2) **Maria Rosa Esteves** – Secretária Executiva da Fundação Educar. Atualmente trabalha na Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro.
- (3) **Eliane Ribeiro Andrade** – Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense - UFF, mestre em Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação-IESAE, da Fundação Getúlio Vargas - FGV e pós-graduada em

---

<sup>2</sup> Agendamos a entrevista com a Professora Leda Tajra para o dia 02 de Agosto de 2011, em sua residência em Brasília/DF. Recepcionado pelo porteiro do prédio, o mesmo nos informou que a filha de Leda estava adoentada, e , por este motivo a entrevista seria agendada para outro momento, o que não ocorreu.

Avaliação de Programas Sociais e Educativos pelo International Development Research Center e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Atualmente é professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-Unirio e professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. Trabalhou na Fundação Educar, entre 1985 e 1990, na função de Pesquisadora.

- (4) ***Maria Fernanda Rezende Nunes*** – Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1981), mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unirio e professora adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Trabalhou na Fundação Educar, entre 1985 e 1990, na função de Pesquisadora, onde também coordenou a elaboração do material didático de alfabetização e das séries iniciais do ensino fundamental.
- (5) ***João Carlos Barcelar Batista*** – Coordenador Estadual da Fundação Educar na Bahia no período de setembro de 1985 a julho de 1987. Atualmente é Deputado Estadual licenciado na Bahia, em seu segundo mandato. Exerce atualmente a função de Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Salvador, Bahia.

### **1.3 Instrumentos de Coleta e Análise de Dados**

Após a pesquisa nos sites das Bibliotecas das Universidades Brasileiras, privilegiando buscar dados em dissertações de mestrado ou teses de doutoramento, nas quais a Fundação Educar seja o tema de pesquisa. Apenas uma, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso está disponível no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. No caso de outras duas defendidas na Universidade

Federal do Espírito Santo (UFES) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) contamos com a colaboração de amigos a fim de adquirir cópia dos referidos trabalhos, uma vez que ao serem produzidas até 1993 não estavam disponíveis na rede mundial de computadores. Entendemos que seria interessante conhecer os livros publicados pela Educar, que também estavam depositados nas Bibliotecas, mas não primordial, pois após a leitura atenta de Lima (2003), concluimos que os livros, embora produzidos para a alfabetização de adultos em projetos financiados pela Fundação, não iriam atender os objetivos desta tese. Mesmo assim, tivemos acesso a toda a coleção dos livros didáticos disponíveis numa reserva técnica do INEP. Para a coleta dos documentos referentes à Fundação Educar, arquivados no MEC e no INEP, optamos, inicialmente, por fotografar os documentos, a fim de dar celeridade à pesquisa em Brasília. Foram mais de 1600 documentos coletados e registrados, escolhidos e analisados previamente num universo de aproximadamente dez vezes maior.

Há uma imensa diversidade de possibilidades de coleta e organização de dados; entretanto, decidimos pelo emprego de um método investigativo que valorizasse os objetivos a serem perseguidos nesta pesquisa. Quanto ao método da pesquisa, optamos por uma pesquisa de natureza histórica e descritiva, que tem como foco principal um estudo de caso numa perspectiva histórica. Para atingir as intenções desta pesquisa, optamos pela abordagem qualitativa, com base em documentos escritos – oficiais e não oficiais – e nas entrevistas dos sujeitos vinculados à Fundação Educar no Brasil. O método histórico é considerado de pesquisa indireta, uma vez que utiliza-se de informações, conhecimentos e dados já coletados por outros pesquisadores e demonstrados de diversas formas, como documentos, leis, projetos, desenhos, livros, artigos, revistas, jornais, etc. Envolve o estudo, compreensão e explanação de eventos do passado, cujo propósito é chegar a conclusões relativas à causas, efeitos ou tendências de ocorrências passadas que podem ajudar a explicar os fatos no presente e antecipar o futuro. As fontes primárias de dados são constituídas pelos conhecimentos dos fatos, através de suas testemunhas, já às fontes secundárias envolvem pessoas relacionadas a essas testemunhas ou documentos. A natureza do método histórico não exige muitas das características ou procedimentos de controle de outros métodos; no entanto, supõe uma sistemática e objetiva coleta e análise dos dados e a confirmação ou não de

hipóteses. É importante ressaltar que ao desenvolver uma pesquisa utilizando o método histórico, a mesma, para ser eficiente, depende muito do Estado, especificamente do cuidado que este dedicou à preservação documental.

Destacamos aqui a importância da pesquisa qualitativa para os estudos interpretativos como uma de suas ferramentas mais valiosas quando se trata de analisar a inserção entre a vida individual e o contexto social. A investigação qualitativa trabalha com os valores de justiça, participação e representações e adequa-se a aprofundar na complexidade de fatos e processos particulares específicos de indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna. Nesta pesquisa, a abordagem qualitativa será empregada na reconstrução histórica da criação e implantação da Fundação Educar no Brasil, suas ações e projetos implementados, tendo como método a captação das vozes dos participantes da Fundação, por meio de depoimentos e entrevistas semiestruturadas, analisadas e interpretadas de acordo com a teoria da Análise do Conteúdo, uma técnica filológica, conforme sugere Aróstegui (2006).

Para Yin (2005), o estudo de caso é apenas mais uma maneira de fazer pesquisa na área das ciências sociais, das muitas que existem. O estudo de caso representa uma boa estratégia de pesquisa, quando o pesquisador “tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (p.19). O autor ainda explica que há vantagens e desvantagens em cada estratégia da pesquisa, dependendo de três condições básicas: o tipo da questão da pesquisa; o controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos e o foco em fenômenos históricos.

O critério de escolha dos entrevistados foi a dos sujeitos participantes da Educar que participaram da gestão e/ou do assessoramento especializado, pois acreditamos que esses sujeitos poderiam contribuir efetivamente para alcançar os objetivos propostos neste trabalho. Para a realização das entrevistas, optamos pela entrevista semiestruturada, tendo em vista a possibilidade de flexibilização dos questionários. Aqui, a entrevista semi-estruturada foi norteada pelos interesses da investigação, a partir da leitura e análise dos documentos acerca da Fundação Educar (Anexo 4), os quais foram selecionados pelo pesquisador e direcionados a atender o objeto desta pesquisa, visando o objetivo da tese.

Na análise dos dados, optamos por empregar a Análise do Conteúdo, proposta por Bardin (1995), como constituição de análise das entrevistas e da pesquisa documental. Para Laville e Dionne:

A análise do conteúdo não é, contudo, um método rígido, no sentido de uma receita com etapas bem circunscritas que basta transpor em uma ordem determinada para ver surgirem belas conclusões. Ela constitui, antes, um conjunto de vias possíveis nem sempre claramente balizadas, para a revelação – alguns diriam reconstrução – do sentido de um conteúdo. Assim, pode-se, no máximo, descrever certos momentos dele, fases que, na prática, virão às vezes entremear-se um pouco, etapas no interior das quais o pesquisador deve fazer prova de imaginação, de julgamento, de nuance, de prudência crítica... (LAVILLE, DIONNE, 1999, p. 216)

A Análise do Conteúdo é um procedimento de pesquisa e tem a Teoria da Comunicação como delineamento e a mensagem como seu ponto de partida. Bardin esclarece que a Análise do Conteúdo pode ser considerada como um

conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens...A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos,ou não). (BARDIN, 1995, p. 38)

O interesse da Análise do Conteúdo não se restringe apenas à palavra, mas também à mensagem decodificada através de gestos, de documentos e até figurativa, vinculadas ao contexto em que os seus produtores estavam envolvidos. Bardin esclarece ainda que a análise não pode se ater ao significativo (lexical ou de procedimentos), deve-se concentrar à temática, ao significado. Para o autor, a Análise do Conteúdo não pode ser considerada apenas uma leitura realizada, mas uma leitura com objetivo de “realçar um sentido que se encontra em outro” (p.41).

Para Bardin, ao aplicar a Análise do Conteúdo, dois objetivos básicos são assim atingidos: a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da leitura. Para o primeiro objetivo, a autora reflete que *“o que eu julgo ver na mensagem estará lá efetivamente contido, podendo esta “visão” muito pessoal, ser partilhada por outros? Será a minha leitura válida e generalizável?”* (p. 30). No caso do enriquecimento da leitura, Bardin acredita que uma leitura atenta, a partir de um olhar imediato, espontâneo e fecundo, aumenta a produtividade e a pertinência do pesquisador.

Cabe destacar que a Análise do Conteúdo também pode servir de prova de uma pesquisa, pois para Bardin uma das funções deste instrumento de análise de dados é a da “administração de provas”, uma vez que “hipóteses sob a forma de questões ou afirmações provisórias servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise para serem verificadas no sentido de uma confirmação” (p.30).

\* \* \*

No capítulo 2, apresentamos, contextualizamos, discutimos e analisamos os antecedentes históricos - políticos e educacionais -, tendo como eixo norteador as políticas e tendências da educação de jovens e adultos no Brasil. No capítulo 3, a Fundação Educar foi descrita e analisada a partir de sua criação, como resultante da transformação do Mobral, com base em documentos que nortearam a criação e as ações desenvolvidas pela Educar; assim como visou a elucidar suas concepções didático-pedagógicas, destacando o Programa de Educação Básica, referência para as ações educativas de alfabetização de jovens e adultos; apresentamos e discutimos os projetos de alfabetização de jovens e adultos, além do financiamento à projetos de Educação Infantil e de Ensino Superior, bem como as publicações editadas naquele período. No capítulo 4, apresentamos e analisamos as entrevistas realizadas, a partir de oito categorias: o processo de ingresso e egresso dos sujeitos no Mobral e na Fundação Educar; as características do Mobral; a transição do Mobral em Educar; as características da Fundação Educar; as diferenças entre Mobral e Educar; os vínculos dos técnicos e professores; o registro dos números de alunos; a formação dos professores e técnicos. No capítulo 5, apresentamos duas teses acerca da extinção das campanhas de alfabetização de adultos, após a promulgação da Constituição Federal de 1988.



## 2 OS MOVIMENTOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL E A INFLUÊNCIA DA UNESCO NAS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS.

*Na Presidência, não se administram obras; formulam-se políticas públicas.*

José Sarney

### 2.1 A Unesco e as Campanhas de Alfabetização antes de 1964

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) foi criada em 16 de Novembro de 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, com a missão de “contribuir para a construção de uma cultura da paz, para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para o diálogo intercultural, por meio da educação, das ciências, da cultura e da comunicação e informação”. Em sua 2ª Conferência Geral, realizada na Cidade do México, em 1947, a Unesco prioriza a educação de adultos, como um de seus projetos:

“3.3. Priority Projects. In carrying out Unesco’s programme in education, the Director-General will give first and equal priority in the educational programme to the proposals formulated at the Second Session of the General Conference respecting: 1. Fundamental Education; 2. Adult Education; (...)”. (1948, p.17)

Ainda nesta Conferência, a Unesco adotou resolução em que o Diretor Geral devia instruir:

“3.4.1 To encourage Member States to fulfil the obligations of establishing a minimum Fundamental education for all their people in conformity with the spirit of Article 1, § 2 (b) of Unesco’s Constitution; among these obligations would be the establishment, within the shortest possible time, of universal free and compulsory primary education and the essential minimum education for adults;” (p.17)

E ainda:

“3.5 Adult Education. The Director-General is instructed:

3.5.1 To collect and disseminate information on new techniques and methods in adult education, and

3.5.2 In collaboration with adult education organizations, leaders and persons prominent in adult education, to produce materials on international affairs suitable for adaptation and extensive use by adult study groups. A Conference for leaders and workers in adult education for international understanding shall be convened when sufficient information is available, if possible in 1948”.

Entre 16 e 25 de Junho de 1949, a Unesco então realizou a I Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confitea), em Helsinor, na Dinamarca. Este evento teve cerca de 100 participantes, de 26 países e 20 organismos internacionais, a partir de convocação aprovada nas 2ª e 3ª Conferência Geral, realizadas na cidade do México e Beirute, Líbano, respectivamente. Essa Confitea buscou ratificar os objetivos constitutivos da Unesco de difusão de cultura de paz e salientou a importância de os países buscarem condições de combate ao analfabetismo, a partir de uma educação de adultos que atenda as necessidades dos educandos e dos grupos sociais que os educandos estão inseridos:

“Au contraire, tout l’effort de l’ education des adultes tend à satisfaire les besoins culturels des adultes dans toute leur étendue et leur diversité. Il s’ensuit que contenu, programmes et méthodes varieront énormément selon les besoins particuliers des individus, des groupements sociaux et nationaux et selon l’urgence des problèmes à résoudre. Dans tel pays la question principale sera la formation des cadres de l’industrie et du travail: dans d’autres il s’agira d’apprendre à lire et à écrire à une population plus ou moins illettrée. La lutte contre l’analphabétisme appartient donc théoriquement à l’éducation des adultes au même titre que l’initiation artistique ou la formation économique et sociale. Mais, vu l’ampleur du programme et la nature spécifique des problèmes posés, l’apprentissage de la lecture et de l’écriture constitue un domaine particulier que, pour des raisons pratiques et fonctionnelles, l’Unesco laisse en dehors de l’éducation des adultes. Il relève de l’éducation de base.” (UNESCO: 1949, p.8)

Foi nesta Conferência em que a Unesco incentiva um movimento de educação de adultos em países considerados menos desenvolvidos:

“Parmi les populations les moins développées, l’éducation des adultes nécessite un effort maximum de progrès dans tous les domaines de l’éducation. Le contenu de l’éducation dans les régions les moins développées doit être établi en concordance avec les coutumes des habitants de ces régions, avec *leurs* conditions de vie, *leurs* besoins, tels qu’eux-mêmes les voient et les ressentent.

Quoi qu’il en soit, les régions moins moins développées doivent commercer où elles en sont, avec ce qu’elles ont et progresser dans la direction qu’elles ont librement choisie.

Étant donné les besoins urgents et considérables de l’éducation des adultes dans ces régions, il est demandé que les fonds nécessaires soient réunis pour leur donner les encouragements et les directives indispensables dans leur effort

éducatif". (UNESCO, 1949, p.17)

O Brasil, embora não tenha enviado nenhum representante à I Confitea, mas membro da Unesco, deu origem à políticas de educação de adultos, após a queda de Getúlio Vargas. Em 1946, o governo provisório baixou vários Decretos-Lei que nortearam a educação brasileira<sup>3</sup>, a fim de atender “às classes menos favorecidas”, conforme determinava a Constituição Federal de 1937, além de criar o ensino supletivo para atender jovens e adultos. Dessa forma, o governo pretendia buscar atender as necessidades de uma sociedade pós-guerra em transformação.

Em 1947, é criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA), vinculado ao então Ministério da Educação e Saúde e objetivava, segundo Haddad; Di Pierro, “a orientação e coordenação geral dos trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adultos e adolescentes analfabetos (2000, p.111). A partir da criação do SEA e das orientações da Unesco, surgem, no Brasil, movimentos que buscam a oferta de educação para atender as necessidades dos jovens e adultos. Ainda nesse ano, é lançada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), “em meio ao desejo de atender os apelos da Unesco em favor da educação popular” (Paiva, 2003, p. 206), entretanto, havia interesse político na Campanha, uma vez que proporcionaria uma ampliação nas bases eleitorais, pois o Brasil possuía cerca de 60% de analfabetos adultos, e, esses, por sua vez, não tinham direito a votar. Como a maioria desses analfabetos eram residentes em área rural, Paiva (2003) ressalta que a intenção era atingir, prioritariamente, o campo, orientado a “dar oportunidade a um maior número de pessoas de participar da vida política, ampliando os contingentes eleitorais” (p.204).

Após a derrubada do Estado Novo, os políticos elegeram a democracia liberal como norteadora do poder político brasileiro e, dessa forma, defendiam a participação popular e mais numerosa na vida política, exatamente com a ampliação do número de eleitores. Assim, o lançamento da Campanha também vai ao encontro desse postulado, como também atende aos anseios da Unesco em popularizar o acesso à educação, especialmente dos adolescentes e adultos analfabetos. No entanto, a CEAA não se preocupou em se adequar quanto às diferenças regionais e

---

<sup>3</sup> Decreto Lei nº 8.529, de 02 de Janeiro de 1946, que cria a Lei Orgânica do Ensino Primário; o Decreto-Lei nº 8.550, de 02 de Janeiro de 1946, cria a Lei Orgânica do Ensino Normal; os Decretos-Lei nº 8.621 e 8.622, ambos de 10 de Janeiro de 1946, os quais criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); e o Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de Agosto de 1946, que cria a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

necessidades de seus educandos, o que pode ser comprovado com uma orientação metodológica e material didático comuns a todos os alunos - tanto das áreas urbanas quanto nas rurais -, baseado no método silábico e com apresentação de pequenas frases de conteúdo moral e informações sobre noções de higiene pessoal e de limpeza, promoção de saúde e conservação de alimentos. Prevista para ser realizada em dois estágios distintos, a CEAA tinha como meta atingir o maior número de indivíduos em sua etapa chamada de ação extensiva, de duração de três meses. O segundo estágio - ação de profundidade - seria a condensação do ensino primário, o qual deveria privilegiar o ensino profissionalizante e o desenvolvimento comunitário, no entanto, a CEAA não conseguiu cumprir o primeiro estágio.

Paiva (2003) assegura que o fundamento político da CEAA acompanhava as “ideias de “integração” como justificação social e de “incremento da produção” como justificação econômica” (p.207). Dessa forma, o governo buscava com a CEAA promover a paz social e o aumento da escolaridade dos indivíduos, uma vez que os analfabetos, especialmente os imigrantes, eram considerados àqueles que estavam à margem do desenvolvimento do país, o que justificava, portanto, o investimento na Campanha, por conta da “insuficiência cultural” do país, responsável pelo esgotamento de sua produção econômica, além de que sua aplicação “foi profundamente influenciada pelo reestabelecimento dos canais de representação democrático-liberais através do voto e pela preocupação não somente de ampliar as bases eleitorais, mas de penetrar na zona rural; tais influências podem ser observadas na própria justificativa da Campanha” (p. 209).

A questão do analfabeto, do analfabetismo e do impedimento dos indivíduos analfabetos às urnas sempre foram constantes nos discursos e ações do Ministério da Educação da época, como cita Paiva, a partir das observações de Moacir Primitivo:

a base da democracia é a liberdade e se o conceito desta evoluiu do direito de impor a sua e própria vontade pura e de participar, através do voto, da formação da vontade do Estado, evidentemente não se poderia falar numa coisa nem outra num país onde a maioria de seus habitantes se compõe de analfabetos (PAIVA, 2003, p.210).

Embora a CEAA tivesse como objetivo reduzir o número de analfabetos e aumentar o número de eleitores, a Campanha causou preocupação nos municípios, uma vez que o aumento de eleitores poderia causar um desequilíbrio

eleitoral e colocar em xeque o poder local dos políticos. Paiva (2003) salienta que a CEAA contribuiu sim para o enfraquecimento dos políticos tradicionais da época:

Ela parece ter contribuído para o enfraquecimento de algumas oligarquias tradicionais na medida em que muitos novos eleitores escaparam ao controle dos “currais eleitorais” dominantes, fortalecendo as dissidências oligárquicas – em geral mais abertas, pelo seu próprio caráter de oposição – e possibilitando a desobediência eleitoral aos líderes tradicionais. Se considerarmos as eleições de 1950 e 1960 para a Presidência da República observamos que um grande número de pessoas não obedeceu às lideranças políticas tradicionais (embora, evidentemente, a urbanização intensa tenha concorrido muito para isso) e podemos supor que a Campanha tenha colaborado para a ocorrência do fenômeno. Contribuindo para a queda das taxas de analfabetismo (em 5,53 entre 1940/1950; em 11,21 entre 1950/1960) ela possibilitou um aumento significativo do número de eleitores no período e sua orientação ruralista nos leva a supor que grande parte deles tenha surgido no interior. Se ela não “educou” muitos adultos, de acordo com as exigências dos educadores, ela seguramente alfabetizou ou semi-alfabetizou um número significativo de pessoas que entraram de posse de seus direitos políticos e o predomínio desse seu fundamento político sobre aspectos técnico-educativos é que deu origem às sucessivas acusações de que o programa se havia transformado numa “fábrica de eleitores. (PAIVA, 2003, p.211)

A CEAA funcionou durante o período de 1947 a 1963, quando João Goulart sanciona a nova LDB, a qual extingue as campanhas. Nos primeiros anos, foram observados resultados significativos, mas a partir de 1954 entra em declínio, e um ano antes de sua extinção ela não mais desenvolveu atividades educativas. Durante sua existência, a CEAA sempre apelou ao voluntariado para minimizar o “mal do analfabetismo”, mas a desorganização e carência de dados sempre nortearam as críticas veementes à Campanha, explicitamente relatado no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 1958, em que se “reconhece de público o fracasso do programa do ponto de vista propriamente educativo” (Paiva, 2003, p.220).

Durante a existência da CEAA, é implantada, em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), inspirada nas Missões Rurais mexicanas e influenciada pelas recomendações do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado em 1949. A CNER foi criada com intuito de desenvolver uma metodologia que contribuísse ao desenvolvimento das comunidades rurais, tendo em vista que estes locais possuíam o maior número de adultos analfabetos do Brasil. Com

características do “otimismo pedagógico”, os pressupostos da CNER tinham como referência que os problemas do meio rural pudessem ser solucionados com a educação, e, dessa forma, a atuação das missões não atingiram os resultados esperados.

Para Paiva (2003) e Haddad; Di Pierro (2000), as atividades da CNER se sustentavam em duas ações distintas: as Missões Rurais e o Centro de Treinamento, que tinha como objetivo a capacitação de professores leigos, à preparação de filhos de agricultores para as atividades agrícolas e a de técnicos em audiovisuais, para atender à educação de base. Dezoito Missões funcionaram no Brasil, mas os resultados obtidos nas ações educativas não atingiram o esperado, o que levou a uma sensível diminuição no investimento, a partir da segunda metade da década de 1950. Como a CEAA, a CNER também provocou descontentamento junto ao poder local nos municípios, chegando não ser instalada uma Missão, devido a esse estranhamento entre as lideranças municipais e a Campanha, e quando instalada, a Missão recebia solicitação que se retirasse do município, numa clara constatação que as Missões brasileiras não conseguiriam – como não conseguiu – desenvolver a organização social das comunidades em que estavam instaladas.

Entre 1958 e 1964, após o reconhecimento público da falência das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil, novas ideias acerca da matéria são discutidas e movimentos os mais diversos aparecem pelo país, especialmente durante o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, e apoiados pelo interesse do próprio presidente da República da época, Juscelino Kubitschek, nasce a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), em janeiro de 1958, com a participação da Unesco, com um plano piloto instalado no município mineiro de Leopoldina, e destinava à educação popular, através de um programa experimental. A CNEA objetivava “dotar a população brasileira com a mera capacidade de ler” (MEC, 1958: p. 3) e tinha o analfabetismo “como um fenômeno social que é – tem causas sociais e econômicas, que devem ser conhecidas a fim de que, compreendendo-o na sua interrelação e no seu contexto, o possamos controlar e dominar”. Embora não tenha sido mais claro, o Plano Piloto não explica como a CNEA iria “controlar e dominar” o analfabetismo, no entanto, a Campanha busca a implantação de um Plano Piloto em um município de cada região do País, iniciando na Região Sudeste no município de Leopoldina, terra natal do então Ministro da

Educação e Cultura, Clóvis Salgado. A escolha do município mineiro se deu a partir de um estudo realizado no 2º semestre de 1957, e no ano seguinte, com foram convidados dois educadores de cada região do País, a fim de acompanharem a implantação da CNEA em Leopoldina, bem como “inteirados dos levantamentos e estudos preliminares indispensáveis, se capacitarão a instalar e a dirigir a Campanha nas respectivas áreas de origem” (MEC, 1958, p. 7).

Subordinado ao MEC, a CNEA possuía um Plano de Trabalho Experimental com cinco ações prioritárias: (a) estudos e levantamentos acerca dos problemas sociais, culturais e econômicas de Leopoldina e das demais áreas em que seriam implantados um Projeto Piloto do CNEA; (b) a ampliação do sistema escolar primário, a fim de atender a demanda populacional deste nível de ensino; (c) organização do sistema de educação de base, com objetivo de proporcionar uma melhora da produção agropecuária regional, através da educação de sua população; (d) organização de classes de alfabetização e educação de adultos; (e) estabelecimento de convênios e parcerias com os Estados e municípios que participarão da experiência.

O Projeto de Leopoldina foi montado a partir do que fora elaborado para o município também mineiro de Passa-Quatro e mais uma vez demonstrou que uma campanha de alfabetização de adultos só atinge uma parcela dos adultos analfabetos. Paiva (2003) ressalta que “sob esse aspecto as experiências da CNEA era conclusivamente contra as campanhas de massa, enfatizando o papel da escolarização primária das crianças como solução para o problema do analfabetismo” (p. 245), o que levou a Campanha a expandir a rede escolar primária do município, e, conseqüentemente, da ampliação da escolaridade. Ainda Paiva relata talvez a primeira experiência acerca da promoção automática, “para descongestionar os primeiros anos, evitando que a reprovação conduzisse à eliminação do aluno” (p.246), fato este que levou a necessidade de se criar emergencialmente classes para os alunos entre 11 e 14 anos. Uma outra experiência da CNEA, relatada também por Paiva, é o estímulo financeiro proporcionado aos professores das classes de educação de jovens e adultos, de acordo com os números apresentados de frequência e aprovação desses alunos. Com o objetivo de ampliar e expandir as atividades da CNEA, foi lançada uma programação de alfabetização através da Rádio Sirena em Leopoldina. Para atender

a clientela dos 11 a 14 anos, foi criado o Parque Primário Complementar<sup>4</sup>, com verba da CNEA e auxílio do INEP. Neste Parque, além de oferecer a ampliação de escolaridade, além da primária, o mesmo serviu na instalação de cursos de artes industriais, de um Centro Recreativo Cultural e do Centro de Treinamentos de Professores Rurais. Paiva (2003) destaca que as ações da CNEA tiveram resultados satisfatórios e “que muitas de suas recomendações e conclusões chegaram efetivamente a influenciar a direção tomada pelos serviços educacionais em algumas partes do país” (p. 247), no entanto, tanto a CNEA, como a CEAA e a CNER foram extintas conjuntamente em 1963, não só por motivos de falta de orçamento para bancar as ações dessas campanhas, como também a pouca ou nenhuma visibilidade de seus resultados. Como política do MEC e após a extinção das campanhas, é elaborado o Plano Nacional de Alfabetização, mas com o golpe militar de 1964, os rumos da Alfabetização de Jovens e Adultos também são modificados. Surge então o Mobral.

## **2.2 O Mobral, um marco do Regime Militar**

Com o golpe militar de 1964, os programas de alfabetização e educação popular que se haviam multiplicado por todo o país passaram a ser vistos como uma grave ameaça à ordem, chegando a quase desaparecer. Alguns poucos sobreviveram nos municípios do interior ou funcionavam de forma clandestina nas grandes cidades. Seus promotores e idealizadores foram reprimidos, presos e o material que seria utilizado, apreendido. O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido e desmantelado. As secretarias onde funcionavam alguns trabalhos ligados aos Movimentos de Cultura Populares foram invadidas e suas principais lideranças presas como “*a Secretaria de Educação Municipal de Natal foi ocupada, os trabalhos da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler foram interrompidos*” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.11). Nesse período, o governo só permitiu a realização de programas assistencialistas e conservadores. As ações do Movimento de Educação de Base (MEB) foram sendo tolhidas pelo

---

<sup>4</sup> Com o fim da CNEA, o Parque ficou sob a gestão da Prefeitura de Leopoldina, que, na década de 1980, doou para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, onde instalou a primeira Unidade de Ensino Descentralizada de uma instituição federal de educação profissional e tecnológica do País.



regime e a hierarquia da Igreja Católica vai transferindo suas ações de educação radiofônica para a região Norte. As respostas do novo governo ao ainda altíssimo índice de analfabetismo que o país apresentava foi a repressão aos programas, cujas ações contrariavam seus interesses. Como tentativa de reprimir esses movimentos, o governo exercia a coerção para garantir o restabelecimento da ordem e das relações sociais. Mesmo assim, algumas práticas com denominação de Educação Popular ainda permaneceram de forma quase que clandestina no âmbito da sociedade civil.

Programas de cunho conservadores e tradicionais eram permitidos e mesmo incentivados pelo governo militar no plano oficial,

A Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC), nascida no Recife, ganhou caráter nacional, tentando ocupar os espaços deixados pelos Movimentos de Cultura Popular. Dirigida por evangélicos norte-americanos, a Cruzada servia de maneira assistencialista aos interesses do regime militar, tornando-se praticamente um programa semi-oficial. A partir de 1968, porém, uma série de críticas à condução da Cruzada foi se acumulando e ela foi progressivamente se extinguindo nos vários Estados (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.12).

A Cruzada ABC tinha um enfoque do problema educacional e era bastante realista, embora seu comportamento muitas vezes apresentasse características filantrópicas e humanitaristas da educação; atuava principalmente no nordeste brasileiro, onde as ideias e concepções dos Movimentos de Cultura Popular haviam sido semeadas em maior proporção e precisavam ser neutralizadas. Assim, a alfabetização de adultos foi entregue à orientação norte-americana. De modo geral, os técnicos brasileiros começaram a manifestar contra as campanhas de massa organizadas e orientadas pela Cruzada ABC, e passaram a recomendar experiências e práticas de alfabetização de adultos e não amplas campanhas lineares e polivalentes. Mediante essas críticas e sugestões contrárias às ações a Campanha foi sendo encaminhada à extinção. Em decorrência da extinção, foi criado o Mobral, através da Lei 5.379/1967, como Fundação e, posteriormente, foi a implantação do Ensino Supletivo, em 1971, os quais vieram como respostas a essas exigências.

A Fundação Mobral foi criada para atender a essa categoria de “jovens”, criada pela Constituição de 1967. A Fundação tinha como objetivo “erradicar” o analfabetismo e prestar educação continuada aos adolescentes e adultos. O MOBREAL voltou-se, inicialmente, para a população analfabeta entre 15 e 30 anos

de idade e objetivou “valorizar o homem (pela aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo e pelo aperfeiçoamento dos processos de vida e trabalho) e a integração social desse homem, através do seu reajustamento à família, à comunidade local e à pátria” (PAIVA: 2003, p. 293).

O Mobral foi criado para suceder à mobilização observada nos anos anteriores e à Cruzada ABC. No dia 08 de setembro de 1967, considerado o Dia Internacional da Alfabetização, foram assinados vários documentos que visavam a elaboração de medidas, ações e comissões cujos objetivos deveriam estar voltados para a melhoria das possibilidades de alfabetização no Brasil. Paiva (op.cit, p.320) enumera esses documentos, dentre eles:

A criação de um grupo interministerial para estudo e levantamento de recursos destinados à alfabetização (Decr. 61.311), a utilização de emissoras de TV nos programas de alfabetização (Decr. 61.312, constituição da Rede Nacional de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos (decr. 61.313) e a educação cívica nas instituições sindicais e a campanha em prol da extinção do analfabetismo (Decr. 61.314).

Foi criado também um Grupo Interministerial (GI) que tinha, dentre suas diversas funções, procurar recursos para serem investidos nas ações voltadas para alfabetização, uma vez que estava previsto este investimento assim que os recursos fossem disponibilizados. Composto por representantes de vários ministérios, o GI tinha como principal objetivo “realizar o estudo e o levantamento de recursos financeiros necessários à execução do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos”, o qual foi elaborado e anexado ao projeto que criava o Mobral. Assim, o GI, além de prever os custos do projeto, ainda recomendou que fossem excluídos das ações previstas as pessoas de idade entre 10 e 14 anos por estarem em idade regular de escolaridade.

O projeto previa que a alfabetização deveria estar associada às prioridades das pessoas, tais como aos problemas de ordem econômica e social, visando as transformações da realidade dessas pessoas, além das relações que alfabetização deveria ter com as necessidades atuais e futuras de mão-de-obra. Nesse sentido, foi solicitado a participação de todos os segmentos da sociedade e de todos os membros da sociedade, embora já se questionasse a participação de estudantes universitários nas tarefas alfabetizadoras. Inicialmente, as ações do projeto se limitariam às capitais e atingiriam pessoas na faixa etária de 15 a 30

anos. A alfabetização “deveria visar a valorização do homem (pela aquisição das técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo e o aperfeiçoamento dos processos de vida e trabalho) e à integração social desse homem, através do seu reajustamento à família, á comunidade local e à Pátria”. Segundo Paiva (2003), as formas sugeridas de funcionamento e realização das ações em nada diferenciam das tomadas pelas campanhas implementadas anteriormente, as quais previam parcerias com estados e municípios e entidades privadas.

Com a criação da Fundação Mobral, esta passou a assumir ações que visam a “promover a educação dos adultos analfabetos, cooperar com movimentos isolados de iniciativa privada, financiar e orientar tecnicamente cursos de 9 meses para analfabetos entre 15 e 30 anos, com prioridade oferecida aos municípios com maiores possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico” (PAIVA, 2003, p.321). O Mobral pretendia atingir 11.400.000 de analfabetos entre 1968 e 1971, e previa ações que seriam desenvolvidas de forma “descentralizada através de convênios com entidades públicas e privadas, além de desenvolver ações integradas à educação para saúde, o trabalho, o lar, a religião, o civismo, e a recreação, além da instalação de centros de integração social e cívica” (PAIVA, 2003, p.321).

A organização da Fundação Mobral foi aprovada em 1968, quando a alteração do art. 8º da Lei que criou o Mobral levou a uma mudança bastante importante de orientação o que levou a uma nova fase de organização. Neste período, a organização do movimento contou com a colaboração dos profissionais do Departamento Nacional de Educação (DNE), os quais já haviam trabalhado em campanhas anteriores de alfabetização de adultos. Desta forma, ações foram desenvolvidas em regiões distintas, utilizando-se de informações e dados do IBGE, como critério de escolha para a implantação dos planos pilotos de desenvolvimentos dos ações.

A partir desse momento de reorientação das ações a serem desenvolvidas pelo Mobral, os estudos realizados anteriormente foram abandonados e foi lançado um programa amplo de alfabetização, mantendo a mesma terminologia inicial e a direção foi entregue a economistas. A ideologia inicial, na qual se percebia claramente a influência de ideias pedagógicas anteriores a 1964 do Movimento, foi reelaborada e integrada ao novo contexto do Mobral. Nesse novo contexto, considerou-se que o Movimento teria o propósito de conscientizar as

peessoas, porém entendeu-se que as ideias pedagógicas apresentadas e implementadas antes de 1964 eram uma versão distorcida da conscientização, o que levava “à politização prematura e mal orientada dos alunos e colocando em risco a formação cristã e democrática de nosso povo” (PAIVA, 2003, p.323). Desta forma, a nova organização das ações do Mobral apresentou restrições ao método de Paulo Freire, apontando supressão de alguns vocábulos geradores, considerados “ideias-forças”; além de propor a elaboração de novos materiais didáticos e a aplicação de diferentes métodos de alfabetização. Dentre os novos materiais apresentados estavam os “Livros-cadernos de Integração”, os quais eram compostos de temas ligados “ao lar, à comunidade, à Pátria e à consolidação de hábitos e atitudes” (PAIVA, 2003, p.323). Percebe-se que havia uma certa dificuldade em organizar os conceitos de acordo com os propósitos do Movimento, uma vez que pretendia que as mudanças estruturais da sociedade fossem realizadas dentro de limites previamente estabelecidos; politicamente, pretendia-se levar o novo eleitor acreditar numa nova possibilidade de intenções do governo, levando ao equilíbrio eleitoral principalmente no interior do País. Pode-se considerar, portanto a criação de estratégias e manobras eleitoreiras e ideologizadoras, tendo o Movimento como principal instrumento de formação de imagem do governo para algumas camadas da sociedade.

Pretendia-se a mudança dentro dos limites previamente estabelecidos pela ordem vigente: sedimentação das estruturas com modernização. Politicamente, o programa de massa poderia contribuir para a modificar ainda o equilíbrio eleitoral no interior e orientar os novos eleitores no que concerne à reorganização da vida política do país, através dos novos partidos. Poderia ainda demonstrar a muitos setores da população que não havia desaparecido o interesse federal pelo problema, servindo para formar uma nova imagem do governo junto a algumas camadas. (PAIVA, 2003, p.323).

Em relação à promoção do programa, pode-se afirmar que as editoras tiveram significativo papel nesse contexto. A prática de envolvimento de editoras privadas na produção e promoção de campanhas de massa no Brasil não foi inédita. O MEB já havia utilizado este procedimento. Considerando as sugestões metodológicas da equipe inicial do DNE, foi solicitado às editoras material didático que deveria se enquadrar em critérios previamente estabelecidos, o que

oportunizou o envolvimento apenas das grandes editoras. Desta forma, a apenas três editoras foram passadas a responsabilidade pela elaboração de material didático do Movimento. Essa medida levou à elaboração de apenas três versões de material didático distribuídos uniformemente por todo o País, mesmo diante da diversidade e especificidade regionais.

No que tange à orientação do material didático, esta é bastante clara. De um lado o “incentivo ao esforço individual para vencer na vida o estímulo à adaptação a padrões de vida modernos” (PAIVA, 2003, p.324), promovendo no alfabetizando o aspirações e o conhecimento de novas possibilidades para o consumo, certamente com a intenção de promover e estimular o fortalecimento de um modelo industrial-urbano, contrariando claramente a todo “ruralismo pedagógico” e sem nenhuma preocupação em conter a migração rural-urbana. Ainda segundo Paiva (2003), essas possibilidades estavam previstas no material didático utilizado, uma vez que ao lado do estímulo às aspirações busca-se difundir a ideia de responsabilidade de cada indivíduo pelo êxito ou fracasso no alcance de seus objetivos. Desta forma, já se prevenia o “risco de contestações das estruturas sócio-econômicas e políticas por parte dos que não conseguem realizar suas novas aspirações”. Esta responsabilidade individual se efetiva diante da carência de abertura política impossibilitando o contato com o contingente fracassado e frustrado em seus objetivos. Assim, ficavam impedidos de manifestar suas contrações e interpretações diferentes da ordem vigente, dando a impressão de que todos estavam satisfeitos e realizados.

Desde a desvinculação do DNE, o Mobral buscou promover o entusiasmo popular por meio de convênios com Estados, Municípios e entidades privadas, intensa propaganda. Nos processos de divulgação do programa eram apresentados documento que visavam “erradicar a chaga social da existência de analfabetos” ou da consideração do analfabetismo como causa do desemprego. Porém, o programa lança também objetivos políticos e ideológicos bastante claros em relação aos benefícios externos da educação e aos métodos pedagógicos a serem utilizados. Em seu lançamento, o Mobral deixa clara a urgência na concretização dos objetivos políticos e seus impactos sobre a opinião pública. Mesmo com recursos suficientes o programa foi lançado de forma improvisada, uma vez que não previa a “continuidade imediata das atividades educativas para os neo-alfabetizados” (PAIVA, 2003). O Mobral iniciou suas

atividades chegando a atingir 500.000 alunos nos primeiros quatro meses de funcionamento. Depois dessa primeira experiência, percebe-se a necessidade de realização de um trabalho mais aprofundado, o que levou à urgência em oferecer cursos primários como forma de continuidade educativa aos recém alfabetizados pelo programa, atingindo apenas dez por cento desses alfabetizados.

Inicialmente, o forte argumento para justificar a alfabetização em massa está embasado nos termos econômicos. Os argumentos pautados nos objetivos político-sociais encontravam grande resistência entre os meios técnicos, devido aos grandes fracassos vivenciados por programas implantados anteriormente. A divulgação da ideia geral de que a educação traz benefícios insuficientes se não for direcionada para áreas em que esses benefícios possam ser ampliados serviu como argumento em defesa da implantação do Movimento.

Inicialmente, tem-se a ideia de que a preocupação do Movimento estava em evitar a regressão daqueles que já haviam conseguido avançar na alfabetização e que foram deixados sem a continuidade do processo de escolarização, com isso, racionalizando os custos. Certamente que as ações desenvolvidas passaram a exigir outras ações complementares de continuidade educativa mais extensas, como a integração do programa com os sistemas supletivos estaduais. O Mobral contava com um dos maiores investimentos de recursos já destinados à educação de adultos no País, ou seja, não precisou contar com uma das maiores limitações de programas e campanhas implementados anteriormente para ajudar no entendimento de suas ações e considerar que a Fundação Mobral fora criada para funcionar como órgão financiador de programas descentralizados, devendo funcionar com estreita conexão com o DNE. Certamente que o governo implantado após 1964 tinha o propósito de retomar as questões ligadas à alfabetização e educação de adultos uma vez que eram bastante claros os investimentos em iniciativas voltadas para esta finalidade,

O propósito do governo pós-64 de retomar a questão da alfabetização, após o fechamento e/ou restrição dos programas do governo GOULART era visível em distintas iniciativas, no lançamento da Cruzada ABC, aceitação de alguns projetos pilotos orientados pela UNESCO e a proposição do DNE do "Plano Complementar" ao Plano Nacional de Educação destinado à alfabetização de adultos e cujas diretrizes foram aceitas pelo Grupo Interministerial que propôs a criação da Fundação. (PAIVA, 2003, p.344)

O Plano do DNE tinha em sua proposta base alguns critérios técnicos compreendidos a partir dos ensinamentos reconhecidos a partir de experiências realizadas na década anterior. Em suas metas eram previstas atividades vinculadas às prioridades econômicas e sociais e de formação de força de trabalho qualificada, as quais deveriam se destinadas às pessoas de faixa etária entre 15 e 30 anos e a exclusão de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos.

Inicialmente, a “Fundação Mobral deveria ser presidida pelo Diretor do DNE, cabendo a ela financiar 1/3 do custo dos programas de alfabetização e educação de adultos, cooperar com movimentos isolados de iniciativa privada e orientar tecnicamente cursos de nove meses de duração para analfabetos.” (PAIVA, 2003, p.249). Porém, com a desvinculação da Fundação do DNE percebeu-se que a orientação inicial do organograma não seria efetivado. Segundo Paiva (2003), esta proposta nunca saiu dos planos ou sequer ultrapassou as portas dos gabinetes. Na prática, o governo destinava recursos para financiar as ações da Cruzada ABC e esse convênio afirma que as propostas da Cruzada ABC eram de “perfeita adequação” aos objetivos da política educacional do governo. Desta forma, seria natural que ela passasse a ser a executora dos projetos e planos oficiais e, ao Mobral, caberia financiá-la.

Paiva (2003) defende a tese de que o Mobral é o sucessor da Cruzada ABC, uma vez que assumiu não apenas suas dívidas, mas também suas estratégias de ação e objetivos, mantendo as linhas político-ideológicas de educação, as quais predominavam nitidamente sobre as orientadas pelo DNE. O que distingue o Mobral da Cruzada ABC é que ele não foi montado como contraofensiva ideológica para neutralizar os efeitos de movimentos anteriores a 1964, mas não se pode descartar a possibilidade de o programa ter sido pensado também como possibilidade de observar o que se passava nos municípios do interior do país, ou seja, funcionar como um tipo de instrumento de “segurança interna”.

Pretendia-se uma campanha nos moldes da Cruzada ABC, ou seja, nacionalizada e atuante em todo País. Neste momento, a prioridade era a viabilização de recursos financeiros para garantir as ações da Fundação, o que culminou na proposta de Mário Henrique Simonsen, então Presidente do Mobral, de destinar os 2% do Imposto de Renda devido pelas empresas para a Fundação. A proposta foi aceita, embora reduzido a 1% aquele percentual. Tal fonte foi

complementada com “24% da renda da loteria esportiva, o que chegou a cerca de 20 a 25 milhões de dólares.” (PAIVA, 2003, p. 347). As arrecadações de impostos devidos pelas empresas tiveram um aumento significativo, uma vez que Jarbas Passarinho e Simonsen fizeram inúmeras palestras aos empresários a optar pelo Mobral no momento da dedução, levando os empresários a acreditarem na “erradicação” do analfabetismo, o que simultaneamente resultaria na manutenção do *status quo*, e permitiria às empresas poder contar com mais profissionais alfabetizados. O programa foi então lançado pelo Ministro da Educação Jarbas Passarinho em relação aos intelectuais e seus responsáveis não buscaram legitimá-lo junto aos educadores nem aos intelectuais. Segundo as autoridades, isso não seria viável nem necessário. O Movimento seria lançado e buscaria a aprovação e aceitação da opinião pública, por isso investiram em massiva divulgação nos principais meios de comunicação. O afastamento dos profissionais da educação do processo decisório revelou o caráter militarista do programa, uma vez que esses cargos decisórios foram ocupados por militares. Os argumentos utilizados para a implementação de um programa cujas propostas divergiam das propostas dos educadores e intelectuais estavam ligadas à manutenção do *status quo*, mas principalmente ao fato de que “a população adulta comprometeria com a ‘produtividade da empresa nacional’, pois homens alfabetizados ‘seriam parte do processo produtivo com maior produtividade’”. Inúmeros argumentos foram apresentados a fim de contestar as orientações do DNE e as recomendações da Unesco. Todas demonstravam claramente que os responsáveis pelo Mobral não tinham o mínimo de conhecimentos para estarem a frente de um programa com tamanha amplitude.

O Programa de Alfabetização Funcional (PAF) foi o programa central do Mobral, chegando a consumir mais de 73% dos recursos em 1979 e responsável no atendimento de mais de 33 milhões de alunos adultos analfabetos entre os anos de 1970 e 1978, alfabetizando mais de 12 milhões e 500 mil pessoas, de acordo com os dados do próprio Movimento. O PAF previa<sup>5</sup>: (1) assistência financeira e técnica para promover e estimular, em todo o País, a obrigatoriedade do ensino na faixa etária de 7 a 14 anos; (2) extensão da escolaridade até a 6ª série, inclusive; (3) assistência educativa imediata aos analfabetos que se situam

---

<sup>5</sup> Relatório da CPI do MOBREAL, publicado no Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 11 de Maio de 1976, p.2325.



na faixa etária de 10 a 14 anos, induzindo-os à matrícula em escolas primárias e proporcionando recursos para que as escolas promovam essa integração por meio de classes especiais em horário adequado; (4) promoção da educação de analfabetos de qualquer idade ou condição alcançáveis pelos recursos audiovisuais, em programas que assegurem aferição válida dos resultados; (5) alfabetização funcional e educação continuada para os analfabetos de 15 ou mais anos por meio de cursos especiais; (6) assistência alimentar; (7) fixação das prioridades com relação aos cursos diretos: a) condições sócio-econômicas dos Municípios para definir preferência em função de melhores condições de aproveitamento do educando e maiores possibilidades quanto ao desenvolvimento nacional; b) faixas etárias que congregam idades vitais no sentido de receptividade individual e de maior capacidade de contribuição ao desenvolvimento; (8) com vistas às prioridades, a ação sistemática começará pela faixa etária compreendida entre 10 e 30 anos em cada Município, capital de Estado, Território e Distrito Federal e em grandes municípios; (9) integração em todas as promoções de alfabetização e educação, de noções de conhecimentos gerais, técnicas básicas, práticas educativas e profissionais, em atendimento a problemas fundamentais da saúde, do trabalho, do lar, da religião, do civismo e da recreação; (10) instalação de centros de educação social e cívica; (11) descentralização da ação sistemática. Embora tenha registrado números satisfatórios a partir da implantação do PAF, o fantasma da regressão da aprendizagem por desuso das técnicas aprendidas rondou o MOBREAL e a celebração de convênios entre a Fundação com os municípios, levaram a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada pela Resolução nº 48/1975, do Senado Federal. A CPI foi, então, encerrada apenas com a formulação de sugestões ao MEC. Paiva ressaltou o trabalho de três deputados José Maria de Carvalho, Darcílio Braga e Braga Ramos, responsáveis em analisar a questão central da CPI e apresentar

uma pesquisa com base em cujos resultados ficava comprovado que o MOBREAL constituía uma exceção entre as campanhas alfabetizadoras: graças aos seus diversos programas, mostrava a pesquisa empírica realizada que os índices de regressão dos alunos do MOBREAL ao analfabetismo eram muito reduzidos. Esta "avaliação consagradora" foi determinante no encerramento da CPI com elogios à atuação do movimento. Consultando-se, porém, o documento apresentado pelos deputados observa-se que as suas características não permitem considerar seriamente seus resultados (PAIVA, 2003, p. 369)

Um outro programa responsável pelas ações do Mobral foi o Programa de Educação Integrada (PEI). Este contou com a oferta de educação pós-alfabetização, a partir de 1971 em diversos Estados do país, através de convênios firmados entre a Fundação e as Secretarias de Educação. O PEI foi reconhecido pelo Conselho Federal de Educação, em 1973, o que levou à equivalência de sua conclusão às séries iniciais do Ensino Fundamental.

Após 10 anos de existência, o Mobral entrou em crise. Seus dirigentes, então, buscaram formas estratégicas, a partir do quadro político e social do Brasil, no sentido de manter sua sobrevivência. Uma dessas estratégias, o chamado “Mobral Infanto-Juvenil”, criado a partir da dificuldade em recrutar alunos adultos analfabetos para as salas de alfabetização, foi responsável pela criação da CPI do Mobral. Com a estratégia do Mobral Infanto-Juvenil, as Comissões Municipais do Movimento, no intuito de cumprir as metas estabelecidas, passaram a aceitar alunos menores de 15 anos em salas do Mobral. A primeira experiência do movimento em receber alunos não adultos em suas salas aconteceu no estado do Rio Grande do Sul, “onde as taxas de analfabetismo são substancialmente menos elevadas e onde as dificuldades de recrutamento apareceram mais rápida e drasticamente” (PAIVA, 2003, p. 378). Ainda, a autora explanou sobre o Projeto:

essa questão se tornou pública quando o MOBREAL, por sugestão do ex-ministro Nei Braga, preparou um Projeto Infanto-Juvenil de caráter nacional e pretendeu incluí-lo na proposta orçamentária de 1974, visando atingir 1.500.000 crianças. O conteúdo da proposta era o seguinte: o MOBREAL passaria a atender à clientela de 9 a 14 anos não absorvida pelo Sistema Regular de ensino, alfabetizando-a e incorporando-a ao seu Programa de Educação Integrada, quando não fosse possível integrá-la ao sistema regular de ensino após a alfabetização. Para tanto, o movimento realizaria uma ação conjunta com o Departamento de Ensino Fundamental do MEC, com as secretarias estaduais e municipais de Educação e estaria encarregado de treinar o pessoal necessário ao programa, acompanhar o seu desenvolvimento e avaliá-lo (PAIVA, 2003, p.380)

O projeto do Mobral Infanto-Juvenil foi implantado nos anos de 1973 e 1974 em vários estados da região Nordeste, a partir de convênios com Secretarias de Educação, nos quais estabeleciam que o Mobral pagava os professores e oferecia o material didático necessário. Da proposta inicial no Rio Grande do Sul, o MEC rejeitou completamente o programa experimental, entretanto, se espalhou em outros estados. Diante disso, instaurada a polêmica, o Congresso Nacional cria a CPI devido a “celebração de convênios com os

municípios, para alfabetização dos excedentes das escolas primárias, envolvendo a matéria, normalmente a investigação e análise da atuação do Mobral”<sup>6</sup>, uma vez que este projeto ia de encontro à proposta de universalização do ensino de primeiro grau. À guisa de considerações sobre o Movimento, mais uma vez recorreremos à Paiva, a qual defende que o fim do Mobral inicia-se em sua concepção, uma vez que “com que ele está sendo sepultada toda e qualquer esperança dos defensores do regime autoritário de pretender ter conduzido adequadamente a política educacional do país na década de 70 e metade da de 80” (pp. 403-4).

### **2.3 A Redenominação do Mobral e os Documentos Legais da Fundação Educar**

No final do primeiro ano do Governo Sarney, precisamente em 25 de novembro de 1985, o Decreto nº 91.980 redefine os objetivos do Mobral, alterando sua denominação para Fundação Educar. Esta alteração se deu no sentido de buscar a ampliação das oportunidades de acesso e retorno à escola de jovens e adultos previsto no Programa Educação para Todos, visando a erradicação do analfabetismo e a implementação de programas de alfabetização e educação básica para este público específico. A Fundação Mobral passou a ser denominada Fundação Educar, com o objetivo de “*fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinada aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente*”. A Educar deveria promover a alocação de recursos à execução de programas de alfabetização e educação básica, incentivar a criação e a divulgação de metodologias de ensino, além de estimular a valorização e capacitação dos professores responsáveis pelas ações educativas. O diferencial da Educar em relação ao Mobral é que os programas de alfabetização de jovens e adultos foram executados, de forma regionalizada e participativa, a partir das demandas encaminhadas à Fundação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e demais entidades públicas e privadas.

---

<sup>6</sup> Relatório da CPI do MOBREAL. Diário do Congresso Nacional – Seção II, 11 Maio 1976, p. 2321.

O Estatuto da Fundação Educar, de acordo com o Decreto nº 92.374, de 06 de fevereiro de 1986, estabelecia sua jurisdição em todo o Brasil e com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Tinha como objetivo a execução de programas de alfabetização e de educação básica não-formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente. Esses objetivos deveriam ser alcançados através de convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, bem como com outras entidades públicas e privadas. O Estatuto da Educar tem semelhanças ao do Mobral, aprovado em 1968 pelo então Presidente da República, Artur Costa e Silva. Tanto o Mobral quanto a Educar tinham suas sedes no Rio de Janeiro, com duração indeterminada e as estruturas organizacionais das duas fundações eram análogas, tanto quanto à competência dos seus órgãos, da Presidência, dos patrimônios e das receitas. Ainda em 1986, o Decreto nº 92.544, trazia alteração no Estatuto da Fundação Educar quanto ao patrimônio, à receita e às disposições gerais e transitórias. Já na gestão de Hugo Napoleão, como Ministro da Educação, foi publicado o Decreto nº 95.669, de 26 de janeiro de 1988, que altera novamente o Estatuto da Fundação Educar, transferindo a sede e foro para a cidade de Brasília/DF, o que o Estatuto da Fundação Mobral também pretendia já no final da década de 1960.

No ano de criação da Educar, o Ministério da Educação nomeou uma Comissão para elaborar as diretrizes político-pedagógicas dessa Fundação, cuja proposta constituía um “*serviço educativo para jovens e adultos*”, que correspondia às então quatro primeiras séries do Ensino Fundamental; deveria possibilitar o exercício da leitura e da escrita em Língua Portuguesa, o domínio da leitura e da escrita de símbolos e de operações matemáticas básicas, além dos conhecimentos das ciências sociais e naturais e de “*informações indispensáveis a um posicionamento crítico do indivíduo, enquanto ser social, face à realidade em que vive*”, destacado também em Lovisolo (1988).

A Fundação Educar tinha sua ação caracterizada pela descentralização da administração, planejamento e execução das ações educativas, definidas conforme as avaliações de necessidades formuladas junto aos órgãos locais responsáveis pelos programas de educação. As ações diretas da Educar foram planejadas e executadas sob sua responsabilidade, enquanto que as indiretas

eram executadas por órgãos governamentais ou da sociedade civil, com o apoio da Educar, e, para tanto, esses enviavam seus projetos de acordo com as finalidades e competências da Fundação.

A ação que a Fundação privilegiava, sem dúvida, as formas indiretas, uma vez que buscava a descentralização das ações, mediante o incentivo, o apoio e o financiamento dos programas de educação de jovens e adultos. Faz-se importante destacar a prioridade de atendimento da Fundação, a qual seria as áreas ou regiões com maior concentração de jovens e adultos analfabetos, mas o atendimento nas áreas rurais e de interior também recebiam recursos necessários para a efetiva oferta de vagas nas turmas de educação básica de jovens e adultos. A Fundação Educar buscava privilegiar as regiões não cobertas pelos órgãos públicos estaduais e municipais e as de clientela potencial, oferecendo apoio aos programas sugeridos e aprovados.

Os princípios metodológicos das ações implementadas pela Fundação Educar deveriam ser balizados na consideração do educando como sujeito do seu processo educativo, participando ativamente das situações de aprendizagem, na realidade pessoal e social do educando e no espaço específico da educação. As propostas deveriam se caracterizar por uma estrutura flexível de atendimento, considerando as características próprias dos alunos que seriam atendidos pelos programas financiados pela Educar.

Em relação ao perfil dos professores e monitores para atuar nos programas da Educar, deveriam ser estabelecidos critérios de seleção e recrutamento para o exercício dessas funções na educação básica de jovens e adultos, destacando a importância de contratar professores habilitados para o então ensino de primeiro grau e que não se encontravam no exercício do magistério, além de oportunizar a contratação de universitários e estudantes de cursos de habilitação para o magistério (antigos cursos normais). É importante destacar que a Educar deveria aproveitar os professores leigos com experiência no Mobral. A Fundação deveria manter um programa permanente de capacitação e de aperfeiçoamento de seus professores, monitores e supervisores, bem como oferecer a habilitação aos professores leigos que atuavam em seus programas de educação básica. A produção de material didático deveria ser realizada pela Educar para os alunos jovens e adultos. A Fundação deveria também fomentar e apoiar a produção de

outros materiais, de acordo com as necessidades dos grupos atendidos em todo o Brasil.

Nas Diretrizes para a Educar, foi criada a figura do Supervisor, com a intenção de assegurar o diagnóstico, a programação, o acompanhamento e a avaliação num processo dinâmico e articulado à prática educativa. A avaliação e o acompanhamento das ações financiadas pela Fundação Educar deveriam delinear, obter e fornecer informações quanto aos procedimentos administrativos e pedagógicos, sendo realizadas por um Comitê-Assessor de Seleção e Avaliação de Projetos, responsável pela seleção das propostas que seriam apoiadas financeiramente pela Fundação. Um outro ponto destacado pela Educar seria o desenvolvimento de estudos e pesquisas referentes ao cotidiano de sua prática educativa.

O Regimento Interno apresenta, detalhadamente, a estrutura organizacional da Fundação Educar, constituída pelos órgãos colegiados – Conselho Administrativo e Conselho Consultivo - pela Direção Superior e mais três outras diretorias. A Direção Superior correspondia a Presidência e seu Presidente, era nomeado pelo Presidente da República. As demais Diretorias – Técnica, de Operação e de Administração – além das chefias de Gabinete, Procuradoria Jurídica, Assessoria de Comunicação Social e Auditoria eram nomeados pelo Presidente da Fundação. O Regimento permitia a criação de cinco Superintendentes Regionais com a função de assessorar à Presidência em assuntos referentes à articulação entre as Coordenações da mesma região. O Regimento ainda garantia a absorção total dos servidores do Mobral no quadro da Educar.

### 3 O DISCURSO DA RENOVAÇÃO E AS PRÁTICAS DO PASSADO: A FUNDAÇÃO EDUCAR NO CONTEXTO DA NOVA REPÚBLICA

*O Brasil está decidido a entrar no século XXI  
como um povo alfabetizado.*

José Sarney  
(em novembro de 1986)

#### 3.1 A Nova República e o Governo “Tudo pelo Social”

*“Restaurar a democracia é restaurar a República. É edificar a Nova República, missão que estou recebendo do povo e se transformará em realidade pela força não apenas de um político, mas de todos os cidadãos brasileiros!”*. O termo “Nova República” foi cunhado pelo então candidato à Presidente da República Tancredo Neves em um discurso, durante a campanha eleitoral em Vitória/ES, em Novembro de 1984, para designar o novo momento da história política do Brasil marcado com a iminência do fim de duas décadas de regime militar e a eleição (ainda) indireta de um civil para Presidente da República. A ditadura imposta pelos militares brasileiros teve início em Março de 1964, quando o General-de-Divisão do Exército Olympio Mourão Filho se rebela contra a instabilidade política, as possibilidades de conspirações, a crise econômica e a efervescência da sociedade e ordena o deslocamento de suas tropas e equipamentos de Juiz de Fora/MG ao Rio de Janeiro com o objetivo de derrubar o Presidente João Goulart. Sem resistência, Goulart se exila no Uruguai e as Forças Armadas assumem o poder. Instaurado o regime autoritário, o Marechal Castello Branco é eleito para completar o mandato de João Goulart com um discurso democrático e apresenta o golpe militar como uma intervenção corretiva e transitória. O primeiro governo militar foi o responsável pela institucionalização do regime autoritário com a implantação da doutrina de segurança nacional, cassação de direitos políticos, a edição dos primeiros Atos Institucionais, a extinção de partidos políticos, a intervenção dos sindicatos, a suspensão de

garantias constitucionais e o fim das eleições diretas para Presidente da República. Para Couto (2001), este período

ainda não é o de uma ditadura radical. Há relativa liberdade de imprensa, o Judiciário opera regularmente, apesar de encarcerado na legislação autoritária. O Parlamento funciona, ainda que com pouco ou nenhum poder. As oposições estão desfiguradas, sem força. Para a implantação do bipartidarismo, no início de 1966, a Arena, partido do governo, “emprestou” deputados para a criação do MDB, que não dispunha de número mínimo legal. Num quadro recessivo, o governo promove reformas econômicas e administrativas de grande envergadura e transcendência. Arruma a casa. Controla a inflação e reduz o deficit do balanço de pagamentos. Deixa prontas as bases do crescimento econômico acelerado do período 1968-1973 (in BASTOS, p. 54-5)

Devido à inconformidade da Câmara dos Deputados diante da cassação dos mandatos de seis deputados federais, Castelo Branco ordena o fechamento do Congresso, que só é reaberto para discutir o projeto da Constituição de 1967. Em 1967, assume outro marechal do Exército – Arthur da Costa e Silva – líder da linha dura militar, que defendia a permanência do regime de exceção. Seu governo foi conhecido como responsável pelo crescimento e transformação da economia brasileira, mormente conhecido como milagre econômico. No campo político, inicia-se a luta armada contra o regime militar e no final de 1968, as manifestações nas ruas espalhavam-se pelo Brasil. No sentido de registrar o endurecimento do regime, o governo baixa o Ato Institucional nº 5, o qual permite fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos, suspender direitos políticos, estrangular as garantias e os direitos individuais, permite a intervenção em Estados e Municípios, limitar o Poder Judiciário, suspender o *habeas corpus* para acusados de crimes contra a segurança nacional e concentra poderes ilimitados no Presidente da República. Líderes oposicionistas recrutam jovens para a luta armada, a guerrilha. Com o afastamento de Costa e Silva, devido a grave doença, os então ministros militares formam uma Junta que impede a posse de Pedro Aleixo, vice-presidente, preserva o AI-5 e outorga Emenda Constitucional, a qual incorpora legislação autoritária. O general Médici assume a presidência em 1970 e o Brasil está então no auge da ditadura com a imprensa sob censura e a guerrilha urbana e rural sitiada. No entanto, com a crise do petróleo de 1973, o país necessitava de mudanças econômicas e é escolhido um sucessor de Médici. Em 1974, o general Ernesto Geisel é eleito Presidente da República com a



responsabilidade de começar uma lenta e prudente abertura que perdura até o Governo João Figueiredo. Ainda Couto (op.cit) levanta um paradoxo do Presidente Geisel:

é exatamente o mais autoritário e marcial dos cinco presidentes militares que desencadeia o desmanche do regime. Geisel é o ditador da abertura política. Teme pela hierarquia militar, que entende ameaçada pela autonomia e hipertrofia do sistema de repressão política. Considera o regime anacrônico e desnecessário. Mas está convencido de que não pode ser desfeito abruptamente sem grave risco de descontrole. Desconfia da seriedade da imprensa, mas considera a censura inaceitável e estimulante da corrupção. Seu principal projeto político é a distensão, a abertura política gradual. É contrário a eleições diretas para presidente da República e partidário de governo forte, com grande poder de mando e dependência mínima do Congresso em assuntos substantivos, como o orçamento público. (p.58-9)

Considerando todo o período de ditadura militar, para a efetiva abertura política foi necessária mais de metade. Geisel, assessorado pelo seu Chefe de Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva, teve que buscar caminhos para este processo de abertura. Na segunda metade da década de 1970, o panorama mundial já era outro com a economia mundial mergulhada na crise energética e as ditaduras já eram mal vistas pela comunidade internacional. O Brasil passa a ser conhecido pela explosão da dívida externa e a estatização da economia. Aos poucos, a ditadura vai sendo desmontada, com a sociedade civil ganhando força e o legislativo adquire novo formato com a vitória do MDB. No entanto, marca o governo Geisel a resitência militar e policial à abertura política. O caso do assassinato do operário Manuel Fiel Filho pelo DOI-Codi de São Paulo marca o auge dos abusos da repressão no governo militar, quando Geisel que assume o comando do aparelho de repressão política. José Genoíno<sup>7</sup>, guerrilheiro no Araguaia, ao se pronunciar sobre os abusos da repressão, revelou se acreditar então que o Brasil buscava seguir o modelo adotado pela ditadura argentina, baseado na eliminação indiscriminada de pessoas, mesmo sem relação com a luta armada. Em 1975, foram eliminados muitos dirigentes dos PCs e são feitas prisões, entre as quais de jornalistas – nelas foi assassinado Vladimir Herzog. O chamado “Pacote de Abril”, editado em 1977, Geisel fecha o Congresso e muda a legislação eleitoral, aumentando o mandato de Presidente da República de cinco para seis anos. Surge a figura do “senador biônico”, os senadores eleitos pelas

---

<sup>7</sup> Ex-Presidente do Partido dos Trabalhadores.

Assembleias Legislativas. Apesar do pacote, Geisel deixa o governo em 1979 com o Congresso Nacional parcialmente recuperado, a tortura de presos políticos eliminada, o *habeas corpus* restabelecido, parte dos exilados políticos autorizados a voltar ao Brasil e o AI-5 extinto pela Emenda Constitucional nº 11.

O governo do último presidente general, João Figueiredo, é marcado pela abertura política, recessão econômica e dívida externa. O Brasil já discutia a anistia política ampla, geral e irrestrita e o Poder Judiciário atuava livremente. O ponto alto de seu governo foi a aprovação da Lei de Anistia, em 1979. Somam-se, ainda, o restabelecimento do pluripartidarismo ainda de forma controlada, a partir da Lei Orgânica dos Partidos, a retomada das eleições para Governadores e a eliminação das eleições indiretas dos senadores biônicos. O processo de redemocratização do país tem seu ponto chave na mobilização popular por eleições presidenciais diretas, conhecido como “Diretas Já”. No entanto, a proposta de emenda constitucional do desconhecido deputado Dante de Oliveira, do PMDB de Mato Grosso, foi derrotada, mas a mobilização e a causa resistiram. O próximo passo seria o Colégio Eleitoral e lá estariam Tancredo Neves e José Sarney, como candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República.

O Colégio Eleitoral era a opção viável e certa de Tancredo Neves ser eleito Presidente da República. Caso a emenda das Diretas tivesse sido aprovada, o nome de Ulysses Guimarães teria maiores chances. Estrategista político, Tancredo sabia da importância e da dependência do Partido Democrático Social (PDS), controlador da maioria dos votos no Colégio Eleitoral, e o seu Vice na chapa deveria sair do PDS. Como se fosse disputar uma eleição direta, Tancredo estrutura sua campanha eleitoral, apresenta plataforma de governo e defende a democracia; busca, então, o apoio popular. O Instituto Gallup realizou uma pesquisa em Dezembro de 1984 e mostrou que Tancredo receberia 70% dos votos, caso a eleição fosse direta. Por outro lado, Tancredo faz contatos com os eleitores indiretos, recebe adesões e apoio, embora temesse a resistência militar e, principalmente, uma ação golpista planejada e comandada pelo general Newton Cruz. Finalmente, em 15 de Janeiro de 1985, Tancredo Neves elege-se presidente da República, daí em diante estrutura a sua equipe de governo e faz viagens internacionais. Uma semana antes da posse, anuncia o seu ministério e concede a primeira entrevista coletiva de um presidente brasileiro em mais de vinte anos. A posse então estava marcada para 15 de Março. Na véspera da

posse, Tancredo Neves é internado, operado e falece em 21 de Abril. Depois de dúvidas e confabulações, Sarney toma posse e aquele dia dá início à Nova República, termo que marcou o governo Sarney.

Fausto (2006) acredita que no campo político, o novo presidente da república teve que fixar em dois pontos essenciais: na revogação das leis sacionadas no período militar e a eleição da Assembleia Constituinte. Para Penna, o governo da Nova República tinha duas dificuldades de ordem política para promover a transição democrática:

seu titular foi guindado a esta posição em circunstâncias trágicas e imprevisíveis, e a composição de forças que se reuniu para lograr êxito eleitoral contra a candidatura do continuísmo oficial trazia consigo contradições bastante acentuadas para um desafio como este. No primeiro caso, o presidente Sarney tratou de manter a equipe ministerial constituída por Tancredo. Tal situação impôs a Sarney limitações além das próprias, em visível desacordo com as exigências históricas de um momento tão decisivo para a nação como um todo. Se a legitimidade do processo indireta era contestada, a figura de Tancredo conseguira pairar acima deste problema. Possuía a credibilidade necessária para conduzir a transição, o mesmo, no entanto, não acontecia com o presidente Sarney. E esta questão se tornou mais agravada, em virtude da segunda dificuldade, isto é, a da composição das forças que originaram a Aliança Democrática (PENNA, 1999, p. 308).

Sarney manteve os ministros escolhidos por Tancredo até o início de 1986, quando promoveu a primeira reforma ministerial. Marco Maciel, por exemplo, que havia sido escolhido para o Ministério da Educação foi transferido para o Gabinete Civil. A principal realização de Sarney, sem dúvida, foi a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de reescrever a Constituição Federal. Embora Sarney tivesse ligação com todos os presidentes gerais da ditadura, seu governo se pautou no respeito às liberdades públicas e revitalização da ordem jurídica, no entanto, a flutuação da economia brasileira foi seu grande temor durante todo o mandato, já que os índices inflacionários vão da estabilidade de preços de 1986, à inflação superior a 80% em um mês, no final de seu governo. Foi durante a Assembleia Constituinte que surge o “Centrão”, grupo formado por parlamentares dispostos a barganhar a garantia de proposições mais progressistas na Constituição em troca de favorecimentos. *(Re)inicia-se ali a política “é dando que se recebe”*. Por conta do ideário progressista, *“o texto constitucional agasalhou artigos dignos de um “estado de bem-estar social”, característico das sociedades ocidentais mais modernas e desenvolvidas”* (op. cit, p.311).

A Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 01 de Fevereiro de 1987, perdura até 05 de Outubro de 1988, sob a presidência de Ulysses Guimarães, do PMDB-SP, e nela tudo foi discutido, não se tendo nenhuma referência a seguir ou servir de modelo. Ali são garantidos os direitos e as garantias individuais e a organização do Estado brasileiro, são restabelecidas as eleições diretas para presidente da República e os analfabetos ganham o direito de votar. Santos destaca que o período pós-ditadura provocou uma exuberância participativa

com a inclusão dos analfabetos ao contingente de eleitores, com a Assembleia Nacional Constituinte de 1986 e a continuada mobilização eleitoral da população adulta, com a circulação provocada pela divisão social do trabalho e a multiplicação de interesse, todos esses processos se somaram, gerando expectativas positivas quanto ao futuro imediato de cada um. (SANTOS, 2007, p. 179)

Momentos de euforia do povo brasileiro foram registrados no governo “Tudo pelo Social” - slogan adotado por José Sarney durante seu mandato como presidente da República –, como também momentos de incertezas e perdas devido à grave crise econômica enfrentada. Como relata Ramos (*in Bastos: 2001, p.115*), “*na história republicana brasileira não houve tempos que tenham tido tão intensa vida jurídica como no governo Sarney*”. Antes da posse, um imbróglio já tinha que ser solucionado para o tão sonhado dia 15: se Tancredo, doente e internado, estava impedido de assumir, Sarney, seu vice, cuja função seria substituí-lo, não podia assumir, uma vez que não havia substituição se não existia a quem substituir. Ao final da fatídica noite, o general Leônidas Pires Gonçalves garantiu a posse de Sarney, assegurando uma transição tranquila, mesmo depois de Figueiredo ter comunicado que não passaria a faixa presidencial a ele:

No dia da doença de Tancredo, o general Leônidas já estava com o Comando Militar na mão. Na véspera da posse, nós fomos ao Hospital em que Tancredo estava internado, e havia aquela situação: Tancredo opera, não opera. Porque ele resistia, com grande espírito público, e só quis se operar depois de assegurar que eu tomaria posse, pois temia um retrocesso. Aí, começou a chegar inúmeros boatos de que havia movimento militar. O general Leônidas, que ali estava, disse: “Vamos tirar isso a limpo”. Leônidas estava sem gravata e pediu ao coronel Barroso, hoje general, que era o chefe da Casa Militar da vice-presidência, mas ainda não tendo tomado posse, emprestada a gravata.. Pronto, ele falou: “Vamos ao Leitão de Abreu”, chefe do Gabinete Civil de Figueiredo. Quando chegou no Leitão de Abreu, com Ulysses, Fernando Henrique, que também se agregou à comissão, José Fragelli (presidente do Senado), Leônidas foi logo dizendo: “Nós viemos aqui comunicar que o Sarney vai tomar posse às 10h da manhã. (JOSÉ SARNEY em entrevista concedida a Túlio Velho Barreto,

Sérgio Montenegro Filho e Paulo Sérgio Scarpa, em Recife/PE, em 06/03/2005).

Não há boas lembranças dos indicadores da economia durante o governo Sarney. O crescimento do Produto Interno Bruto do país, a taxa de inflação e o nível de desemprego refletem as condições de bem-estar da população, que eram aceitáveis durante a ditadura militar até 1973: o PIB brasileiro foi considerado um dos mais elevados. Se a Nova República consolidou a democracia, a liberdade de imprensa e a plena autonomia dos sindicatos de trabalhadores, o índice inflacionário atingiu média anual superior a 1.320%. O economista Delfim Neto observa que as crises econômicas do Brasil estão ligadas à alguma crise energética mundial, e o governo da Nova República se iniciou sob os efeitos da crise do petróleo da década de 1970.

Para conter o “monstro” inflacionário, o governo lançou o Plano Cruzado em Fevereiro de 1986, numa “*tentativa ousada e válida para cortar pela raiz o mal inflacionário*” (DANTAS, 2001: p. 145). No entanto, o Plano não alcançou o sucesso esperado devido à falta de vontade política para realização de cortes no Orçamento da União. A grande vedete do Plano Cruzado foi a elevação da demanda, com os brasileiros indo às compras, devido ao congelamento dos preços, que causou desabastecimento em todos os setores industriais do país e o aparecimento dos “fiscais do Sarney”, pessoas comuns que chegaram a cantar o Hino Nacional nas portas dos supermercados, sob o foco das câmeras de televisão. Sarney lançou também mais dois planos econômicos: os Planos Bresser e Verão. O Plano Bresser tentou evitar os problemas derivados do congelamento de preços e o Plano Verão previa medidas efetivas no campo fiscal, as quais não permitisse que a União gastasse mais do que arrecadava e mantinha o congelamento de preços e salários.

Na área trabalhista, o movimento sindical ressurgiu em São Bernardo do Campo apoiando greves por todo o país. Até 1988, o então Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, tinha contabilizado mais de 12 mil paralisações grevistas. A Nova República abriu mão de uma prerrogativa inaugurada no governo de Delfim Moreira<sup>8</sup>: a intervenção nos sindicatos. Sarney sempre esperou pelo

---

<sup>8</sup> Presidente da República entre Novembro de 1918 a Julho de 1919.

pronunciamento dos Tribunais do Trabalho. Quanto à política cultural para o Brasil, o governo implantou uma legislação avançada - conhecida como Lei Sarney - levando em consideração que o processo artístico e cultural brasileiro confunde-se com o processo civilizatório. Sarney criou o Ministério da Cultura<sup>9</sup>, a partir do desmembramento do antigo Ministério da Educação e Cultura. A Lei Sarney concedeu incentivos fiscais às pessoas físicas e jurídicas na área do Imposto de Renda para as operações de caráter cultural ou artístico, através de doação, patrocínio ou investimento. (Bastos, 2001).

Embora o slogan do governo Sarney demonstre a preocupação com a questão social, a mesma foi objetivo secundário dos planos governamentais, como subproduto do crescimento econômico. A Nova República tinha como princípio a expansão da economia como fundamental para a melhoria do bem-estar social, marca característica da Constituição Federal de 1988. Os números, divulgados no I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, ressaltam a importância e a urgência de intervenção na questão social, pois cerca de 68 milhões de brasileiros pertenciam a famílias com renda inferior a três salários mínimos e mais de 18 milhões ganhavam menos de um salário mínimo. A pobreza marcou a sociedade brasileira tal como a mortalidade infantil e o analfabetismo.

Maciel (1987) afirma que o governo da Nova República teve a educação como prioridade. O discurso do primeiro governo da Nova República afirmava ter iniciativas legitimadoras, supostamente democráticas, e tinha como norteador o documento “Compromisso com a Nação”, firmado pelo PMDB com a Frente Liberal, o qual foi assinado em 7 de Agosto de 1984 por Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Aureliano Chaves e Marco Maciel, previa “*Educação fundamental para todos. Fortalecimento da Universidade e efetivação de sua autonomia. Apoio à pesquisa, ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural*”. Na prática, Sarney substituiu o Ministro da Educação por cinco vezes durante seu mandato de cinco anos: Marco Maciel foi ministro no período de 15 de Março de 1985 a 14 de Fevereiro de 1986; Jorge Bornhausen, de 14 de Fevereiro de 1986 a 5 de Outubro de 1988; Aloísio Guimarães Sotero assumiu interinamente o Ministério entre 6 e 30 de Outubro de 1987; Hugo Napoleão foi

---

<sup>9</sup> Decreto nº 91.144, de 15 de Março de 1985.

Ministro entre 3 de Novembro de 1987 a 16 de Janeiro de 1989; e Carlos Corrêa de Menezes Sant'Anna, de 16 de Janeiro de 1989 a 14 de Março de 1990.

O Brasil da Nova República tinha baixos níveis de escolarização de sua população e os serviços educacionais oferecidos pelo Estado não atendiam às necessidades da demanda. Em consequência disso o acesso e a permanência dos alunos não eram garantidos e a qualidade do ensino permanecia em declínio. Além disso, o número de analfabetos adultos ainda insistia em não diminuir, apesar da maçante atuação do MOBRAL por mais de vinte anos. No ensino de 1º grau (atual Ensino Fundamental), os amargos índices permaneciam inalterados.

Na década de 80, a matrícula nas quatro primeiras séries do 1º grau cresceu em ritmo inferior ao do aumento vegetativo da população. E mesmo quando as matrículas na primeira série aumentaram em ritmo similar ao crescimento da população, não se reduziram os deficits: os alunos ingressam na escola, mas não conseguem progredir regularmente ao longo das quatro séries. (I PNDNR, 1986, p.59)

Na segunda metade da década de 1980, registrava-se quase 50% de alunos reprovados nas primeiras séries do Ensino Fundamental e, nas escolas localizadas na zona rural, este número ainda era maior. O gargalo da escolarização já se encontrava em seus primeiros anos. Apenas 26% dos alunos concluíam o Ensino Fundamental na idade prevista. Os números comprovam quase  $\frac{3}{4}$  dos alunos matriculados ficavam absorvidos nas demais séries, aumentando o número de alunos por sala de aula, gerando condições inadequadas para o processo de ensino-aprendizagem. Quanto à evasão escolar, 45% dos alunos abandonaram a escola ainda nas quatro primeiras séries para buscar o mercado do trabalho e para ajudar a família nas atividades domésticas, além do registro associado às dificuldades de alfabetização. O I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República admitia a carência de formação e capacitação de professores, especialmente para os professores leigos que atuavam no Ensino Fundamental, além da baixa remuneração para a carreira docente. A Nova República também vivenciou o estrangulamento do Poder Público quanto às possibilidades de oferta do Ensino de 2º Grau (atual Ensino Médio). A demanda crescia em progressão geométrica e a oferta, em progressão aritmética, bem distante da necessidade dos alunos que conseguiam chegar à esta etapa de ensino. O 2º Grau sempre foi considerado seletivo, uma vez que o Estado oferecia, mesmo precariamente, o 1º e o 3º Graus, e a etapa intermediária

não era privilegiada pelos governos de todas as esferas. Um outro ponto importante é que o ensino de 2º grau oferecido pelo Estado, em sua maioria, era ofertado no turno noturno, de qualidade inferior ao do diurno. Em algumas regiões do país, mais de 50% das vagas nesse grau de ensino eram ofertadas em escolas privadas. A Lei nº 5.692/71, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na época em vigor, garantia o direito de jovens, adolescentes e adultos a prestarem exames supletivos tanto de 1º quanto de 2º graus, e prefeituras e estados, de formas incipiente e insipiente, ofereciam apoio pedagógico através de cursos específicos e atendimentos direcionados. O Mobral, durante o período ditatorial militar, era responsável pela alfabetização de adultos; no entanto, sua proposta foi caindo no descrédito, uma vez que constatou-se um regresso nos alunos por desuso da leitura e da escrita. No final do primeiro ano da Nova República, o MEC lança a Fundação Educar, a partir de uma repaginada nos estatutos legais do Mobral e, especialmente, da forma de execução das propostas de alfabetização de adultos.

Diante do quadro educacional da segunda metade da década de 1980, a Nova República buscou, pelo menos no Plano Nacional de Desenvolvimento proposto para os anos de 1986 a 1989, “assegurar acesso de todos o ensino de boa qualidade, notadamente o básico, enquanto direito social, com base em soluções que traduzam os anseios da coletividade” (I PNDNR, 1986, p. 64). Para isso, o governo Sarney estava ciente da necessidade de uma redefinição da escola a fim de atender as demandas e as especificidades da sociedade brasileira.

Universalizar o ensino de 1º grau; melhorar e ampliar o 2º grau; redimensionar as modalidades supletiva e especial de ensino; estabelecer padrões mais elevados de desempenho acadêmico; integrar a educação física e o desporto no processo educacional; utilizar recursos tecnológicos para fins educativos e, finalmente, redefinir as competências institucionais no exercício dos encargos públicos constituem objetivos básicos das ações que integram as linhas programáticas da educação. (I PNDNR, 1986, p.65).

A Constituição Federal de 1988 veio corroborar com as linhas programáticas do I PNDNR. O Art. 208 garantiu o direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente da idade. Diminuir o analfabetismo e garantir a universalização do atendimento escolar significa o acesso de todos os cidadãos brasileiros, pelo menos ao Ensino Fundamental.



A Nova República, promove, enfim, a primeira eleição direta para presidente da República após o período de exceção imposto pelos militares, sendo eleita a chapa formada por Fernando Collor, de Alagoas, e Itamar Franco, de Minas Gerais. Em Março de 1990, Sarney passa a faixa presidencial para Collor. No dia da posse, o novo presidente surpreende o Brasil com a extinção de autarquias e fundações e com o confisco do dinheiro nas contas correntes e poupanças dos brasileiros.

### **3.2 Políticas Públicas e Educação**

Com o advento do processo de redemocratização do País iniciado em 1985, intensificaram-se os debates em vários setores da sociedade brasileira, inclusive quanto às questões referentes à educação no contexto das políticas sociais, tendo em vista o papel do Estado enquanto responsável pela implantação e gestão dos serviços públicos na área. O Brasil necessitava intervir na área da educação, como na da saúde, no sentido de garantir tais direitos, uma vez que as possibilidades do cidadão e de sua família arcarem com essas despesas passaram ser menores, em razão dos altos custos. A política social brasileira sempre esteve atrelada à política econômica, não conseguindo se sobressair no conjunto das políticas públicas governamentais. Numa breve revisão histórica, podemos destacar a criação de programas financiados através de fundos especiais da Previdência, especialmente a partir do início da década de 1980, e os especiais com destinação específica como o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), o salário-educação, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o PIS-PASEP; fundos esses que representavam mais de 80% do orçamento da União. Para a área educacional, parte do financiamento de programas, como o da merenda escolar e o da construção de escolas, foi efetuado através do Fundo Salário-Educação e da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Um grande entrave para a implantação e implementação de uma política social no Brasil sempre foi o padrão de organização da estrutura de proteção social, baseada na centralização político-organizacional, na

burocratização e na existência de órgãos diversos desenvolvendo programas semelhantes. Na década de 1980, por dois momentos, os então presidentes da república João Baptista Figueiredo e José Sarney criaram o Ministério da Desburocratização, com o objetivo de diminuir o impacto da máquina burocrática na vida social e econômica do Brasil.

O Governo José Sarney produziu o *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República*, bem como documentos intitulados *Prioridades Sociais*, em 1985 e de 1986, nos quais são identificadas as perversões do padrão de proteção social, a partir da análise de dois parâmetros – o padrão de financiamento e o padrão organizacional. Pelo padrão organizacional

a “herança” se traduziu num aparelho formidável e complexo, ocupado por burocracia sofisticada e mobilizando volumes significativos de recursos, porém produtor de políticas pífias, socialmente ineficazes, descontínuas, heterôneas e mal compostas no todo, inviabilizando não somente políticas sociais setoriais harmônicas, quanto qualquer definição de uma política social geral para o país. E isto tanto no que se refere à ação voltada para as populações carentes, marginais, “vulneráveis”, quanto para aquelas camadas vinculadas à atividade econômica, portanto com direitos formais à proteção contra os maiores riscos sociais. (INEP, 1987: p.18)

Tendo em vista as péssimas condições econômicas e sociais do Brasil, o Governo Federal implementou o Plano de Emergência para o Combate à Fome, Desemprego e Miséria e os Programas de Prioridades Sociais, os quais identificaram prioridades de clientela. Em conjunto com os programas e Plano de Emergência, o Governo previu medidas localizadas nas áreas de saúde, educação, abastecimento e construção civil. Esta nova intervenção social do Presidente José Sarney revela princípios até então reclamados pela sociedade brasileira:

“a descentralização, com sua forte vertente de municipalização, a integração dos serviços e equipamentos sociais a nível local, a participação popular nos processos de decisão, implementação e controle das políticas sociais e finalmente – algo que vem ganhando força – uma concepção alternativa de organização e distribuição de bens e serviços sociais, correndo paralela à máquina burocrática. Porque é “desinstitucionalizadora”, aparece nas sugestões recorrentes de distribuição de cupons, relação direta com os usuários, distribuição de recursos em dinheiro às famílias, e prevê a participação de associações voluntárias dos mais diversos tipos na implementação das políticas” (INEP, 1987: p.19)

No entanto, as condições estipuladas e esperadas para o cumprimento dessas ações não foram cumpridas no Governo José Sarney, tanto por conta do

círculo vicioso do padrão organizacional, quanto da ausência de uma redefinição de planejamento e ações. Na História do Brasil republicano encontram-se registros de crises sociais e econômicas pautadas, quase sempre, pelo esgotamento do Estado frente a essas questões. A década de 1980, devido à crise fomentada pelo fim do milagre econômico, registra a reorganização da sociedade civil, em direção ao processo de redemocratização do País, após duas décadas de regime ditatorial militar. Esse processo de redemocratização culmina com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, responsável por proporcionar, no Art. 6º da Carta Magna de 1988, direitos sociais – e um deles é a educação – que passam a ser considerados deveres do Estado Brasileiro, através de políticas públicas. De uma forma geral, podemos definir políticas públicas como toda ação pública, que busca concretizar os direitos sociais declarados e garantidos na Constituição Federal, como forma de distribuição de bens e serviços. É importante ter ciência de que uma determina política pública deve ser controlada pelo cidadão, a fim de que toda ação afete toda a comunidade alcançada pela política, uma vez que é um direito coletivo e não individual. Para Cunha; Cunha (2003), todo o processo de formulação de uma política pública envolve

a identificação dos diversos atores e dos diferentes interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública e, posteriormente, a sua regulamentação como política pública. Assim, pode-se perceber a mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado que discutem e fundamentam suas argumentações, no sentido de regulamentar direitos sociais e formular uma política pública que expresse os interesses e as necessidades de todos os envolvidos. (CUNHA, CUNHA, 2003, p.15)

As políticas sociais instituídas a partir do regime militar possuíam características comuns que conformam um certo padrão de intervenção, como por exemplo, os mecanismos de financiamento. Podemos destacar como características desse padrão de intervenção a reduzida efetividade das políticas sociais, a excessiva centralização do poder de decisão política e do controle, a ocorrência de privatização dessas políticas e, finalmente, a inadequação dos mecanismos de financiamento à obtenção de equidade. Durante o governo da Nova República ampliou-se a centralidade da política social, tendo como referência o discurso do resgate da dívida social para com os cidadãos excluídos, sendo assim um dos principais compromissos do governo “Tudo pelo Social”.

Para o cumprimento desse objetivo, foram instituídas comissões de trabalho a fim de discutir e construir propostas viáveis, no entanto estas foram colocadas em segundo plano, uma vez que estavam condicionadas especialmente às questões econômicas.

Para o financiamento da educação de 1º grau e das políticas públicas voltadas à educação da população adulta, o Governo Sarney dispunha de duas fontes de financiamento: as receitas de base orçamentárias, oriundas de impostos da União, dos Estados e dos Municípios, e as receitas extra-fiscais, provenientes de fontes específicas, como o salário-educação, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) e o Finsocial<sup>10</sup>. A União recolhia suas receitas em três fontes: as receitas do Tesouro, compostas de receitas tributárias, patrimonial e de capital; os recursos arrecadados pelos órgãos do próprio governo, por operações de créditos e saldos do ano anterior; e por fontes não-orçamentárias, especialmente levantadas a partir das receitas das empresas estatais. Os Estados federativos dispunham de receitas oriundas dos impostos estaduais como o Imposto de Circulação de Mercadorias, o Fundo de Participação dos Estados e as transferências da União. Os Municípios, por sua vez, utilizavam recursos arrecadados através de impostos, como o Imposto sobre Propriedade Territorial e Urbana e o Fundo de Participação dos Municípios. Foi a Emenda Constitucional nº 24/83, conhecida como Emenda Calmon, que proporcionou uma maior transparência à dotação de recursos públicos à educação. A Lei nº 7.348/1985, que regulamentou a Emenda Calmon, estabeleceu importantes avanços para a garantia de recursos específicos destinados a área educacional, como:

prioridade para o 1º grau, que deve receber parcelas crescentes de recursos (art.30); incorporação do montante das receitas oriundas das transferências da União e dos Estados à receita dos Estados e Municípios, sobre o qual incidem os 25% de gastos com a educação (art. 4º); incorporação à receita prevista no orçamento anual dos créditos adicionais provenientes do eventual excesso de arrecadação (§ 3º do art. 4º); determinação de correção das diferenças entre receitas e despesas previstas e realizadas até os percentuais mínimos obrigatórios no último trimestre do período e, se ainda houve diferença, no exercício seguinte (§ 4º do art. 4º); [...] rejeição da inclusão, nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, daquelas realizadas com pesquisas quando não vinculadas ao ensino, subvenções a instituições privadas de caráter assistencial ou cultural; formação específica de quadros para a administração pública, sejam civis,

---

<sup>10</sup> Instituído através do Decreto-Lei 1.940, de 25 de Maio de 1982, o Finsocial é uma contribuição social destinada a custear investimentos de caráter assistencial em alimentação, habilitação popular, saúde, emprego, justiça e amparo ao pequeno agricultor.

militares ou diplomáticos [...] (art. 6º § 2º); determinação de que os sistemas de planejamento e orçamento detalhem de tal modo seus programas, que suas ações sejam identificadas em seus aspectos operacionais, a nível de subprojeto e sub-atividade orçamentários, na fase de elaboração e execução do orçamento; [...] para além dos itens citados na lei, devem ser retirados das despesas com o ensino os gastos com a cultura, reunidos desde 1985 em ministério próprio” (NÚCLEO DE PESQUISAS PÚBLICAS, 1987, p. 189).

Das receitas extra-fiscais, o salário-educação foi a principal fonte para investimento nas políticas educacionais desde 1964 e que perdura até hoje<sup>11</sup>. Até 1975, o salário-educação era oriundo exclusivamente da folha de pagamentos das empresas vinculadas à Previdência Social, conforme determinava a Lei nº 4.440/1964 em seu Art. 1º, “*representado pela importância correspondente ao custo do ensino primário dos filhos dos seus empregados em idade de escolarização obrigatória e destinado a suplementar as despesas públicas com a educação elementar*”. O salário-educação era dividido em partes iguais, entre o Governo Federal e os estados de origem. A quota do MEC era aplicada na educação primária dos estados mais pobres do país, sobretudo os do Norte e do Nordeste, e a quota dos estados, na rede oficial de ensino. No entanto, parte dessas quotas eram empregadas na concessão de bolsas de estudos a alunos matriculados em escola da rede particular. Veloso (1987) destaca uma segunda trajetória dos recursos das empresas destinados ao salário-educação:

“Essas empresas optando por não arrecadar a contribuição patronal através do INPS, mantinham escolas próprias para seus empregados e filhos ou destinavam as verbas devidas a bolsas de estudos para que estes se matriculassem no ensino privado, mediante convênios. A segunda trajetória manteve-se até os dias de hoje mas a sistemática de aplicação de seus recursos veio a sofrer sucessivas modificações ao longo dos anos, num processo de crescente privatização até 1983. Tal sistemática veio a ser conhecida como “Sistema de Manutenção do Ensino – SME”, expressão a qual seus idealizados se esqueceriam de acrescentar a palavra “particular””. (p. 104)

O salário-educação, portanto, sempre esteve vinculado aos interesses do capital e somente no início na década de 1970, com a promulgação da Lei 5692, o MEC buscou alternativas para aumentar os recursos do salário-educação, tendo em vista a obrigatoriedade da escolaridade de oito anos e a instituição do ensino supletivo. Dois decretos<sup>12</sup> foram essenciais nessa empreitada, um elevava a alíquota sobre a folha de pagamento das empresas, e outro instituiu “novos

<sup>11</sup> Art. 212 da Constituição Federal de 1988.

<sup>12</sup> Decreto-lei nº 1.422/75 e Decreto nº 79.624/75

mecanismos de subsídios aos negócios do ensino” (op.cit, p.105). No Governo Figueiredo, o então Ministro da Educação, general Rubem Ludwig, foi o responsável pela edição do Decreto nº 87.403/1982, o qual proporcionou uma nova política de aprofundamento da privatização dos recursos do salário-educação. Não houve alteração significativa do caráter privatizante do salário-educação na Nova República, embora o governo Sarney sempre tenha declarado que aquele momento era de resgate da dívida social imposta pelos anos de chumbo. Jorge Bornhausen, Ministro da Educação, chegou a publicar anúncio em revistas de grande circulação nacional reforçando o SME: “Salário-Educação é obrigação de lei e receber os benefícios da lei é obrigação de sua empresa”. (INEP, 1987).

O Finsocial, por sua vez, tinha seus recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e são constituídos pela alíquota de 0,5% sobre a receita bruta das empresas públicas e privadas, instituições financeiras e sociedades seguradoras e, no caso de empresas prestadoras de serviços, a contribuição é de 5% sob o valor do Imposto de Renda devido. A tabela abaixo demonstra o crescente repasse dos recursos do Finsocial para a área educacional entre os anos de 1984 e 1986:

**Tabela 1 - Participação da Educação nos Recursos Globais do FINSOCIAL**

<b>Anos</b>	<b>Total da Arrecadação (em Cr\$ 1.000.000)</b>	<b>Recursos do MEC (em Cr\$ 1.000.000)</b>	<b>Participação do MEC (%)</b>
1984	2.000.000	259.206	12,9
1985	8.100.000	1.400.000	17,2
1986	21.000.000	5.100.000	24,2

Fonte: Brasil 1985: Relatório sobre a Situação Social do País – Volume II.

O valor da arrecadação do Finsocial de 1985 representou um aumento substancial devido a medidas tomadas pela Receita Federal junto aos sonegadores do recolhimento do fundo, o que permitiu ao MEC uma maior participação nos recursos. No entanto, parte da arrecadação não foi repassada nos primeiros anos do Finsocial, o que levou os órgãos beneficiados a solicitarem o pagamento dos repasses atrasados. Esses atrasos também foram sentidos na

outra ponta: a Fundação Educar, por exemplo, teve projetos interrompidos e até cancelados devido aos atrasos no repasse de recursos para manutenção dos projetos de alfabetização de adultos. No caso específico da Fundação Educar, esta se beneficiou, pelo menos até 1986, de recursos oriundos dos incentivos fiscais do Mobral, criados pela Lei nº 1.444/1976, a qual estabelecia que as empresas poderiam deduzir quantias doadas ao movimento. Já o FAS, criado pela Lei nº 6.168/1974, tem seus recursos provenientes da renda líquida das loterias e são destinados a financiar projetos de caráter social, nas áreas de educação, saúde, saneamento, previdência, trabalho e justiça, e o MEC é o ministério mais beneficiado por esses recursos. Em dez anos de existência do Fundo, a Educação teve a participação em quase metade do recurso. (INEP, 1987)

Pode-se constatar que o governo da Nova República buscou sim incorporar em suas ações as demandas reprimidas da sociedade, no entanto o quadro econômico e os índices de miséria demonstravam a frágil estrutura política de então. No campo educacional, por sua vez, também foi proporcionado uma abertura ao debate das necessidades prioritárias, o que levou a formulação de uma política que atendesse às demandas, mas que foi reprimida por conta de recursos ainda incipientes à realidade do Brasil pós-ditadura.

### **3.3 A Educação de Pessoas Adultas**

A questão do analfabetismo é relevante em todas as discussões acerca da situação política e social de um país. A busca de alternativas possíveis para a redução do índice de analfabetismo nas últimas décadas é perseguida, de uma forma em geral, por todos os governos. A alfabetização de pessoas adultas tem relação direta com a pobreza, portanto, a educação de adultos é direcionada aos setores e grupos mais pobres da sociedade, àqueles que não tiveram acesso à escola regular na idade recomendada ou este acesso foi limitado. Desde a década de 1940, o governo brasileiro tem destacado esforços no sentido de atender a essas necessidades com campanhas, programas e projetos de alfabetização de adultos, no entanto, por razões diversas, o efeito não foi uma alfabetização da população. Nas últimas décadas do século XX ainda mais de

15% da população adulta ainda era analfabeta, conforme explicita a Tabela abaixo com dados projetados para o governo da Nova República:

**Tabela 2 – População Residente Projetada e Distribuição das Pessoas Analfabetas de 15 anos ou mais de idade.**

<b>Ano</b>	<b>População Residente Projetada</b>	<b>Pessoas Analfabetas de 15 anos ou mais de idade (%)</b>
1986	138.492.900	15,5
1987	141.452.200	15,2
1988	144.427.600	14,6

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – IBGE, 1990.

Diversas críticas ao sistema educacional brasileiro pautaram-se em levantar e refletir sobre esses esforços para a redução do analfabetismo, em que acreditavam que a elite política do país buscava esconder a realidade educacional, mantendo uma grande parte da sociedade ainda na condição de analfabeta. Desta maneira, sempre usava o sujeito analfabeto como forma de propagar ações sociais “vitais” que proporcionassem condições plenas de cidadania a esse sujeito, entretanto, essas ações não os atendiam efetivamente.

A educação da pessoa adulta, por muito tempo, sempre esteve ligada à ideia de compensação, o voluntariado e suas múltiplas motivações também estiverem presente tanto nos discursos políticos dos gestores, como no pedagógico dos profissionais da educação, o que levou a própria escola a perceber essa modalidade de ensino como apêndice de sua função. Fato este que, por muito tempo, as turmas de educação de adultos, quando oferecida em prédios escolares públicos, não obtinham privilégios de localização e qualidade de salas, acessos e merenda escolar.

A partir da aprovação da Declaração do México em 1979, a educação de adultos passou a ser um consenso nos países da América Latina. No Brasil, nesta época, o Mobral já estava presente em todas as regiões, embora não tivesse o fôlego quanto ao atendimento de seu início. A Unesco, durante a realização da IV Confitea, também atenta à questão do analfabetismo, formulou três objetivos específicos para as duas últimas décadas do século:

1) Assegurar a escolarização, antes de 1999, de todas as crianças em idade



escolar e oferecer-lhes uma educação geral mínima de 8 a 12 anos. 2) Eliminar o analfabetismo antes do fim do século, desenvolvendo e ampliando os serviços educativos para os adultos. 3) Melhorar a qualidade e a eficiência dos sistemas educativos da realização das reformas necessárias. (UNESCO, 1979, p.4)

García Huidobro, em trabalho apresentado no Seminário Internacional de Educação Básica para Jovens e Adultos<sup>13</sup>, afirmou que a educação de adultos está na base da construção democrática; entretanto isso contrasta com a pouca atenção dada à educação de adultos, frente ao universo de analfabetos dos países ainda não desenvolvidos. Ainda, o autor lembra que a educação de adultos

“é marcada por um discurso contínuo que fala de participação, respeito e justiça e por um campo de práticas concretas muito mais heterogêneo, perpassando por uma luta cultural na qual estão em disputa o sentido que as classes dominantes querem dar à vida e a esperança dos setores populares, com a significação e a identidade que estes próprios se atribuem” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 1985: p. 61)

Se as diretrizes político-pedagógicas da educação de adultos já sugeriam privilegiar a ligação entre o conhecimento e a realidade do aluno, então a realidade (mesmo difícil) do aluno deve ser ponto de partida na construção de uma proposta metodológica dos programas, buscando, sempre que possível, a participação efetiva dos alunos na formulação dos projetos educacionais, a fim de que suas necessidades possam ser conhecidas, consideradas e respeitadas.

Embora seja discurso corrente a necessidade e a importância social da oferta de turmas de educação de adultos, sobretudo a alfabetização, ainda o Brasil da Nova República foi tímido com relação à aplicação de recursos necessários numa política específica que objetivasse a erradicação do analfabetismo. A partir das discussões da IV Confitea, a Unesco recomendou que os países criassem um sistema de educação de adultos “*capaz de orientar e coordenar o conjunto das ações de alfabetização, pós-alfabetização, educação básica, capacitação para o trabalho e educação não-formal*” (p.9). Essa recomendação do órgão da ONU baseou-se na instabilidade e na pouca duração dos programas de educação de adultos existentes. Huidobro enumera razões diversas que explicam a preocupação da Unesco, tais como a própria demanda

---

<sup>13</sup> Seminário realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 20 a 22 de Novembro de 1985, organizado pelo Ministério da Educação, Fundação Educar, Organização dos Estados Americanos e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

dos alunos adultos analfabetos. Aqui cabe uma exemplificação do ocorrido no Brasil nas décadas de 1970 e 1980: o Mobral sobreviveu a todo regime militar; a Educar, somente o Governo Sarney. Huidobro ainda lembra Brandão (1986) que aponta para a “extrema variedade da educação dos subalternos por tratar-se de uma “estratégia social de intervenção de classe”” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL: 1986, p. 66). Para Brandão:

“No domínio da educação escolar, experiências didáticas e curriculares são realizadas dentro de modelos fixos e codificados de trabalho pedagógico. No domínio da educação não-formal cada “experiência” reclama ser um “modelo”. Nada mais difícil do que consensos em simpósios de educação de subalternos. Na verdade, nada mais indesejado. Da “Educação de Adultos” à “Educação Popular”, formas de trabalho podem ser: alfabetização pura e simples, educação da comunidade, programa de supletivo, programa de capacitação de força de trabalho (inclusão discutível na relação), trabalho político-pastoral de produção e/ou apoio de/a movimentos sociais populares ou, como vimos algumas linhas acima, a “dimensão pedagógica” de parte de trabalho de médicos, agrônomos, assistentes sociais, agentes de pastoral”. (in PAIVA, 1986, p.177).

Para o mesmo autor, as políticas governamentais privilegiam o controle e não os resultados: por exemplo, em ações educativas desenvolvidas tanto pelo Mobral quanto pela Educar, o mais importante era a realização da proposta e ocupação desse espaço, enquanto que a qualidade do desenvolvimento das ações propostas ficam em segundo plano.

Retornando as razões defendidas por Huidobro, quanto à falta de estabilidade e a pouca duração dos programas de educação de adultos, um outro ponto responsável é que essas políticas não ocorrem de forma regular e são esporádicas, conforme a Unesco (1985) também observou; finalmente, o fator influência política e de poder também pode ser considerado como determinante. A utilização de concepções educacionais importadas e a influência pessoal dos responsáveis pelos projetos educativos determinam situações contraditórias que levam à instabilidade da educação de adultos, uma vez que pode-se notar a valorização desse tipo de influência, tendo em vista que a educação de adultos é terreno propício a inovações e experiências.

No que se refere à necessidade de educação dos adultos na década de 1980, já era bastante significativa a preocupação dos educadores no planejamento de atividades relacionadas com o mundo concreto do aluno, levando-o a conscientizar-se da importância da educação para sua vida e para seus familiares. Assim, é mister o que a Unesco (1985) preconizava: “o princípio

de participação é o próprio núcleo da educação de adultos e a base de todo o planejamento metodológico desse âmbito”. Sem essa participação, para a Unesco, a motivação não seria produzida, e portanto aí é que deveria ser o ponto-chave que o professor deveria ter em vista na construção de sua proposta metodológica.

Sempre a demanda por educação de adultos foi escassa no Brasil, mesmo nos programas dos sindicatos e movimentos populares. Essa demanda também é marcada pela sua especificidade. As maiores taxas de analfabetismo no Brasil, de acordo com o IBGE (1986,1987,1988-1989,1990), são encontradas nas regiões Norte e Nordeste, sobretudo nas zonas rurais, locais com alta taxa de fecundidade, frágil ou nenhuma urbanização e baixa expectativa de vida. É para essa população diferenciada que as políticas públicas deveriam atender prioritariamente, como a Unesco já havia atentado. Para isso, o órgão da ONU, na IV Confitea, propôs o Projeto Principal de Educação, o qual estabelecia como meta a erradicação do analfabetismo no mundo antes do ano 2000, além de destacar como prioridade a extensão e a melhoria da educação básica na modalidade regular.

Para Latapí (1985), o analfabetismo é um fenômeno sociocultural e sua erradicação não consiste numa tarefa simples, uma vez que possui “armadilhas”, isto é, *“de equívocos inesperados que revelam a nossa limitação para perceber e dominar uma realidade ilusória e, por vezes, contraditória”* (in SEMINÁRIO INTERNACIONAL, p. 178). Segundo o autor, as nove “armadilhas” levantadas demonstram a fragilidade e a vulnerabilidade dos argumentos e interesses políticos, bem como dos estudiosos do analfabetismo e da educação de adultos: (1) imperativos políticos e necessidades humanas: a inexistência de uma relação entre as políticas públicas e o desejo do analfabeto se alfabetizar; (2) o reconhecimento do analfabetismo: a aceitação de que o analfabetismo constitui uma expressão da pobreza; (3) a necessidade da alfabetização: os alunos analfabetos deverão se motivados durante todo o processo, para que o processo educativo seja significativo em suas vidas; (4) o jogo das palavras: a importância de que as políticas públicas de educação de jovens e adultos não sejam baseadas em retórica da libertação; (5) a alfabetização torna-se um serviço público: a educação de adultos é complexa e necessita de altos recursos e o Estado deve se responsabilizar por políticas específicas para atender essa

necessidade; (6) os professores alfabetizadores: importante contratar professores com entusiasmo para o trabalho de alfabetização, levando em consideração critérios adequados de seleção; (7) o planejamento: não deve o planejamento ser centralizador e rígido, pois pode levar a proposta ao fracasso; (8) ambiguidade da pós-alfabetização: as propostas de pós-alfabetização devem ser claras; (9) participação coordenada, induzida ou facilitada: o Estado deve atentar quanto à organização das políticas públicas e sua responsabilidade nas ações específicas.

Para a consecução de políticas de educação básica<sup>14</sup>, Gadotti (1985) atenta para a importância da participação dos movimentos populares nas propostas do Estado, especialmente o governo da Nova República que se comprometeu com a universalização da educação e o combate ao analfabetismo. Ainda o autor, enfatiza a necessidade de um enfoque transformador dessas políticas, no sentido “*de garantir, efetivamente, os interesses culturais e educativos da maioria da população*” (op.cit., p.255). Desta forma, a qualidade da educação básica não deve ser avaliada por uma filosofia positivista e, assim o professor alfabetizador, por sua vez, não deve se preocupar apenas com a questão dos conteúdos, mas sim em proporcionar condições de interação com e entre os alunos, bem como conhecer suas realidades a fim de proporcionar uma proposta adequada às realidades dos educandos.

Em 1988, o MEC criou uma Comissão Paritária, através da Portaria nº 173, composta por representantes do próprio Ministério, Fundação Educar, secretários estaduais de Educação dos Estados da Bahia, Mato Grosso, Pará, Pernambuco e Santa Catarina e secretários municipais de Educação de Cachoeira do Sul (RS), Diadema (SP), Fortaleza (CE), Juiz de Fora (MG) e Recife (PE), para propor diretrizes fundamentais de uma política nacional de educação de adultos no Brasil, levando em consideração a importância de contribuir para a inserção da educação básica de jovens e adultos no Sistema Nacional de Ensino, aguardado como uma possibilidade pela futura LDB de 1996. Esta Comissão dividiu os trabalhos em três fases: (1) a definição de conceitos e posições; (2) a divulgação das ações da primeira fase e o recebimento de contribuições e pareceres; (3) a

---

<sup>14</sup> O documento “Educação para Todos”, elaborado pelo Ministério da Educação (1985), define a Educação Básica como “*aquela que venha a possibilitar a leitura, a escrita e a compreensão da língua nacional, o domínio dos símbolos e operações matemáticas básicas, bem o domínio dos códigos sociais e outras informações indispensáveis ao posicionamento crítico do indivíduo face a sua realidade*” (p.4)

sistematização dos aportes acatados e a elaboração do documento intitulado “Diretrizes para uma Política Nacional de Educação Básica de Jovens e Adultos”.

Na proposta de redemocratização estabelecida pela Nova República, a Escola deveria contribuir no processo de democratização e levar às camadas populares novas condições de participação para a transformação da realidade social em que estavam inseridas. Para a escola, cabia levantar as necessidades de demanda e buscar garantir a oferta especialmente da educação básica. No caso da EJA, buscava-se uma interação e integração com o mundo do trabalho, uma vez que os jovens e adultos alunos da EJA tinham uma relação direta com este mundo, como trabalhadores ou mesmo como desempregados. Com o advento da abertura política ainda no governo Figueiredo e posteriormente, a partir do governo Sarney, intensificou-se a promoção de ações educativas de EJA em igrejas e associações de bairros e junto aos movimentos sociais. Esta nova via de opção de oferta de turmas de EJA, criou uma outra necessidade: a de formulação de políticas e diretrizes que garantissem a execução e o reconhecimento dessas propostas educacionais. O trabalho da Comissão Paritária instituída pelo MEC, portanto, buscou contemplar essas demandas e, ao mesmo tempo, reconhecer e estabelecer conceitos e princípios que deveriam nortear os Sistemas de Ensino, no que se referia à EJA.

Dessa forma, a política nacional de EJA deve se referenciar a partir do reconhecimento que todo homem tem capacidade de aprender ao longo da vida e estabelecido o direito na Constituição Federal de 1988: todo homem tem direito à educação, independentemente da idade. Para tanto, o Estado deve se comprometer a apoiar as ações das instituições da sociedade civil na implementação de ações educativas, bem como manter a oferta de EJA enquanto não for assegurado o direito de todos a frequentarem a educação regular. À escola cabe, então, garantir um atendimento que condiga com a realidade do aluno trabalhador, ou até mesmo do aluno desempregado. Diante disso, não deve existir um modelo de estrutura e funcionamento da EJA, a diversidade de propostas e metodologias devem ser percebidas como essenciais no sentido de atender as necessidades da demanda, sempre considerando todos os aspectos relativos à realidade. As políticas de EJA devem atentar também para a devida qualificação dos profissionais da educação, buscando a valorização de sua formação inicial e continuada, garantindo condições adequadas para o pleno

desenvolvimento de sua atuação profissional, bem como uma remuneração adequada. Por fim, a escola que oferta turmas de EJA deve ser espaço de gestão democrática, onde os alunos possam participar do planejamento, execução e avaliação das ações implementadas. Para Leda Tajra<sup>15</sup> (1987)

não basta, porém, o Estado assumir politicamente o caráter universal, obrigatório e gratuito da educação básica para que se resolvam os problemas de ordem educacional do País. Faz-se, também, necessária a criação de condições técnico-administrativas e financeiras para que de fato se viabilizem as propostas educacionais que vierem a ser sugeridas. A questão, é, portanto, como transformar o ensino de maneira a estabelecer uma dinâmica pedagógica efetiva, possibilitando não apenas o acesso de todos, mas também uma permanência que garanta a aquisição dos conhecimentos e possibilite o uso deles de forma crítica. (FUNDAÇÃO EDUCAR, 1987-C: p. 8)

No que tange aos recursos destinados à EJA, o Estado deve garantir fonte específica para atendimento desta modalidade de ensino, em vez de destinar verbas em caráter excepcional. Este é um ponto nevrálgico das políticas de EJA. Durante a existência da Fundação Educar os recursos escassos não atendiam a demanda reprimida e quando esses eram encaminhados aos órgãos e instituições conveniados para a oferta de turmas de alfabetização de adultos chegavam com atraso significativo. Vale ressaltar que durante o Governo Sarney os altos índices inflacionários garantiam a desvalorização contínua e permanente da moeda nacional, o que também foi sentida durante a gestão da Educar, que sempre recorria a correção monetária para garantir a execução das propostas de educação de adultos pelo Brasil afora.

Durante o governo militar, o Mobral tornou-se um grande movimento de alfabetização de educação de adultos. Com a Nova República, o Mobral foi repaginado, recebendo o nome de Educar, com objetivos de alfabetizar e certificar a escolarização de pessoas nas primeiras quatro séries do Ensino Fundamental.

### **3.4 Os Princípios Norteadores**

---

<sup>15</sup> Extraído do trabalho “Perspectivas da Educação de Jovens e Adultos no Contexto Brasileiro de Mudanças”, apresentado por Leda Tajra, então Presidente da Fundação EDUCAR, no VI Congresso Mundial de Educação Comparada, realizado em Julho de 1987, no Rio de Janeiro/RJ. A autora também foi membro da Comissão Paritária designada pelo MEC, em 1988, para propor diretrizes fundamentais de uma política nacional de educação de adultos no Brasil.

Ao analisar a situação do quadro da educação brasileira na segunda metade da década de 1980 ainda se tem registrado um grande número de analfabetos com 15 anos de idade ou mais, fruto de questões políticas, históricas e sociais do Brasil, que, de alguma forma, refletiu no ensino, o que impossibilitou as crianças em idade regular em frequentarem às salas de aulas ou também permanecerem na escola durante todo o tempo estabelecido como mínimo para sua formação. A história da educação registra vários momentos em que o Estado se colocou na tentativa de equacionar ou reverter este quadro, no entanto sem vitórias significativas que pudessem corresponder às expectativas da sociedade brasileira. A partir da década de 1950, começou a discussão sobre a possibilidade de garantia de escolarização de oito anos como direito de todo cidadão, no entanto o Estado ao receber essa incumbência, no sentido de garantir tal direito, fez com que o crescimento do atendimento educacional ocorresse, porém sem investimentos necessários e urgentes na formação de professores e na garantia de uma infraestrutura capaz de receber tal contingente. A partir da década de 1960, especialmente durante o regime militar, o Orçamento da União destinado ao MEC era de cerca de 5%, sendo que mais de 2/3 investidos nos cursos de graduação mantidos pela União nas Instituições Federais de Ensino. Apenas 13% desses recursos dedicados ao ensino de 1º e 2º graus. A precariedade de recursos reservados para a educação brasileira só foi alterada com a aprovação da Emenda Calmon, quando 13% do orçamento passou a ser reservada para o MEC. Dessa forma, qualquer investimento em educação, a partir do fim do regime de exceção imposto pelos militares brasileiros, deveria ser compatível com a realidade do sistema educacional brasileiro, objetivando recuperar a função social da educação. A Fundação Educar, enquanto instituição de fomento de projetos da área de educação básica de jovens e adultos, deveria se referendar nesse princípio.

O Brasil da Nova República buscou resgatar os princípios democráticos da sociedade e a consolidação dos direitos civis, políticos e cidadãos de todos os homens e mulheres brasileiros. A concepção de cidadania tinha como referência a perspectiva do liberalismo pluralista, que considera tanto os limites impostos pela economia dominante e a importância de defender uma pluralidade democrática, expressada entre interesses políticos e econômicos diferenciados. Assim, para a Nova República, que surge depois da eleição indireta de Tancredo

Neves, é através do confronto democrático que se cria a possibilidade de ampliação do escopo da cidadania e para a ampliação e garantia do processo democrático. Cabe ao Estado assumir a educação como um direito social, como preceitua a Constituição Federal, um direito da cidadania. Para o atendimento às pessoas adultas analfabetas que careciam de uma educação de adultos que atendesse às necessidades dessa demanda reprimida, a Fundação Educar se propunha a buscar um acesso mais igualitário dessa população a um programa que lhe garantia condições para intensificar sua atuação frente a sua realidade social. O compromisso da Nova República se coloca responsável em resgatar uma dívida social do Estado para com as camadas menos favorecidas. Cria-se, então, o programa “Educação para Todos” (1985), com o compromisso de “enfrentar o desafio de universalizar o acesso à escola, vencer o analfabetismo e proporcionar um atendimento educativo em crescentes níveis de qualidade”. As diretrizes da Fundação Educar estão pautadas no Programa “Educação para Todos”, em que a educação é colocada como prioridade, uma vez que ainda estabelece para a educação básica de jovens e adultos:

a Educação Básica extrapola os limites da ação meramente escolar e passa a compreender ações educativas para outros segmentos da população que não tiveram acesso à escolarização ou dela ficaram alijados prematuramente. Nesse sentido, compreenderá também o atendimento a toda a população jovem e adulta (MEC, 1985: p.4).

A Fundação Educar, então, tem o papel de assegurar oportunidades de Educação Básica a jovens e adultos, contribuindo para reversão do quadro da educação brasileira. Dessa forma, a Educar tinha como compromisso em garantir a formação e a capacitação de seus professores, no sentido de viabilizar a proposta da instituição. A Fundação pautou o seu atendimento dentro da modalidade de educação não-formal, ou seja, uma atividade educacional organizada e sistemática, fora das estruturas do sistema formal de ensino. Neste sentido, os projetos da Educar deveriam considerar as necessidades de vida e possibilidades de tempo do aluno, baseando nos princípios de flexibilidade e na utilização de metodologias diversificadas. Como uma política nacional de educação básica de jovens e adultos, os programas deveriam garantir aos seus egressos o direito de continuidade de estudos no sistema regular de ensino ou em outras modalidades, ou seja, o egresso da Educar teria o direito de se



matricular na 5ª série do Ensino Fundamental, em turmas regulares ou na modalidade de educação de adultos. A Fundação Educar elaborou material didático de cunho nacional para distribuição a alunos e professores do Programa de Educação Básica, no entanto, sua utilização era opcional e até mesmo poderia ser utilizada de forma complementar. Para a seleção dos professores, a Educar exigiu a escolaridade de magistério de 2º grau completo ou incompleto, de 2º grau completo ou incompleto e de 1º grau completo, nesta ordem. Entretanto, caso não seja possível recrutar candidatos a professores das turmas dos projetos conveniados poderiam ser admitidas pessoas com o 1º grau incompleto.

### **3.5 – O Programa de Educação Básica**

O Programa de Educação Básica (PEB) foi elaborado para nortear todas as ações educativas de alfabetização de adultos financiadas pela Fundação Educar. Baseia-se em objetivos gerais e em conteúdos específicos a serem trabalhados com a finalidade de ampliar o desempenho nas áreas de Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências Naturais. O PEB se estruturou de forma diferente da escola e do ensino regulares, uma vez que aboliu a divisão dos alunos adultos em turmas, em série e, ainda, não permitia que o resultado final fosse utilizado como forma de aprovação ou reprovação. Ali, o que se estabeleceu é que o aluno adulto deveria atingir os referidos objetivos, a partir dos conteúdos pré-estabelecidos pelo Programa, mas garantindo a flexibilidade, tendo em vista que os alunos já têm uma experiência de vida e responsabilidades, o que os permitem a redução do tempo de estudo, tanto na escola quanto fora dela.

O PEB iniciava com a alfabetização e encerrava na então 4ª série do 1º grau; no entanto era estruturado em etapas contínuas, sem a rigidez do regime seriado da escola regular. O PEB estava distribuído em três etapas – a primeira etapa refere-se à alfabetização, a segunda etapa, às então primeira e segunda séries do primeiro grau, e a terceira etapa, às terceira e quarta séries. Desse modo, o PEB defende que a etapa a ser definida é aquela em que o aluno adulto necessitava e não aquela estabelecida pelo convênio da Fundação Educar com a

instituição responsável por aquela determinada ação educativa, e muito menos pelo material didático produzido e fornecido pela Educar.

O material didático do PEB constava de livros para os alunos, manuais para o professor e um livro de Orientações Básicas. Para a alfabetização (1ª etapa), foram produzidos um livro de Linguagem e um de Matemática, bem como os Manuais para o professor. Nas demais etapas (2ª e 3ª), além dos livros de Linguagem e Matemática, foram produzidos os de Estudos Sociais e Ciências.

Para o PEB, o aluno adulto já leva para a escola o domínio da palavra, uma vez que já dominam a forma de expressão oral. Assim, o trabalho na área de Linguagem deveria consistir em

ampliar as possibilidades de comunicação oral, além de possibilitar que os alunos aprendam e utilizem o código escrito, tornando-se capazes de ler e escrever tudo aquilo que dizem ou entendem na sua variedade linguística oral. E é ainda pelo exercício da língua falada e escrita que se dará a aquisição e ampliação dos conhecimentos matemáticos, das ciências naturais e sociais, objetivos que também integram o Programa (FUNDAÇÃO EDUCAR, 1987-B, p.9).

De acordo com o PEB, o aluno adulto, ao final do curso de alfabetização deveria ser capaz de ler, com compreensão, textos com palavras da linguagem de seu dia a dia; escrever suas ideias, conhecimentos, opiniões, sentimentos com palavras utilizadas na linguagem corrente, de modo a ser entendido por quem lê. Na fase de alfabetização (1ª etapa), o professor deveria considerar mais importante o fato de o aluno conseguir registrar suas ideias por escrito do que a exigência de uma escrita correta em termos ortográficos, admitindo-se, assim, que o aluno podia escrever com alguns erros, principalmente as palavras que não apresentam coincidência entre a fala e a escrita, ou poderiam ser escritas de outra maneira. Um outro ponto que deveria ser observado pelo professor nesta primeira etapa é de que o aluno devia ser capaz de se expressar oralmente utilizando palavras de língua cotidiana, suas ideias, conhecimentos, sentidos, opiniões, de modo a ser entendido por quem o ouve. Nos termos das 2ª e 3ª etapas do PEB, o aluno deveria ser capaz de ler, com compreensão, textos ligados aos seus interesses e vivência, e que apresentasse palavras, expressões e frases usuais nos diferentes estilos da escrita padrão; bem como escrever textos, em situações funcionais ou criadoras, utilizando as noções de ortografia, vocabulário, flexão e concordância e uma organização de ideias que permitisse a

comunicação com o leitor. Assim, o aluno deveria expressar-se em situações funcionais ou criadoras, utilizando, na fala, o vocabulário adquirido e ampliado e as noções em relação ao padrão culto da língua oral.

Para o ensino da Matemática, o PEB acreditava que o aluno adulto, na maioria das vezes, já tivesse conhecimento dos números e de algumas operações matemáticas. Portanto, o conhecimento que o aluno levasse para a sala de aula deveria ser considerado pelo professor. No entanto, o PEB ressaltava que o aluno necessitava de instrumentos básicos de sistematização, aprofundamento e ampliação do conhecimento prévio de matemática. Portanto, ao final da 1ª etapa, o aluno deveria resolver situações-problema que envolvessem até duas das quatro operações, além de medidas de comprimento, massa, capacidade e tempo, usando números naturais e o Sistema Monetário Brasileiro. No final da 2ª e da 3ª etapa do PEB, o aluno deveria resolver situações-problema que envolvessem as quatro operações estudadas nos números naturais, além de empregar números fracionários para registro de situações do cotidiano e aperfeiçoar as unidades de medida.

Para a área de Estudos Sociais, o PEB registrou a importância do conhecimento que o aluno adulto possui antes de chegar à sala de aula, o que lhe conferia um modo próprio de ver e interpretar a realidade. Esse conhecimento, para o PEB, deveria ser valorizado e trabalhado pelo professor alfabetizador, permitindo uma nova oportunidade de análise crítica dos fenômenos geográficos e dos acontecimentos sociais. Portanto, ao final do Programa, o aluno deveria estabelecer relações entre as formas de os homens interagirem com o meio e entre si, com base na evolução histórica, geográfica, econômica, política, social e cultural de sua localidade, município e estado, incluindo também a possibilidade de reconhecer-se enquanto agente transformador do meio em que está inserido, na tentativa de garantir um posicionamento mais efetivo quanto aos temas da atualidade.

No ensino das Ciências Naturais, o PEB estabelecia a finalidade de propiciar o conhecimento, a utilização, a transformação e a preservação do meio ambiente pelo homem, como forma de garantir o seu desenvolvimento. Aqui, o PEB deveria garantir ao aluno que fosse capaz de estabelecer relações entre o funcionamento do seu corpo e os órgãos que o compõem, de modo a buscar formas de preservar a saúde, bem como as relações entre a observação dos

fenômenos da natureza e a importância da preservação do meio ambiente para a manutenção do equilíbrio natural do planeta.

Além da preocupação com os objetivos que deveriam ser alcançados pelos alunos adultos, o PEB levantou a preocupação com as dificuldades do aluno, tanto na realização das tarefas, quanto com os problemas de natureza auditiva e visual, além dos de ordem motora. No entanto, o PEB não garantiu condições para que os alunos com esses problemas tivessem atendimento especializado, uma vez que os convênios com as instituições públicas e privadas só previam e garantiam recursos para o pagamento de pessoal e despesas de manutenção das turmas de alfabetização.

### 3.6– As Especificidades Regionais e os Planos de Ação

A estrutura organizacional da Fundação Educar estabeleceu a criação de Coordenações Estaduais, com sede nas capitais de Estados e Territórios. Por isso, o planejamento, o acompanhamento e a supervisão das ações educativas foram realizadas também por estados da federação. De acordo com o IBGE, excetuando o ano de 1989<sup>16</sup>, a Fundação Educar atendeu 3.662.585 jovens e adultos, conforme explicita a tabela abaixo:

**Tabela 3 – Jovens e Adultos atendidos nos programas da Fundação Educar (1986-1989)**

Ano	Jovens e Adultos Atendidos
1986	767.775
1987	1.210.074
1988	1.684.736

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil -1989.

<sup>16</sup> Em nossas pesquisas exploratórias em busca de documentos relativos à Fundação Educar que pudessem informar e esclarecer acerca dos dados quantitativos referentes ao ano de 1989, não obtivemos êxito, uma vez que nos arquivos do MEC e do INEP não encontramos tais informações. O mesmo ocorreu em nossas investigações realizadas nos Anuários Estatísticos do Brasil do IBGE, onde detectamos a ausência de informações relativas ao último ano de atuação da Fundação Educar.

Os números levantados pelo IBGE, a partir de relatórios do MEC, demonstram que do primeiro ano de funcionamento da Fundação Educar para o segundo, houve o aumento de alunos foi de 57,60% dos atendidos. Por sua vez, em 1988, o número foi bem menor, apenas 28,17% de aumento de alunos atendidos em relação a 1987. Podemos explicar esse tímido aumento de jovens e adultos atendidos em 1988, em relação aos números do ano anterior, com a queda de alunos nas regiões Sul e Sudeste, assim como um pequeno aumento de atendidos nas regiões Norte e Centro-Oeste, como comprova a tabela que trata do número de alunos atendidos por grandes regiões:

**Tabela 4 - Jovens e adultos atendidos nos programas da Fundação Educar, 1986-1988, segundo as Grandes Regiões.**

Grandes Regiões	Jovens e Adultos Atendidos		
	1986	1987	1988
Centro-Oeste	77.631	144.101	153.562
Nordeste	406.954	619.113	1.094.044
Norte	57.515	72.541	105.725
Sudeste	156.938	277.520	274.853
Sul	68.737	96.799	56.552

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil -1989

Podemos constatar a fraca atuação da Fundação Educar no sul do país, o que nos permite lembrar da época do Mobral, quando na região o número de alunos atendidos também era bem baixo, em relação às demais regiões. O aumento de atendidos na região Nordeste deu-se, principalmente, na Bahia, estado brasileiro que mais teve alunos atendidos. Cabe registrar que todos os documentos referentes à Fundação Educar arquivados no MEC e no INEP só apresentam dados de alunos atendidos, ou seja, matriculados em turmas sob a responsabilidade de prefeituras e não disponibilizados número de alunos alfabetizados, ou que tenham concluído o curso oferecido.

Este subcapítulo apresenta as especificidades de cada Coordenação Estadual, bem como o planejamento de sua atuação, não somente na área técnica como também pedagógica.

### 3.6.1 A Região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste teve um aumento de mais de 80% de alunos atendidos pela Fundação Educar entre os anos de 1986 e 1987, no entanto entre 1987 e 1988, o aumento desse número foi menor que 10%, o que nos permite inferir que houve baixa aceitação das propostas da Educar na região e que as dificuldades normalmente encontradas em atender as necessidades e demandas da população não foram superados pela Fundação.

**Tabela 5 - Jovens e adultos atendidos nos programas da Fundação Educar, 1986-1988 – Região Centro-Oeste.**

Unidades da Federação	Jovens e Adultos Atendidos		
	1986	1987	1988
Distrito Federal	6.475	12.048	12.883
Goiás	28.883	53.618	57.107
Mato Grosso	30.753	57.026	60.732
Mato Grosso do Sul	11.520	21.409	22.840

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil -1989.

Na década de 1980, o Estado de Goiás encontrava-se em acelerado processo de desenvolvimento econômico e apresentava uma grande e variada possibilidade de investimentos nas áreas de agricultura, pecuária, mineração e turismo. Por conta disso, o Governo do Estado criou o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização e o Programa de Desenvolvimento Industrial dos Municípios, que alavacaram significativamente o desenvolvimento industrial, criando novas oportunidades de emprego. Entretanto, a área educacional passava por uma crise aparentemente sem precedentes, com um alto número de evasão de alunos nos diferentes níveis e modalidades de ensino, devido às dificuldades econômicas e a necessidade de se trabalhar para a sobrevivência. Para um considerável número de alunos, a escola deixou de ser um espaço de aprendizagem, de socialização, para ser um grande refeitório. Em 1989, por exemplo, a taxa de evasão<sup>17</sup> escolar na rede estadual goiana de ensino chegou a 17% no Ensino Fundamental, enquanto que em 1981 este número fora de 9%. As

<sup>17</sup> Os dados quantitativos informados em todo este texto têm como fonte os Planos de Ação dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Brasília, dos anos de 1986 a 1990.

taxas de abandono das salas de aulas foram de 21% na 1ª série, 25% na 5ª e de 16% na 8ª série do Ensino Fundamental. A situação de pobreza que atingiu a maior parte da população goiana e a necessidade de o aluno ter que ingressar precocemente no mundo do trabalho, com objetivo de contribuir para o aumento da renda familiar, lideraram efetivamente as causas da evasão. O déficit de atendimento às crianças em idade de escolarização chegava aos 30% na zona rural, e 15% na urbana. Um outro ponto crítico na educação goiana era o elevado número de professores não habilitados<sup>18</sup>. Cerca de 45% dos professores que atuavam em turmas do Ensino Fundamental eram considerados professores leigos e 67% dos que atuavam em turmas do Ensino Médio. Um outro fator a ser considerado em se tratando do alto índice de evasão na então educação supletiva de jovens e adultos, ofertada no Estado, através da Fundação Educar é o atraso no repasse das parcelas compactuadas, o que levou os municípios a não renovarem o convênio com a Educar, deixando mais de 32.000 alunos com idade superior a 15 anos fora da escola.

Durante os anos de existência da Educar, a Coordenação Regional de Goiás - que também se responsabilizou pelas ações educativas em Tocantins, mesmo após a criação do novo Estado - buscou atender uma média de 38.000 alunos/ano, utilizando o material didático produzido pela Fundação apoiando as ações desenvolvidas e capacitando cerca de 1200 professores/ano, embora tivesse sempre como meta apoiar os municípios com alto índice de analfabetos. No que diz respeito à capacitação dos profissionais da educação (professores e supervisores) atuantes nas ações financiadas pela Fundação Educar, pretendeu-se formas alternativas que pudessem atender a práxis educacional em turmas de escolarização de pessoas jovens e adultas, uma vez que o Estado não conseguiu oferecer toda a capacitação através do Projeto Verso e Reverso<sup>19</sup>. Este ponto foi duramente criticado pela Coordenação da Educar Central, uma vez que os fascículos do Curso por Correspondência já estavam disponibilizados aos professores alfabetizadores no Estado, bem como os programas já estavam sendo exibidos pela TV Manchete e, posteriormente, pela Funtevê.

---

<sup>18</sup> A Secretaria de Estado de Educação de Goiás considerava professores não habilitados ou leigos àqueles que não possuísem formação de nível médio para atuarem nas primeiras séries do Ensino Fundamental. Do mesmo modo, para atuação em turmas de 5ª à 8ª Série do Ensino Fundamental e Ensino Médio, os professores que não possuísem formação de nível superior eram considerados também não-habilitados.

<sup>19</sup> Projeto de Capacitação de Professores proposto pela Fundação Educar e apresentado no item 3.9.

O Estado de Tocantins foi criado pela Constituição Federal de 1988, a partir da emancipação do norte do Estado de Goiás. Dos 79 municípios do Estado, em 60 eram oferecidas turmas da Educar, na tentativa de atender mais de 210.000 analfabetos, em 1990. A Coordenação Regional da Educar de Goiás, responsável pelas ações no Tocantins, propôs a integração e sintonia com a administração do Estado que estava surgindo. Isso ocorreu paralelo às ações governamentais que buscaram implantar a máquina administrativa. A unidade da federação foi criada com quase 1 milhão de habitantes, 25% de sua população adulta analfabeta e sua economia baseada na agricultura, na pecuária e na mineração. Com a estruturação da máquina estadual e graves problemas municipais, a educação em Tocantins buscou a estruturação a partir da realidade local, tentando, assim, recuperar as condições de infraestrutura dos prédios escolares, além de garantir a expansão do ensino fundamental, com prioridade para a correção da distorção série/idade, e, ainda, a capacitação dos professores. Na Educação de Jovens e Adultos em Tocantins, sobretudo das séries iniciais do Ensino Fundamental, o atendimento foi assimilado com dificuldades pelo Estado e municípios, em razão do expressivo número de analfabetos relativo e absoluto<sup>20</sup>, da insuficiência de recursos financeiros e da precariedade de recursos humanos para atender esta demanda.

Como o Estado de Goiás, Tocantins também sofria com regiões críticas, chegando a intitular 37 municípios como “Corredor da Fome”. Alguns municípios, além dos que se localizam à margem da Rodovia Belém-Brasília, possuíam taxa de analfabetismo superior a 30%. Nos municípios pertencentes à região do Bico do Papagaio, o analfabetismo era superior a 60% de sua população adulta, o que evidenciava a falta de assistência direta do Governo Estadual. As ações da Coordenação Regional da Educar estabeleciam como linha de ação a prioridade na valorização do pessoal de apoio técnico e financeiro ao PEB; a manutenção da oferta de programas alternativos ao PEB, ao assegurar a assistência técnica e material didático disponibilizado pela Fundação; e a garantia da qualidade do assessoramento técnico oferecido às instituições conveniadas até a criação e implantação da representação da Educar no Estado. A Secretaria de Educação

---

<sup>20</sup> Ressaltamos que o Plano de Ação dos Estados de Goiás e Tocantins de 1989 não definiu analfabeto relativo e analfabeto absoluto. Porém, entendemos que, de acordo com o contexto do referido Plano, analfabeto relativo esteja denominando pessoa adulta, considerada por SOARES (2004), aquela que tenha algum grau de alfabetismo, e o absoluto a pessoa que nunca teve acesso às letras, o que não sabe nem ler nem escrever.



do Tocantins, por sua vez, propôs o desenvolvimento de atividades conjuntas com a Educar, visando a redução do índice de analfabetismo para 26% em dois anos, através da expansão do atendimento educacional à população adulta analfabeta.

A Coordenação Regional da Educar no Distrito Federal foi a responsável pelas ações educativas do PEB no Distrito Federal, e por mais 44 municípios de Goiás e 6 de Minas Gerais, devido a sua localização geográfica. De acordo com o IBGE (1989), a taxa de analfabetismo no Distrito Federal era de 11,7% (a menor do Brasil) e a proposta da Fundação foi de atender cerca de 16.000 alunos/ano. No entanto, este número só poderia ser alcançado através de convênios com as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos e as governamentais, que, no caso de Brasília, a Fundação Educacional do Distrito Federal. Entretanto, a preocupação da Coordenação da Educar sempre foi com o processo migratório para Brasília e com as cidades-satélites, onde as pessoas são oriundas de Estados das regiões Centro-Oeste e Nordeste do País e apresentaram, em sua maioria, com baixa escolarização. A Educar Distrito Federal tinha uma proposta alternativa em três classes de alfabetização, o qual era baseada nos princípios filosóficos e políticos de Paulo Freire, utilizando uma metodologia de alfabetização centrada na psicogênese da escrita. Esta proposta foi de encontro aos objetivos do PEB e entendida pela Coordenação da Educar Nacional como uma possibilidade de discutir a proposta metodológica única da Fundação.

O Estado do Mato Grosso, como os demais Estados da Federação, também sofreu com o agravamento da situação sócio-econômica do País e, especialmente, com o desordenado fluxo migratório. A capital Cuiabá, no período de 1985 a 1990, teve o seu crescimento demográfico registrado acima de 8% ao ano, um dos mais altos do Brasil. A saída do homem do interior para a capital refletia a busca por melhores condições de vida, uma vez que a mesma fornecia condições razoáveis de serviços, enquanto as demais cidades, por serem menores e distantes da Capital, possuíam infraestrutura precária. No que se refere à situação educacional, o estado de Mato Grosso observava uma realidade semelhante, uma vez que sua demanda era muito maior em relação ao atendimento que era oferecido pelas Secretarias de Educação, municipal ou estadual. Quanto à oferta do PEB, a Coordenação Regional da Educar no Mato Grosso planejava ofertar cerca de 20.000 vagas/ano nas turmas de alfabetização

- um número insignificante face à realidade dos índices oficiais de analfabetismo - além de buscar incessantemente um planejamento mais adequado às necessidades do Estado. Como nas demais regiões, a previsão de implantação do PEB no Mato Grosso seguiu a forma estipulada pela Educar Nacional, ou seja, em três etapas de 400 horas cada, com a utilização do material didático fornecido pela Fundação, admitindo outra metodologia desde que norteasse os princípios da EJA.

Inicialmente, a Educar no Mato Grosso buscou concentrar seus esforços em oito municípios – Cuiabá, Barra do Garças, Tangará da Serra, Rosário Oeste, Cáceres, Rondonópolis, Jauru e Poxoréo – uma vez que apresentavam índice expressivo de analfabetismo. A boa receptividade da administração desses municípios, a localização com vias de acesso e meios de comunicação favoráveis e a existência e disponibilidade de recursos humanos podem ser considerados pontos positivos. Durante a existência da Educar, foram criadas turmas de alfabetização em outros 24 municípios, sempre em parceria com as Prefeituras Municipais. Importante destacar que a Coordenação da Educar do Mato Grosso, juntamente com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), envolveu as comunidades indígenas num amplo processo de iniciativas, visando a valorização e a promoção das coletividades indígenas do Estado. Aspectos como a prioridade na capacitação dos professores que atendiam as demandas da Fundação, bem como a busca de apoios para a realização de eventos que tratassem do debate de temas educacionais, sempre nortearam seus planos de ação.

Em 1989, a Coordenação Regional da Educar no Mato Grosso buscou garantir o direito à alfabetização das pessoas adultas, a partir de convênios junto à organizações da sociedade civil, especialmente porque os recursos destinados às prefeituras municipais pela Fundação sempre foram insuficientes para atender as necessidades das ações educativas. Para 1990, a previsão inicial de alunos no PEB é superior a 48.000, no entanto, esse número não fora atendido devido à extinção do órgão.

O Estado do Mato Grosso do Sul, criado em 1977, a partir da divisão do Estado do Mato Grosso, com uma população estimada superior a 1.880.000 habitantes (1987), tinha a economia baseada na agricultura e na pecuária. A grande procura por terras férteis criou no Estado uma intensa desigualdade social. Por um lado, os latifundiários e por outro, um grande número de homens e

mulheres vivendo em comunidades rurais, pequenas cidades e na periferia dos centros urbanos, em acentuado estado de pobreza. Um outro ponto que especifica o Estado é a diversidade de sua população: indígenas, assentados sem terra – conhecidos também como *brasiguaios* -, população ribeirinha e de fronteira com o Paraguai e a Bolívia, além de comunidades rurais isoladas pelo Pantanal. Na área educacional, o Estado do Mato Grosso do Sul apresentava situação também crítica, tal qual os Estados vizinhos na Região Centro-Oeste, pois 35% da população adulta era analfabeta. A Fundação EDUCAR encontrou uma série de dificuldades na implantação do PEB no Mato Grosso do Sul, especialmente quanto à precariedade dos meios de comunicação e de transporte e a falta de interesse político dos gestores municipais no sentido de investir em infraestrutura adequada para a oferta de ensino nesta modalidade. Destaca-se, ainda, que 40% dos municípios do Estado ainda não tinham estruturado suas Secretarias de Educação e todo o atendimento educacional estava subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal, não permitindo, assim, uma autonomia necessária para planejamento orçamentário e gestão financeira dos recursos da Fundação Educar aplicados nos projetos de alfabetização desses municípios.

Em 1989, por exemplo, o Estado do Mato Grosso do Sul atendeu a 8% da demanda de sua população analfabeta, através da Educar. Esse pequeno e inesperado número foi justificado por conta da criação de novos municípios e, com isso a substituição dos Prefeitos e Secretários de Educação, além do atraso na liberação dos recursos pela Fundação, já constatado também nos outros Estados da região. Tendo em vista, a caótica situação social, política e econômica do Estado, o apoio da Fundação Educar foi considerado indispensável e essencial para atender a demanda por cursos de alfabetização de adultos, no entanto os poucos recursos encaminhados às instituições conveniadas contribuiu para o agravamento de sua situação educacional em relação à esta modalidade de ensino. A meta de atendimento da Educar em 1989 era atingir 125.000 alunos, mas apenas 17.500 foram atendidos pelo PEB.

Como nos demais Estados da federação, o material didático produzido pela Fundação Educar foi largamente adotado nas classes de alfabetização, bem como a capacitação de recursos humanos através do Projeto Verso e Reverso. Além disso, a Coordenação Estadual da Educar no Mato Grosso do Sul levantou

a necessidade de elaborar material didático com características próprias da população atendida. Aqui, a FUNAI participou desse levantamento no sentido de buscar garantias para que a população indígena participasse dos cursos do PEB, mas com material direcionado às necessidades e interesses dos índios.

### 3.6.2 – A Região Nordeste

A região Nordeste foi a que mais teve jovens e adultos atendidos pela Fundação Educar, num total de 406.954 alunos, em 1986, de 619.113, em 1987, e 1.094.044, em 1988, de acordo com dados do IBGE explicitados na tabela abaixo por Estado:

**Tabela 6 - Jovens e adultos atendidos nos programas da Fundação Educar, 1986-1988 Região Nordeste.**

Unidades da Federação	Jovens e Adultos Atendidos		
	1986	1987	1988
Alagoas	17.657	27.032	48.300
Bahia	117.675	178.579	314.173
Ceará	34.635	52.756	93.431
Maranhão	97.079	147.368	259.415
Paraíba	24.821	37.886	67.344
Pernambuco	41.998	63.912	113.004
Piauí	29.631	45.178	80.129
Rio Grande do Norte	25.697	39.213	69.671
Sergipe	17.761	27.189	48.577

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil – 1989.

O atendimento das Coordenações Estaduais embora tenha sido representativo em relação a outros estados e regiões do Brasil, conforme Tabela 4, o Nordeste, segundo relatório do MEC, possuía caráter de excepcionalidade no sentido de criar ações emergenciais que implicam determinação política no sentido de expandir o atendimento educacional qualitativo e quantitativamente, tendo em vista as projeções de tempo natural de erradicação do analfabetismo, como explicita a tabela 7:

**Tabela 7 – Projeção Tempo Natural de Erradicação do Analfabetismo no Nordeste (em anos)**

<b>Estado</b>	<b>Tempo Natural de Erradicação (em anos)</b>
Alagoas	119,3
Bahia	78,1
Ceará	75,0
Maranhão	87,3
Paraíba	134,8
Pernambuco	85,2
Piauí	74,4
Rio Grande do Norte	69,0
Sergipe	91,5

Fonte: *Erradicação do Analfabetismo 1989-1999: Indicações Preliminares*. MEC-Educar, 1989.

Durante a existência da Fundação Educar, Alagoas ofereceu somente 4,3% das vagas da Educar para a região Nordeste, um índice tímido tendo em vista a necessidade de quase 120 anos para a erradicação do analfabetismo no Estado. No início dos trabalhos da Coordenação Estadual, a partir da redenominação do Mobral em Educar, foi necessária a realização de uma reunião com prefeitos e secretários municipais de educação para apresentação da proposta de financiamento de ações educativas de educação de adultos. No entanto, os técnicos da Educar Alagoas foram destacados para a elaboração dos projetos a serem encaminhados pelas Prefeituras, tendo em vista a falta de recursos humanos qualificados para tal empreitada. Enquanto os projetos estavam sendo elaborados, as prefeituras buscavam os professores que atuavam nas salas de aulas agora financiadas pela Educar, de acordo com o exigido nas Diretrizes Político-Pedagógicas, o que gerou um grande problema para a Coordenação; em primeiro lugar, a falta de pessoal capacitado de acordo as exigências estabelecidas e depois, talvez o mais crítico, os professores contratados pelo Mobral buscaram os políticos locais no sentido de reivindicar aproveitamento deles pela Fundação Educar. Diante disso, vários municípios alagoanos não puderam atender ao número de classes pretendidas e, em outros, as secretarias municipais de educação contrataram professores da rede municipal e de municípios vizinhos, todos com o segundo grau completo. Um

desafio para a Educar Alagoas, sem dúvida, foi atender a população rural analfabeta que tinha como opção de trabalho a monocultura da cana-de-açúcar, a qual proporcionava aos trabalhadores condições precárias de sobrevivência, tendo em vista os baixos salários pagos a esses trabalhadores. Diante disso foi privilegiada a capacitação dos professores do PEB, no sentido de não só buscar amenizar a situação do homem do campo que buscava as salas da Educar, mas também criar um programa específico para atendê-lo. Mesmo assim, os resultados não foram satisfatórios, diante da evasão dos alunos “devido as épocas de safra e entressafra da agricultura regional ocorrendo com isso a necessidade de atendimento diferenciado a alunos e/ou grupos de alunos e a heterogeneidade da formação de turmas, embora tenha havido reagrupamentos por níveis de adiantamento”<sup>21</sup>. A Educar Alagoas participou de ações de captação de recursos junto às empresas e indústrias do Estado, buscando garantir recursos de 2% sobre o Imposto de Renda em favor da Fundação, além de convênios com associações e usinas para o desenvolvimento do PEB, especialmente quanto à doação de material escolar (cadernos, lápis e borracha).

Os números da Educar Bahia, referentes a alunos atendidos, são impressionantes em comparação aos demais estados da federação. Só em 1986, a Bahia tinha quase o mesmo número de alunos do que a soma de todos os estados das regiões Sul e Norte. Com números grandiosos, os problemas enfrentados também eram grandiosos, o que levou a Coordenação Regional da Bahia a constatar a baixa qualidade de suas ações, tendo em vista o atraso nas assinaturas dos convênios, capacitação precária de seu pessoal e a não-operacionalização dos projetos alternativos. Para atender a demanda, a partir dos problemas percebidos, a Educar Bahia propôs uma reestruturação da Coordenação Regional, com o intuito de garantir a eficiência necessária ao seu desempenho, a partir de metas prioritárias e articulação e apoios técnico e financeiro às instituições conveniadas. Assim, para facilitar o desenvolvimento pleno das ações educativas, a Educar Bahia optou pela divisão do Estado em 10 grandes áreas, com a criação de pólos. Esses pólos foram locais de capacitação e reuniões dos técnicos da Educar com os supervisores das instituições conveniadas, no sentido de assegurar o controle da qualidade e ampliação da

---

<sup>21</sup> Relatório Anual da Coordenação Regional da Fundação Educar em Alagoas. Maceió, 1986, p. 3.

quantidade do produto final. Para a capacitação do pessoal envolvido com as ações educativas, a Educar Bahia firmou cooperação técnica com a Universidade Católica de Salvador, no entanto, somente os técnicos foram contemplados; aos professores, por sua vez, restaram apenas a capacitação através do Projeto Verso e Reverso. Mesmo assim, de forma precária, apenas 5 municípios do Estado tiveram acesso à TV Manchete<sup>22</sup>, onde os programas do Projeto foram exibidos. Também cinco emissoras de rádio transmitiram o Curso de Capacitação proposto pela Fundação Educar. Portanto, a grande maioria dos professores das classes conveniadas tiveram acesso à capacitação apenas ao curso por correspondência, detalhado neste Capítulo, no item 3.9.

Conhecido como um dos destinos turísticos mais cobiçados do país, o Ceará, como os demais estados do Nordeste, possuía elevado índice de analfabetismo. Em 1988, de acordo com dados do IBGE, 38,8% da população maior de 15 anos ainda eram analfabetos, o que representou 2.934.203 pessoas, sendo 44% na zona urbana e 56%, na zona rural. Diante dessa realidade, a Coordenação Estadual do Ceará buscou garantir o funcionamento do PEB e a capacitação de recursos humanos, além de manter a cooperação técnica com as Secretarias Municipais de Educação. No primeiro ano de funcionamento da Fundação Educar, 74% dos municípios cearenses possuíam classes conveniadas e a primeira etapa do PEB teve início em Outubro de 1986, com carga horária de 300 horas, com seis meses de duração. Na busca por consolidar as ações implementadas no Estado, nos anos seguintes, 25 municípios cearenses foram escolhidos pela Educar Ceará face a elevada demanda como área potencial para o desenvolvimento das propostas e diminuição dos índices de analfabetismo. De uma forma geral, os governos estadual e municipais sempre privilegiaram o ensino fundamental regular. Até então, pouco tinha sido feito com relação à educação básica de jovens e adultos. Apenas o município de Fortaleza possuía índice de analfabetismo inferior a 35%. No interior do Estado, os índices chegaram a mais de 60% da população adulta, chegando a 73% no município de Carnaubal, de acordo com o IBGE (1980). Mesmo contanto com um índice de 20% da população, Fortaleza possuía o maior contingente de pessoas analfabetas: 168.695.

---

<sup>22</sup> De acordo com o Plano de Ação da Coordenação Regional da Fundação Educar da Bahia – 1989.

Com pouco mais de 11% da população da região Nordeste<sup>23</sup> e 55,31% de adultos analfabetos, o que significa quase 1.200.000 pessoas, a população maranhense se concentrava na zona rural (68,59%) e em mais de 62% dos municípios o índice de analfabetismo era superior a 50%. Para a consecução das atividades da Coordenação Estadual foi preciso, inicialmente, divulgar na sociedade civil organizada as atividades que a Educar Maranhão assumia a partir da redesignação do Mobral em Educar. No entanto, efetivamente foi elaborado um projeto para dar continuidade ao atendimento da demanda que antes era de responsabilidade do Mobral. Como ocorrera em outros estados, o Maranhão também selecionou municípios com maior demanda e criou uma espécie de pólos, no sentido de propiciar um acompanhamento mais efetivo às ações educativas desenvolvidas. Mesmo assim, importantes municípios do estado como São Luís e Imperatriz, além de Timon (vizinho de Teresina, capital do Piauí) possuíam demanda expressiva, os órgãos conveniados possuíam infraestrutura adequada e interesse das Secretarias Municipais em apoiar tal empreitada, mas o percentual de atendimento sempre esteve abaixo das possibilidades operacionais da Educar Maranhão.

Na década de 1980, o Estado da Paraíba ainda apresentava precariedade quanto à oferta de escolarização da população de 7 a 14 anos, com um déficit na oferta de alfabetização da população acima de 15 anos e alto índice de evasão e repetência sobretudo no Ensino Fundamental. A educação paraibana ainda carecia de professores habilitados, de uma política salarial para os trabalhadores da educação e uma limitação de recursos para investimento na área educacional. De acordo com dados do IBGE (1980, com estimativa para 1985 e 1990), cerca de 56% da população adulta da Paraíba ainda era analfabeta. Para atender a demanda e os preceitos legais em relação à oferta de educação de adultos, especialmente em busca da erradicação do analfabetismo no Estado, a Educar Paraíba previu a necessidade de atender 100.000 pessoas analfabetas por ano, no entanto, os números, de acordo com a Tabela 6, ficaram aquém do que tinha estabelecido como ideal. A Coordenação tinha a capacitação de professores e técnicos como primeira prioridade. Como as demais Coordenações, a Paraíba também tinha o Projeto Verso e Reverso como principal modalidade de

---

<sup>23</sup> De acordo com o Censo de 1980, IBGE.



capacitação de seus professores e técnicos. Apenas 17 técnicos foram contemplados com um investimento empreendido pela Coordenação Estadual junto à Universidade Federal da Paraíba, onde quatro técnicos frequentaram o Curso de Licenciatura em Pedagogia – Habilitação: Magistério e Supervisão em Educação de Adultos e treze no Curso de Pós-Graduação (Especialização) em Educação de Adultos, embora a Educar Central não tivesse preocupação com investimentos das Coordenações Regionais em cursos de graduação e de pós-graduação. Como forma de avaliação do PEB, a Educar Paraíba implantou as Classes Laboratório, “pela análise comparativa da prática respaldada na concepção teórica do programa, dentro de um contexto favorável à sua execução, em confronto com a prática desenvolvida no Estado”<sup>24</sup>. Essas Classes objetivavam uma avaliação do PEB, que, assim, permitiria redirecionamentos em sua execução, visando a superação das dificuldades detectadas em sua operacionalização. Entretanto, como a Educar foi extinta logo depois, os resultados obtidos a partir da avaliação realizada nas Classes Laboratório não mais importaram.

A Coordenação Estadual de Pernambuco também encontrou um desafio muito grande em relação aos altos índices de analfabetismo e baixa escolarização das pessoas adultas, fruto de precários e tímidos investimentos na educação básica, o que fortaleceu uma sociedade mais desigual e distante do acesso ao atendimento de todas as necessidades básicas. Segundo o Plano Nacional de Amostragem por domicílio - 1987 (PNAD/IBGE), o Estado possuía 4.323.352 de analfabetos na faixa etária de 15 a 60 anos. Durante toda a existência, a Educar Pernambuco teve grandes dificuldades em cumprir e desenvolver todas as ações previstas face ao atraso na aprovação dos Planos de Ação da Coordenação pela Educar Central, o que provocava o atraso na liberação de recursos e, a escassez desses recursos e não permitia investimentos em Projetos Alternativos no Estado. Como estratégia de ação, a Educar Pernambuco buscava contato com a Secretaria de Estado da Educação no sentido de evitar duplicidade de ação. No último ano de existência da Educar, a Coordenação Estadual de Pernambuco também buscou a capacitação de seus técnicos em Cursos de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos,

---

<sup>24</sup> Quadro Síntese do Plano de Ação da Coordenação Estadual da Paraíba, 1990, p.34.

embora a Educar Central não aprovasse o uso de recursos de capacitação de pessoal para este fim. Ao mesmo tempo, foi em Pernambuco o investimento em um curso de graduação oferecido pela Faculdade de Filosofia do Recife, descrito no item 3.8..

Todos os municípios do Piauí que assinaram convênios com a Fundação Educar tiveram direito a uma contrapartida financeira, considerando o caráter de excepcionalidade devido à projeção de tempo para erradicação do analfabetismo no Estado. Diante disso, a Educar Piauí privilegiou estratégias diferenciadas de capacitação, com ênfase nas necessidades básicas das equipes de trabalho (técnicos e professores), além de prestar assessoramento técnico a todas as equipes, especialmente no momento de elaboração do plano de capacitação dos professores e junto às Secretarias Municipais.

Praticamente toda a década de 1980, o quadro educacional do Rio Grande do Norte não se alterou, com a média de 42% da população potiguar analfabeta. Localizado no centro geográfico do Polígono das Secas, o Estado sofreu diretamente pela ausência de uma política governamental que privilegiasse o semi-árido potiguar. O Estado tinha como maior problema o fluxo migratório de sua população, acentuado em consequência da fome e da falta de condições mínimas de sobrevivência, o que resultou num quadro significativo de alunos evadidos na escola regular. Na educação de adultos o quadro não era diferente, o quadro docente que atuava nessa modalidade de ensino era formado, em sua maioria, de professores leigos ou eram recrutados das turmas de ensino regular, sem a capacitação necessária para atuarem na EJA. A Educar Rio Grande do Norte investiu em Curso de Especialização em Educação de Adultos somente para seus técnicos da Coordenação Estadual, em convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ao mesmo tempo, assegurou junto às universidades do Estado e outras instituições a promoção de cursos de atualização nas áreas específicas das quatro primeiras séries do primeiro grau. Para o desenvolvimento das ações educativas do PEB, a Educar potiguar preocupou-se em realizar ações concretas e operacionais que visassem o respeito ao saber popular, sem contudo negligenciar o saber científico.

Enfim, o menor Estado nordestino em área geográfica, Sergipe também foi considerado área de excepcionalidade, no entanto, a interferência político-partidária influenciou negativamente nas ações educacionais do Estado,

sobretudo a Educação de Jovens e Adultos, no sentido de que as vagas, especialmente de professores das classes conveniadas do PEB, foram ocupadas por profissionais não qualificados para tal empreitada. De uma forma geral, os resultados escolares dos alunos jovens e adultos em Sergipe tinham relação direta com as suas condições de vida. O Diagnóstico Educacional do Estado (1987), elaborado pela Universidade Federal de Sergipe e Secretaria de Estado da Educação, esclarece que “o sistema escolar de Sergipe, à semelhança dos demais Estados do Nordeste apresenta-se ainda precário, sendo uma das evidências desse quadro a taxa média do analfabetismo que corresponde a 36,93%, segundo dados do Censo de 1980, projetados para 1985”. Sob a influência dos critérios político-partidários, Sergipe não possuía um planejamento de sua rede escolar, e conseqüentemente as escolas foram construídas em locais nem sempre de acordo com a demanda. Os problemas da educação sergipana são ainda maiores, com unidades escolares improvisadas, a falta de formação pedagógica dos professores contratados e na zona rural, o professor, além de se responsabilizar pelo processo pedagógico, era considerado ainda polivalente, pois era responsável também pela limpeza da escola, pela preparação da merenda escolar (quando possuía) e seu salário menor que o da área urbana, não chegando a receber um salário mínimo mensalmente. No que concerne a educação de adultos, o investimento em turmas específicas na década de 1980 ainda foi inexpressivo. Buscando contribuir com a reversão da situação caótica do quadro educacional, a Coordenação da Educar no Sergipe priorizou o PEB e a preparação, atualização de professores e outros agentes viabilizadores da proposta de Educação Básica para jovens e adultos.

### 3.6.3 A Região Norte

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, ainda restavam dois Territórios no Brasil: Amapá e Roraima. O Art. 14 das Disposições Constitucionais Transitórias, os então Territórios Federais são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos. Para atender a demanda de educação de adultos no então Território Federal do Amapá e tendo em vista a extensa área geográfica da região, a Fundação Educar criou uma Coordenação Estadual com sede em Macapá. As atividades da Educar em

Roraima ficaram sob a responsabilidade da Coordenação Estadual do Amazonas, com sede em Manaus. Os números do analfabetismo na região Norte também são expressivos, no entanto os programas da Educar foram inexpressivos, especialmente tendo em vista as dificuldades de acesso à população adulta que demandava, especialmente, pela alfabetização. O reduzido número de estradas, a época das chuvas e o isolamento geográfico de muitas cidades por conta da área da floresta amazônica são os principais motivos da dificuldade de acesso às escolas ou turmas. A tabela 8 explicita o número de jovens e adultos atendidos pelos programas da Fundação e no primeiro ano da oferta de turmas do PEB, a região ofereceu apenas 7,49% das vagas, num total de mais de 767.000 em todo o Brasil.

**Tabela 8 – Jovens e Adultos atendidos nos Programas da Fundação Educar, 1986-1989 – Região Norte**

Unidades da Federação	Jovens e Adultos Atendidos		
	1986	1987	1988
Acre	6.666	8.386	12.175
Amapá	2.533	3.154	4.480
Amazonas e Roraima	29.495	37.283	54.670
Pará	10.328	13.020	18.824
Rondônia	8.493	10.698	15.576

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil 1989.

De acordo com o Censo 1980, o índice de analfabetismo do Acre é o quinto maior do país. Enquanto a capital do Estado, Rio Branco, possuía um índice de 29%, no município de Tarauacá, por exemplo, 74% da população adulta ainda era analfabeta. Diferente do Estado do Amazonas que a ligação entre os municípios ocorria através de transporte fluvial, a grande maioria das cidades do Acre está às margens de duas rodovias: a BR 317 e a BR 364. E mesmo com acesso “facilitado”, a Coordenação Estadual do Acre teve dificuldades em estabelecer convênios e assessorar técnica e pedagogicamente as turmas do PEB. Em 1989, o Acre ainda não tinha implantada a capacitação dos professores, através do Projeto Verso e Reverso. Além do mais, a Educar Acre teve ainda problemas básicos que inviabilizaram o desenvolvimento de suas ações. A Fundação

Educar, em Brasília, foi acionada no sentido de criar condições para o envio das máquinas de escrever da Educar, em Rio Branco, para serem consertadas em Brasília.

A Coordenação Territorial do Amapá, em consonância com as Diretrizes Político-Pedagógicas estabelecidas pela Fundação Educar, adotou o princípio da descentralização na ação, planejamento, execução e gestão, visando a municipalização do ensino. Em 1985, o Território do Amapá possuía 41 escolas na zona urbana e 103, na rural, embora o número de salas na zona urbana era de 616, na zona rural, 137, excetuando as escolas municipais. De acordo com o Censo 1980, os índices de analfabetismo no Amapá (24,63%) eram bem menores que o do Acre; Oiapoque, por exemplo, possuía o maior índice: 39%. Na capital do Território, Macapá, apenas uma instituição – Centro Supletivo Emílio Médici – subordinado à Divisão de Ensino Supletivo da Secretaria de Educação – atendia a demanda dos alunos adultos. Nos municípios do interior, só foram implantadas turmas de EJA quando conveniadas à Educar, pois as Prefeituras não privilegiavam esta modalidade de ensino. Seguindo os passos deixados pelo Mobral, a Educar Amapá buscou levantar a clientela de 9 a 14 anos fora da escola para, junto às Secretarias de Educação, propor cooperação técnica na execução de projetos para atendimento a essa clientela. No último ano de existência, a Educar Amapá propôs convênio com a FUNAI, no sentido de oferecer o PEB, respeitando as particularidades das comunidades indígenas.

Embora toda a região amazônica, por suas características naturais, seja considerada de grande potencial econômico para o Brasil, necessita, ainda, de grandes investimentos, sobretudo na área social. A Educar Amazonas e Roraima foram responsáveis por implantar e coordenar todas as ações educativas para atender o homem da Amazônia, no entanto, apenas as capitais, Manaus e Boa Vista, possuíam infraestrutura mínima adequada para o desenvolvimento dessas atividades. Nos demais municípios do interior, o alto custo de vida e a falta de perspectivas de desenvolvimento econômico inviabilizavam qualquer ação no sentido de proporcionar suportes para uma sobrevivência mais digna de toda a população, o que, de certa forma, foram os responsáveis pelo êxodo rural especialmente para Manaus, atraída pela Zona Franca. De acordo com o Censo 1980 (IBGE), o Amazonas possuía 29,6% e Roraima, 26% de analfabetos; e esses Estados sempre buscaram reverter esse quadro, no entanto, através de

estratégias convencionais. O papel da Coordenação Estadual Amazonas e Roraima foi o de agente de fomento e apoio aos órgãos governamentais e sociedade civil no sentido de apoio para a implantação e implementação de classes conveniadas. No entanto, as dificuldades encontradas eram comuns também a outros estados da região e do Nordeste, no cumprimento de seu objetivo, como a formação inadequada de professores e técnicos, a falta de informações das instituições conveniadas com relação às atividades que estavam sendo desenvolvidas e também as instalações da Educar Amazonas e Roraima, que embora com grande espaço e ocupando vários andares, não possuía equipamentos necessários (mesas, cadeiras e ar condicionado) e o prédio sem elevador, além de viaturas em precárias condições de funcionamento em situação de sucata. Mesmo assim, a Coordenação Estadual foi responsável pelo atendimento de mais da metade de jovens e adultos na região.

Em todos os municípios do Estado do Pará, a grande concentração de analfabetos encontra-se na zona rural. Embora os órgãos conveniados à Coordenação Estadual atuassem na área urbana, sem oferecer metodologia alternativa aceita pela Educar, utilizando-se apenas do material didático distribuído pela Fundação para o desenvolvimento das ações propostas pelo PEB. Para a capacitação dos professores foi utilizado o Curso do Projeto Verso e Reverso na modalidade por correspondência e, alguns locais, em vídeo conjugado com o CPC.

A partir da década de 1960 e da construção da BR-364, o atual Estado de Rondônia recebeu um fluxo migratório de forma acelerada e desordenada, por conta da erradicação do cultivo do café no norte do Estado do Paraná. Contribuíram, para isso, a mecanização do campo nos estados das regiões Sul e Sudeste, e principalmente pela aquisição gratuita de terras ou a compra por baixo custo, através de órgãos governamentais. Os problemas da migração refletiram também na área educacional através de limitações, como a falta de escolas e professores, recursos financeiros limitados e inadequação dos currículos. No sentido de facilitar o desenvolvimento e o acompanhamento das ações educativas implantadas, a Educar Rondônia criou cinco municípios pólos (Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Colorado do Oeste) para atender e garantir o acesso às instituições conveniadas. Além do Projeto Verso e Reverso, a Coordenação Estadual investiu na capacitação de seus

técnicos através de participação nos cursos a distância do Centro de Ensino Técnico de Brasília.

### 3.6.4 A Região Sudeste

De acordo com os dados do IBGE, somente as regiões Sudeste e Sul tiveram redução de alunos jovens e adultos atendidos pela Fundação Educar no ano de 1988 em relação aos anos de 1986 e 1987. A redução do número de alunos em todos os Estados da região, conforme a tabela abaixo, pode ser considerada até imperceptível, mas cabe uma reflexão sobre o porquê desse número ter diminuído exatamente no terceiro ano de funcionamento. Paiva (2003) atentou que, de uma forma geral, as campanhas tendem a restringir-se, posto que a demanda espontânea já foi atendida, isto ocorreu com todos os programas anteriores e também com o Mobral.

**Tabela 9 – Jovens e Adultos atendidos nos Programas da Fundação Educar, 1986-1988 – Região Sudeste.**

Unidades da Federação	Jovens e Adultos Atendidos		
	1986	1987	1988
Espírito Santo	10.524	19.012	18.345
Minas Gerais	49.314	87.064	86.398
Rio de Janeiro	24.422	43.392	42.725
São Paulo	72.678	128.052	127.385

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil 1989.

Comparando os números dos estados da região Sudeste, os do Espírito Santo são os menores, mas o índice de analfabetismo é o maior. De uma população estimada de 2.394.104 (IBGE)<sup>25</sup>, 298.279 são analfabetos maiores de 15 anos de idade. Considerando os números absolutos, os municípios de Vitória, Cariacica e Serra são os que possuem o maior número de analfabetos. Um grande desafio da Coordenação Estadual da Fundação Educar no Espírito Santo foi exatamente alcançar essa população da Grande Vitória e proporcionar a elas condições de apoio à ações de educação básica de jovens e adultos. Para tanto,

<sup>25</sup> Estimativa para 1987.

estimulou, sem sucesso, o surgimento de propostas específicas junto a entidades que possuísem experiência na área de alfabetização e escolarização nas primeiras séries do então 1º grau. Como ocorreu no Paraná, a Educar Espírito Santo necessitou divulgar as suas ações junto à comunidade capixaba, no sentido de consolidar sua legitimidade. Na capacitação dos professores, a Coordenação preconizou a utilização do Projeto Verso e Reverso apenas através do Programa exibido pela TV Manchete, o que dificultou o acesso dos técnicos e professores ao curso por correspondência.

O segundo estado mais populoso da região, Minas Gerais tinha como desafio atender a população do norte e nordeste mineiro, onde estão localizados os municípios que formam a área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e que a população adulta analfabeta era mais expressiva. Na segunda metade da década de 1980, Minas Gerais possuía 723 municípios, formando 8 mesorregiões<sup>26</sup> e sua população distribuída de forma desigual, porém com os bens e serviços igualmente distribuídos. A mesorregião mais industrializada do Estado é a região de Belo Horizonte e é também a que possui o menor índice de analfabetismo, cerca de 11,9%. Por outro lado, o nordeste mineiro possui 39,1 % e o noroeste, 34,7% de pessoas adultas analfabetas. Essas duas regiões são conhecidas como de escassez de recursos financeiros e de investimentos governamentais, além da má distribuição de renda da população. Dessa forma, é até natural o êxodo dessas regiões para a Grande Belo Horizonte, o que pode ser atribuído, também, a atração de empregos nos setores secundário e terciário da economia, além da busca de serviços básicos de qualidade. Em 1980, por exemplo, a população urbana de Minas Gerais, de acordo com o Censo Demográfico 1980, era de 8.984.948 e a rural, 4.404.657. Trinta anos antes, na década de 1950, a população urbana era menos da metade da rural. Na área educacional, Minas Gerais ainda registrava defasagem superior a 14% entre a população residente e a população atendida no ensino regular de 1º grau, segundo dados do PNAD (1987). O atendimento às pessoas adultas era realizado pelo Mobral (até 1985) e, depois, pela Educar, e pela Secretaria de Estado da Educação, através da Diretoria de Ensino Supletivo. Mesmo assim, os

---

<sup>26</sup> Noroeste, Nordeste, Centro-Oeste, Triângulo, Zona da Mata e Rio Doce, Sudoeste, Centro-Leste e Belo Horizonte. Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1980.



atendimentos não contemplavam as reais necessidades da demanda. Em 1988, a Educar atendeu mais de 86.000 alunos, o que representava cerca de 4,4 % da população analfabeta de Minas Gerais<sup>27</sup>. Esses dados demonstram a inoperância do sistema educacional, nos três níveis, no atendimento aos adultos ainda analfabetos ou com pouca escolarização. É importante ressaltar que, até o momento, apresentamos e analisamos os dados da Fundação Educar levantados nos Anuários Estatísticos do IBGE, os quais revelam apenas os dados referentes aos atendidos pela Educar em todo o Brasil até o ano de 1988. Apenas no Plano de Ação da Coordenação Estadual de Minas Gerais para o ano de 1990 temos dados sobre o número de jovens e adultos atendidos por aquela Coordenação, que é de 126.985, distribuídos em 4.055 classes, em apenas 88 municípios mineiros, 12% da totalidade dos municípios mineiros. Mais uma vez percebe-se a ineficácia do desempenho e da amplitude das ações da Fundação Educar. Mesmo assim, a Educar Minas Gerais se destacou em ações técnicas e pedagógicas, no sentido de buscar e criar condições de atendimento às instituições conveniadas e de capacitação de seus técnicos e professores. Além da capacitação proposta pela Educar Central, através do Projeto Verso e Reverso, os técnicos lotados na Coordenação ainda tiveram a oportunidade de se qualificarem em outros cursos<sup>28</sup>, visando a competência técnica e o aprimoramento pessoal e profissional. A Educar Minas Gerais, de forma audaciosa, realizou estudos de avaliação e pesquisa da ação pedagógica, com objetivos de sistematizar e socializar o conhecimento produzido nas classes conveniadas.

O Estado do Rio de Janeiro, segundo centro financeiro, econômico e industrial do país, também apresentava municípios de excepcionalidade, como os encontrados em todos os estados do Nordeste do país, dado o elevado índice de analfabetos, a baixa arrecadação tributária, o orçamento insuficiente para atender as necessidades nas áreas de educação, o saneamento, a habitação e a saúde,

---

<sup>27</sup> De acordo com dados do documento *Erradicação do Analfabetismo – 1989-1999*, produzido pelo MEC e Fundação Educar, a população adulta analfabeta estimada era de 1.899.461.

<sup>28</sup> Os cursos de capacitação oferecidos pela Educar Minas Gerais: (1) Língua Escrita numa Perspectiva Construtiva – 30 horas; (2) Pesquisa e Educação – 30 horas; (3) Fundamentos Linguísticos da Educação – 60 horas; (4) Desenvolvimento Intelectual/Metodologia Intelectual – 19 horas; (5) Informática e Educação – 30 horas; (6) Fundamentos Básicos: Economia Política – 15 horas; (7) Antropologia e Educação – 30 horas; (8) Brasil Colônia: Império e República – 32 horas; (9) 1789-1989: 200 anos da Revolução Francesa – 16 horas; (10) Participação em Seminários, Encontros, Cursos, Intercâmbio com outras Coordenações Estaduais da Fundação Educar.

a incapacidade da rede municipal de ensino atender a demanda do ensino fundamental e ausência de oferta de turmas de educação de adultos. Ao mesmo tempo, alguns municípios que possuíam esse caráter de excepcionalidade também não se interessaram em firmar convênios com a Fundação Educar para a implantação e implementação do PEB. Diante dessa realidade, a Educar Rio de Janeiro tinha como princípio norteador a flexibilização nas negociações com as instituições interessadas. Paralelo a atenção com os conveniados, a Coordenação Estadual participou junto com Secretaria de Estado da Educação e Cultura na elaboração curricular para os Estudos Adicionais<sup>29</sup>, na área de Educação de Adultos, dos cursos de Formação de Professores, nível 2º grau, para o magistério das séries iniciais do 1º grau. A partir de 1989, a Educar Rio de Janeiro alterou a carga horária do PEB para 450 horas para cada etapa. Essa proposta de alteração se deu a partir de observações especialmente das necessidades dos alunos percebidas entre as etapas do Programa. O material didático utilizado nas turmas do PEB eram aqueles produzidos pela Educar, embora na 3ª. Etapa, as turmas do Rio de Janeiro utilizaram material do PEI, produzido pelo Mobral. O Rio de Janeiro, como Sergipe, buscou viabilizar material específico da área de Estudos Sociais, mas também sem sucesso. Também como algumas Coordenações Estaduais, sobretudo às do Nordeste, o Rio de Janeiro, buscou a implantação junto à Universidade Federal Fluminense (UFF), de um Curso de Pós-Graduação para seus técnicos, entretanto a proposta do Curso não foi concretizada, pois a Educar Central sugeria que a UFF oferecesse uma maior contrapartida.

Como responsável pelo acompanhamento das ações dos conveniados, a Educar São Paulo priorizou sua infraestrutura para operar com eficiência e eficácia. Os indicadores econômicos de São Paulo são grandiosos, mesmo assim a área educacional necessitava ainda de atenção dos gestores públicos. Desde sua criação, a Coordenação Estadual de São Paulo priorizou a implantação gradativa do PEB, a continuidade do PEI e a capacitação de técnicos e professores envolvidos com as ações da Educar no Estado. Para o pleno

---

<sup>29</sup> Os Estudos Adicionais consistiam de mais um ano de estudos e formação específica, após a conclusão do curso de Magistério para a formação de professores das primeiras séries do 1º grau, visando acrescentar os conhecimentos relativos à uma determinada área, como por exemplo, a educação de adultos e a educação especial

desenvolvimento e acompanhamento dos projetos conveniados, o Estado foi dividido em três grandes regiões: Super-Macro Norte (constituída pelas macrorregiões de Araçatuba, São José do Rio Preto, Dracena, Presidente Prudente, Jales e Marília), Super-Macro Centro (composta pelas macrorregiões de Bauru, Araraquará, Avaré, Ribeirão Preto, Limeira e asa Branca) e Super-Macro Sul (formada pelas macrorregiões de Taubaté, Litoral Norte, Sorocaba, ABC, Guarulhos e Osasco). A divisão do Estado nas macrorregiões permitiu que a Educar Central propusesse outras ações, não somente o PEB, como a realização do 1º Concurso Nacional de Textos Populares, com a publicação dos textos numa coletânea, um concurso de monografias sobre Educação no Sistema Penitenciário, a promoção de eventos sobre analfabetismo, movimento negro e experiências em Educação de Adultos.

### 3.6.5 A Região Sul

A tabela 11 apresenta, em números absolutos, o atendimento da Fundação Educar no sul do país. Como nas demais regiões, de 1986 para 1987, o número de atendimentos aumentou consideravelmente, um pouco menos de 50% em cada estado. Entretanto, para o ano de 1988, a região Sul foi a que teve uma redução de alunos atendidos, chegando a 1/3 do ano anterior em Santa Catarina. Nos relatórios e planos de ação anuais das Coordenações Estaduais não há explicação sobre o ocorrido, embora o número de analfabetos adultos da região continuou constante.

**Tabela 10 – Jovens e Adultos atendidos nos Programas da Fundação Educar, 1986-1988 – Região Sul**

Unidades da Federação	Jovens e Adultos Atendidos		
	1986	1987	1988
Paraná	27.929	39.336	23.829
Rio Grande do Sul	33.388	47.025	29.244
Santa Catarina	7.420	10.438	3.479

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil 1989.

A Região Sul do Brasil sempre foi considerada desenvolvida e a economia de seus Estados baseada na agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, mineração e indústria. Os indicadores sociais da região também sempre foram mais confortáveis do que das demais regiões do País, sobretudo a Norte e a Nordeste. A chegada de imigrantes europeus no final do século XIX imprimiu ao Estado do Paraná uma peculiar fisionomia étnica e seu desenvolvimento político, social e econômico sempre estiveram alicerçados no trabalho desses imigrantes e seus descendentes, além de sua posição geográfica que lhe favorece a abertura de sua economia aos países que atualmente formam o Mercosul e aos Estados de São Paulo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. No momento da criação da Fundação Educar, o quadro educacional do Paraná não apresentava bons resultados, pois era evidente a queda de alunos matriculados no Ensino Fundamental regular. A grave situação da educação pública regular é demonstrada através de índices. Conforme dados da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (1986), a cada 10 alunos matriculados na 1ª série do então 1º grau, 5 foram reprovados no final do ano letivo. Por sua vez, o Paraná buscava atender a clientela, com investimento em infraestrutura, concurso público para professores e técnicos.

O vício da formalidade da educação ainda era norma no sistema educacional paranaense, o que, de certa forma, dificultou as atividades da Coordenação Regional da Educar. O Egrégio Conselho Estadual de Educação do Paraná, através do Parecer nº 206/88, foi o responsável pelo reconhecimento de que a Fundação Educar necessitava, ao conferir à educação não formal a amplitude do Sistema de Ensino com “conotações substantivas” que permitiu o “atendimento, solicitação, adequação e funcionalidade de acordo com os princípios que a regem”, uma vez que os alunos egressos dos cursos financiados pela Educar não tinham seus certificados de conclusão dos estudos referentes as quatro séries iniciais do 1º Grau reconhecidos pela Secretaria de Educação, e, em consequência, não podiam se matricular na 5ª série.

A Educar Paraná diagnosticou o despreparo das prefeituras municipais e secretarias de educação na absorção dos encargos para a consecução dos projetos financiados pela Fundação, bem como a indefinição em assumir o gerenciamento do projeto apresentado. Para isso, levou-se em conta ações totalmente inesperadas, como a pressão para que a população não alfabetizada

de 7 a 14 anos ingressasse no PEB. Esta atitude poder ser em consequência do provável envolvimento de professores e técnicos ainda com a filosofia do Mobral. Para atender a demanda do Estado, a Educar buscou a implantação de Núcleos Avançados de Educação em 24 microrregiões. Como forma de descentralizar a gestão e garantir a regionalização do PEB, buscou-se também desenvolver metodologia para Educação Básica de excepcionais, alfabetização e pós-alfabetização, utilizando a Bíblia, e ainda realizou o atendimento da população de jovens de 10 a 14 anos, o que feria os objetivos e diretrizes da Fundação Educar, mas, mesmo assim, a proposta foi considerada inovadora pela Educar Nacional.

Foi notório o investimento da Coordenação Regional da Educar em Santa Catarina com a capacitação dos recursos humanos. Além da capacitação dos professores e técnicos através da proposta do Projeto Verso e Reverso, a Educar Santa Catarina investiu na capacitação dos encarregados de cada município no gerenciamento das ações educativas e também no intercâmbio de seus técnicos com outras Coordenações Regionais, como a do Rio de Janeiro e a de Pernambuco. Uma outra atividade realizada foi um convênio com as Universidades Federal de Santa Catarina (UFSC) e a do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Secretaria Estadual de Educação e o Instituto de Extensão e Pesquisas Educacionais, para a oferta de um Curso de Pós-Graduação (nível Especialização) em Educação de Adultos, para 30 técnicos, que objetivava “compreender as condições históricas da educação de adultos nas sociedades capitalistas periféricas” (PLANO DE AÇÃO / SC – 1989). Este curso foi totalmente financiado com os recursos enviados ao Estado. O compromisso foi feito sem a autorização da Educar Nacional.

O Estado mais desenvolvido economicamente da região, o Rio Grande do Sul, possuía baixo índice de analfabetismo, mas com considerável número de pessoas com baixa escolaridade. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação (1988), o índice de escolarização chegou a média de 85% nos anos de 1985 a 1987 e o percentual de analfabetos era de 10,6%. A Educar Rio Grande do Sul buscava proposta metodológica de educação permanente, adequada às especificidades do Estado, especialmente a da região da Campanha e fronteira, onde o bilinguismo é praticado. Em 1989, o Estado ainda possuía uma clientela

de mais de 622.000 adultos analfabetos<sup>30</sup> e para atender todo esse número, a Educar gaúcha buscou uma alternativa inovadora ao criar um *Curso Supletivo de Qualificação Profissional para o Exercício do Magistério de Educação de Adultos em nível de Educação Básica*, tendo em vista a realidade do quadro de professores especializados para assumir as turmas de Alfabetização.

Os municípios do Rio Grande do Sul com maior receita tributária eram os que tinham um maior número de analfabetos, e por sua vez, uma maior necessidade de Educação de Adultos. Esse dado referia-se a migração de adultos analfabetos, especialmente em função do êxodo rural<sup>31</sup>, para os polos industriais que necessitavam de mão-de-obra, inclusive a não especializada. Diante disso, a Coordenação Regional buscou apoio das empresas localizadas nesses polos para a implantação de salas de aula, a fim de atender esta clientela específica. Por um outro lado, a Educar gaúcha buscou apoiar os municípios recém-criados naquela década, como meio de auxiliar os novos gestores nos aspectos referentes ao atendimento de alunos jovens e adultos, especialmente os do então 1º grau.

\* \* \*

De sua criação no final de 1985 até sua extinção em Março de 1990, a Fundação Educar teve alguns momentos importantes que foram balisadores de sua atuação. O primeiro, sem dúvida, foi a questão das crises econômicas que abalaram o país durante o Governo Sarney. Como uma instituição financiadora de projetos de educação de adultos, o atraso no repasse dos recursos e o escasso orçamento para atender a demanda formam as principais reclamações dos gestores das Coordenações Estaduais. Duas questões políticas neste período chamaram a atenção da Educar: a Constituinte e a eleição de novos prefeitos em 1989: a primeira, sem dúvida, necessária para estabelecer os parâmetros legais que os novos governantes do país teriam para a formulação de

---

<sup>30</sup> Fonte: Plano de Ação da Coordenação Regional da Fundação EDUCAR no Rio Grande do Sul (1989).

<sup>31</sup> De acordo com o PNAD 1986 (IBGE), os maiores índices de êxodo rural no Rio de Grande do Sul foram encontrados em áreas de maior densidade populacional, especialmente na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde estavam localizadas o maior número de estabelecimentos industriais de grande e médio porte, e nas Regiões chamadas de Polo de Desenvolvimento, situadas nas maiores cidades do interior, como Caxias do Sul, Santa Maria, Pelotas e Rio Grande.

políticas públicas de educação de jovens e adultos; a segunda, a preocupação das Coordenações Estaduais quanto a continuidade do desenvolvimento das ações educativas nos municípios, sob a responsabilidade das Secretarias Municipais de Educação, uma vez que os prefeitos então eleitos poderiam suspender os convênios com a Fundação Educar. Um outro aspecto relevante foi a preocupação da Educar Central em discutir, refletir e propor ações para o Ano Internacional da Alfabetização, proposto pela Unesco para o ano de 1990. Nem todas as Coordenações Estaduais buscaram elaborar uma proposta que visasse atender os objetivos e anseios da Educar Central acerca do Ano. Aliás, o ano de 1990 foi marcado no Brasil como o ano em que se extinguiu a Fundação Educar e também qualquer possibilidade de novos investimentos na área de educação de jovens e adultos, sobretudo a alfabetização.

### **3.7 Das Propostas às Atividades Desenvolvidas**

A Fundação Educar, criada em novembro de 1985, a partir de uma redenominação do Mobral, teve sua estrutura administrativa organizada a partir do que já dispunha na antiga instituição. Prova disso, é a manutenção de Vicente de Paulo Barreto na presidência da Educar, após ter assumido a direção do Mobral em abril do mesmo ano e ter constatado um grau elevado de centralização administrativas e técnico-pedagógicas e a fragmentação de atividades não pertinentes aos objetivos primeiros do Mobral, como a educação pré-escolar e ações de saúde e comunitária. As diretrizes da Educar previam a descentralização das atividades, enfim uma agência de cooperação e fomento aos estados, municípios e entidades não-governamentais. Dessa forma, a Educar propunha aproximar-se da sociedade organizada e compartilhar a responsabilidade por uma política que pudesse atender aos jovens e adultos fora do sistema educacional, analfabeto ou com baixa escolaridade. Ainda na gestão do Mobral, Vicente Barreto buscou definir uma política de valorização do professor, uma vez que o valor pago por hora trabalhada estava fixado abaixo do salário-mínimo-hora, o que fatalmente interferia na qualidade do trabalho do profissional. No final de 1985, já no período de transição para a Educar, foi realizado um corte em 75% dos recursos dos programas não educativos, visando

sua extinção a partir de 1986. Com respeito às atividades do pré-escolar<sup>32</sup> - o Mobral Infante-Juvenil - a proposta de Vicente Barreto era repassar as funções de gestão dessa atividade à então Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do MEC, no entanto, o fantasma do pré-escolar sobreviveu em toda a gestão da Fundação Educar. Uma outra ação do Mobral que a Educar não tinha mais responsabilidade em assumir e também tinha o veto do presidente era o atendimento às crianças e adolescentes na faixa de 9 a 14 anos de idade fora da sistema regular de ensino.

Cabia a Fundação Educar “apoiar instituições governamentais e não-governamentais que desenvolvam educação básica de jovens e adultos, por meio de cooperação técnica e/ou recursos financeiros e materiais, a fim de contribuir para a ampliação desse atendimento” e, para isso, cada instituição interessada deveria propor uma Projeto de Educação Básica, conforme modelo produzido e disponibilizado pela própria Educar (Anexo 3) e o responsável pela instituição deveria formalizar um Termo de Convênio (Anexo 4) junto à Fundação. O Projeto, estruturado como um formulário, continha Dados de Identificação da entidade conveniada, os quais eram apresentados o responsável pelo convênio, o coordenador do Projeto e o apoio solicitado à Educar, além da justificativa, objetivos e abrangência geográfica e quantitativa da proposta, metodologia (com informações sobre o material didático que seria trabalhado), o acompanhamento do Projeto – capacitação, supervisão e avaliação, bem como as responsabilidades do órgão conveniente, os recursos humanos, materiais e financeiros e o cronograma das atividades. O convênio celebrado entre a Fundação Educar e a Instituição conveniada contava de cláusulas e condições para a consecução do Projeto de Educação Básica, que depois de assinado por ambas as partes, eram publicados no Diário Oficial da União.

As atividades da Fundação Educar foram iniciadas efetivamente no segundo semestre de 1986 com dificuldades de assimilação e implementação das competências e objetivos, tendo em vista a manutenção da mesma estrutura e quase totalidade dos recursos humanos do Mobral. Para a consolidação da estrutura técnico-administrativa da Educar Central (a sede no Rio de Janeiro), necessitava a definição quanto à organização e estrutura de funcionamento das

---

<sup>32</sup> De acordo com o Relatório de Atividade 1985 – MOBREAL/Educar, durante o ano de 1985, o MOBREAL atendeu a 619.115 alunos do pré-escolar, distribuídos em mais de 23.600 unidades escolares em todo o Brasil. O MOBREAL/Educar pretendia repassar a responsabilidade sobre o Pré-Escolar durante todo o ano de 1986, somente em 1987 que o programa deveria ser totalmente absorvido pelo MEC.



Coordenações Estaduais da Educar<sup>33</sup>, o que deveria ser viabilizado a partir da consolidação do projeto de descentralização da Fundação, uma vez que previa limites mais amplos da autoridade delegada aos Coordenadores Estaduais, quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos. Um ponto que a Educar Central necessitava era de que o Governo José Sarney fizesse uma reforma tributária, a fim de garantir recursos necessários para a municipalização da educação básica. As dificuldades naturais em fase de transição da Fundação Mobral para a Educar se agravaram a partir de interferências políticas na definição de quadros para a ocupação de cargos administrativos e de confiança, tendo em vista que as escolhas do pessoal foram movidas por conveniências político-partidárias, em detrimento ao pessoal de perfil técnico, mais adequado ao exercício dos cargos criados pela transformação das fundações. O período entre a criação da Educar, em novembro de 1985, e a definição de sua estrutura organizacional, maio de 1986, se caracterizou como um desaquecimento das atividades. Ainda em 1985, a estrutura do Mobral e a continuidade dos projetos em andamento e o início do outro ano permaneceram ainda indefinidas quanto à responsabilidade das ações técnicas e pedagógicas. Assim, a Fundação Educar, ainda em seu primeiro ano, encontrou vários pontos de estrangulamento como a não definição pelo MEC de uma política de Educação de Jovens e Adultos; a insuficiente divulgação da Educar, tanto pela própria Fundação quanto pelo MEC; a precária articulação com as Secretarias Estaduais de Educação e a indefinição quanto à organização e estrutura de funcionamento das Coordenações Estaduais.

Nesta tese estamos utilizando os dados sobre a Fundação Educar disponíveis nos Anuários Estatísticos do IBGE. Entretanto, ao pesquisarmos em outras fontes temos obtido informações e dados diversos, como, por exemplo, o número de jovens e adultos atendidos nos programas da Fundação Educar, conforme Tabela 4 e subsequentes. Se o IBGE (1988) aponta 767.775 atendidos pela Fundação em 1986, o documento intitulado “Análise de Conjuntura Institucional da Fundação Educar”, produzido pela própria Educar (1987), foram 649.760 jovens e adultos atendidos; já o Relatório sobre a Situação Social do País – Brasil 1986, produzido pelo Núcleo de Pesquisas Públicas da Unicamp,

---

<sup>33</sup> A estrutura organizacional da Fundação Educar foi definida pela Portaria MEC nº 495, de 23 de Maio de 1986.

apresenta 762.784 atendidos, sendo que 526.453 pelo PEB e 236.331, pelo PEI. Tanto o IBGE quanto o Núcleo de Pesquisas Públicas apontam como fonte de informações dados da própria Fundação Educar. Não consta no relatório da Educar a metodologia utilizada para o levantamento desses números. Dessa forma e tendo em vista os dados divergentes, optamos por, neste capítulo, com objetivo de ilustrar mais detalhadamente as atividades desenvolvidas pela Fundação, utilizar os valores em porcentagem. Em seu primeiro ano de funcionamento, a Educar atendeu 3,38% da população adulta analfabeta do país<sup>34</sup>. Do total de alunos, 58,90% são da zona urbana e 41,10% da zona rural; no entanto essa proporção é alterada nas regiões Sul e Centro-Oeste, nas quais é maior o contingente na área urbana: 77,86% no Sul e 70,69% no Centro-Oeste. Porém, a prioridade no atendimento da Educar em 1986 foi realmente a região Nordeste, o que representou 50,03 % dos alunos de todo o Brasil. A região Norte, com uma população analfabeta superior a 25%, de acordo com o Censo 1980 – IBGE, apenas 7,27% atendidos<sup>35</sup>, conforme explicita a Tabela abaixo:

**Tabela 11 - Classes e Alunos Conveniados pela Fundação Educar – 1986, por Grandes Regiões e Brasil (em %)**

Grandes Regiões	Classes			Alunos		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Centro-Oeste	70,69	29,31	10,13	75,25	24,75	10,90
Nordeste	50,61	49,39	47,64	53,81	46,19	50,03
Norte	59,80	40,20	6,22	65,51	34,49	7,27
Sudeste	57,22	42,78	20,01	71,31	28,69	21,82
Sul	77,86	22,14	16,00	72,69	27,31	9,98

Fonte: Análise de Conjuntura Institucional da Fundação Educar, 1987

O quadro acima apresenta os dados de todos os convênios da Fundação Educar em 1986<sup>36</sup>. No entanto, cabe ressaltar que nesses números ainda estão incluídos números de alunos de etapas do PEI, do então Mobral. Além disso, a

<sup>34</sup> Análise de Conjuntura Institucional da Fundação Educar. MEC, 1987.

<sup>35</sup> Em 1986, os recursos conveniados foram de Cz\$ 237.386.489,00 com órgãos governamentais e não-governamentais.

<sup>36</sup> Na pesquisa documental, tivemos acesso somente aos dados detalhados das ações da Fundação Educar somente do ano de 1986. Os demais documentos e relatórios da Fundação não apresentam os dados quantitativos em relação ao atendimento de jovens e adultos conveniados, tão pouco ao alunos que concluíram o PEB e até o mesmo o PEI.

tabela explicita a predominância de classes na área urbana em todas as regiões, embora a Educar tivesse como prioridade atender à área rural. Essa predominância também é encontrada com relação ao alunos atendidos. Os valores referentes à coluna total refere-se à distribuição de classes e de alunos em todo o Brasil. A tabela abaixo já demonstra o comportamento da 1ª etapa do PEB, referente à alfabetização. Aqui, as classes localizadas na área urbana também são maiores que as da área rural.

**Tabela 12 - Classes e Alunos da 1ª Etapa do Programa de Educação Básica Conveniados pela Fundação Educar – 1986, por Grandes Regiões e Brasil (em %)**

Grandes Regiões	Classes			Alunos		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Centro-Oeste	59,81	40,19	7,12	61,97	38,03	7,05
Nordeste	46,02	53,98	53,82	48,05	51,95	58,92
Norte	46,65	53,35	4,27	49,06	50,94	4,54
Sudeste	50,56	49,44	18,58	52,82	47,18	14,73
Sul	81,23	18,77	16,21	82,71	17,29	14,76

Fonte: Análise de Conjuntura Institucional da Fundação Educar, 1987

Dos números do PEI, equivalente às quatro séries do 1º grau, ofertado pelo Mobral, ainda em 1986, 80,98% das classes estavam localizadas na área urbana e apenas 19,02% nas áreas rurais. Esses dados demonstram a dificuldade de implantação de uma proposta de educação de adultos (alfabetização ou escolarização) em área rural.

Além dos projetos encaminhados por Estados, Municípios e órgãos não-governamentais, a Fundação Educar também apoiou os Projetos Alternativos, denominação dada aos projetos que possuíam características fundamentais diferentes dos habituais financiados, caracterizando um outro espaço de atuação da Educar, os quais demandavam investimentos em infraestrutura e apoio, como o “Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense/RJ”<sup>37</sup>, o “Projeto de Educação Básica de Jovens e Adultos de Comunidades de Periferia de Salvador”,

<sup>37</sup> O Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense desenvolveu sua ação juntamente com a Igreja Católica, as Associações de Moradores e Centros Comunitários nos municípios de Duque de Caxias, São João do Meriti e Nova Iguaçu, buscando superar o desafio de implementar, junto aos movimentos organizados da sociedade civil, de forma democrática, uma nova maneira de atuação no campo educacional. Ver: Lima, A. F. S. O. . *Alfabetização de jovens e adultos e a reconstrução da escola*. Petropolis, RJ : Vozes, 1991.

criado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e o “Projeto de Educação Básica do Centro de Educação e Cultura Popular (CECUP), também na periferia de Salvador/BA. Esse investimento nos Projetos Alternativos visavam a busca de metodologias próprias e diferenciadas que sinalizassem a possibilidade de implantação de uma nova reflexão sobre todo o processo de alfabetização de adultos. Uma preocupação da Educar com os Projetos Alternativos eram de que eles teriam e deveriam valorizar a participação do aluno em todas as instâncias de seu próprio processo educacional, o que também era o norte das ações conveniadas, embora sem sucesso.

Entretanto, o modelo de estrutura administrativa da Educar foi inspirado no do Mobral, o que levou, de uma certa forma, ainda nos seus primeiros meses de existência, ao estrangulamento administrativo, causado, principalmente, pela falta de uma política nacional de educação de adultos (somente em 1988 o MEC criou uma Comissão Paritária para propor as Diretrizes para a Educação Básica de Jovens e Adultos); divulgação insuficiente das propostas da Fundação Educar, especialmente junto aos Estados e Municípios, o que causou uma articulação precária entre a Fundação e as Secretarias de Educação e, ainda, a uma indefinição quanto à estrutura e o funcionamento das Coordenações Estaduais e Territoriais.

De acordo com a Fundação Educar, a região Nordeste era a que mais necessitava de ações educativas de educação básica de jovens e adultos, representada por mais de 47% das classes de todo o país. De uma forma geral, 79,45% dos convênios foram realizados com órgãos governamentais, basicamente as Prefeituras Municipais; os demais convênios realizados com empresas, igrejas, Associação de Moradores, Sindicatos e Associações Filantrópicas. Essa predominância de convênios com instituições públicas pode ser analisada como uma dificuldade das Coordenações Estaduais e Territoriais contatarem outras entidades e também sobre a confiabilidade dada à Educar, “sobre a qual sabem muito pouco e que é geralmente percebida como o Mobral disfarçado” (Fundação Educar, 1987, p.12). Ainda sobre os convênios com os órgãos não-governamentais, foi notório seu despreparo para atender os jovens e adultos, o que a Educar deveria acompanhar atentamente, pois em quase sua totalidade buscavam apoio técnico, financeiro e material à Fundação, especialmente o material didático, o que comprova que essas instituições não

possuíam proposta metodológica diferenciada para o projeto conveniado, e, principalmente, demonstram a grande dependência da cooperação técnica tanto para capacitação dos professores, supervisão e acompanhamento das salas de aula e avaliação do PEB. No sentido de compreender os objetivos dos projetos encaminhados à Fundação, a Educar Central fez um levantamento junto às Coordenações Estaduais da região Nordeste, o qual revelou que esses Estados, em que predominava alto índice de analfabetismo comparado com as demais regiões, buscavam: (1) erradicação ou, pelo menos, a minimização do analfabetismo na região; (2) garantia de uma educação básica para a clientela de 15 anos ou mais; (3) prática educativa na qual o aluno, através de uma análise crítica, possa questionar, compreender e interpretar sua realidade; (4) continuidade de estudos, por via regular ou supletiva, aproveitando-se as experiências e vivências do aluno no processo ensino-aprendizagem; (5) viabilização das etapas equivalentes às quatro primeiras séries do primeiro grau; (6) promoção de nível sócio-econômico-cultural; (7) formação de professores capacitada.

Com relação aos dados referentes à evasão das turmas de educação de adultos conveniadas, a Fundação Educar pautou apenas numa abordagem das causas, de caráter qualitativo: a inadequação do conveniamento e início da ação educativa; os fatores físicos e climáticos; os fatores sócio-econômicos; momento eleitoral; as festas regionais e o lazer; a prática educativa. No primeiro ano do Curso, verificou-se que a evasão foi causada, entre outras, pela inadequação da maneira de conveniamento entre a Educar e os órgãos responsáveis pelos projetos e o início propriamente da ação educativa. O MEC pressionou, sobremaneira, a Educar Central e esta, as Coordenações Estaduais, para a assinatura dos convênios e assim a mobilização dos alunos e a implantação das classes não foram feitas de modo mais adequado. A responsabilidade pela inscrição dos alunos nos Cursos de Alfabetização foi delegada aos professores alfabetizadores, o que pode ter levado a um número distorcido de matrículas, como ocorreu na época do Mobral. Os fatores físicos, referentes à saúde dos alunos, como um quadro expressivo de fome, fraqueza, cansaço, deficiência na visão e apatia, e os fatores climáticos, sobretudo nas regiões Norte e Sul e, até mesmo, o horário de verão na região Sudeste foram apontados como possíveis causas de baixa frequência e evasão dos alfabetizandos. Um outro motivo dado à

evasão dos alunos foi o efervescente momento eleitoral entre 1986 e 1989, quando alunos foram recrutados pelos candidatos e cabos eleitorais para participarem dos comícios, tão comuns quanto intensos nos rincões do Brasil. A Educar Central observou que professores das Secretarias Municipais não atendiam as necessidades e expectativas dos alunos, tendo em vista a pouca experiência como educador e a precariedade da formação recebida para o pleno desenvolvimento das atividades profissionais nas classes de alfabetização de jovens e adultos financiadas pela Fundação.

Em março de 1987, Leda Maria Chaves Tajra assume a Presidência da Fundação Educar<sup>38</sup>, no lugar de Vicente Barreto. A nova presidente tinha a experiência como Secretária de Estado da Educação do Maranhão e fazia parte do grupo político de José Sarney. Ao assumir a gestão nacional da Educar com um discurso inovador, Leda Tajra deu somente continuidade às propostas e ações da primeira gestão. Com recursos de Cz\$ 2.621.369.968,00, este valor foi insuficiente para atendimento às necessidades do PEB e o que foi investido não garantiu a qualidade desejada das ações educativas conveniadas. Isto porque a alocação de recursos financeiros da União para a educação básica de jovens e adultos é inexpressiva no conjunto de investimentos do MEC naquele ano e durante todo o governo da Nova República. Com relação aos recursos de 1987, de acordo com dados do próprio órgão, 34,42% foram gastos somente com a manutenção da Administração, reservando ao ensino 65,18%. Cabe-nos observar que, para uma instituição responsável em aplicar e investir recursos em educação, mais de 1/3 desses recursos eram reservados para sua própria manutenção. Ainda destaca-se o gasto de 12% do total para pagamento a servidores optantes pelo Programa de Demissão Voluntária, ocorrido no mês de julho. Um outro ponto de estrangulamento das ações da Educar em todo o País foi a dificuldade em aproveitar a rede física das escolas regulares para as turmas do PEB, inclusive no turno noturno com salas de aula fechadas. De uma forma geral, a Educar apoiava-se em diretrizes e estratégias para se garantir como a instituição responsável pela EJA no Brasil, com os mesmos discursos e propostas até sua extinção em 1990. A Fundação Educar buscava sua sobrevivência em ações diversificadas de educação de adultos, especialmente através da

---

<sup>38</sup> Decreto de 24 de Março de 1987, publicado no Diário Oficial de 25/03/1987 – Seção II, p. 1506.

incorporação de projetos inovadores, sobretudo àqueles que já tinham garantidos o espaço físico e recursos humanos.

Diante disso, a Educar propôs rever seu planejamento, no sentido de evitar comprometimento na execução dos projetos, o que vinha acontecendo desde a red denominação do Mobral. Na busca incessante por convênios, a Fundação chegou a firmar compromisso de cooperação técnica e financeira com instituições sem os mínimos recursos técnico-pedagógicos, bem como físicos e financeiros. Entende-se que esses deveriam ser os motivos para essas instituições não assumirem completamente sua responsabilidade frente a sua própria proposta de atendimento a jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade. Ainda aqui, técnicos da Educar, aproveitados do Mobral, resistiam à concepção de que a Fundação Educar era um órgão executor de ações educativas, o que dificultava ainda mais a aceitação dos objetivos propostos para a Educar. Quase dois anos após sua criação, a Educar ainda buscava se solidificar enquanto órgão de fomento às ações de educação básica de jovens e adultos, porquanto ainda aprovava projetos com objetivo diverso à sua competência, como por exemplo a educação infantil.

O ano de 1988 marcou a criação do Sistema de Acompanhamento, Controle e Avaliação (SACA), proposto a partir de uma indefinição no plano técnico da Fundação Educar, o que levou a um completo desconhecimento das ações educacionais apoiadas financeiramente pela Educar Central e desenvolvidas pelas Coordenações Estaduais e Territoriais. O SACA objetiva estabelecer os fluxos, os prazos e a utilização das informações nas coordenações estaduais e na Educar Central, bem como repensar a prática institucional relacionada ao acompanhamento, controle e avaliação das ações apoiadas. Entretanto, o Sistema não conseguiu dar conta da principal razão de sua implantação: o levantamento e o tratamento dos dados.

As ações desenvolvidas pela Fundação Educar estiveram voltadas para o atendimento ao pressuposto básico de apoio efetivo às Coordenações Estaduais, no desenvolvimento de seus planos de ação. Para tanto, adotou-se a estratégia da descentralização do poder decisório das ações de Educação Básica de Jovens e Adultos, sendo destinado à Educar o desempenho do papel de órgão gerador das políticas e diretrizes nacionais, bem como a responsabilidade pelas atividades de assessoramento, capacitação, acompanhamento, controle e

avaliação das ações. Ainda em 1988, foi concluída a produção das duas séries do projeto Verso e Reverso, iniciado em 1987, e constou de programas de televisão, veiculados pela extinta TV Manchete e pela FUNTEVÊ, e destinava a clientela da zona urbana, especialmente os da periferia dos grandes centros. Para a população rural, prioritariamente, surgiu uma proposta de Projeto, o qual contemplava uma série de programas contendo conteúdos sociais e científicos de interesse de alunos e professores, vinculados através de emissoras de rádio. Ainda, este Projeto Verso e Reverso contemplava um Curso por Correspondência voltado inicialmente para professores dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com perspectivas de expansão para os demais Estados da Federação. Uma outra ação desenvolvida pela Fundação Educar foi a publicação de material para neoleitores e contava com a produção e publicação de material didático complementar, visando estimular o “gosto” pela leitura nos jovens e adultos recém alfabetizados. Esta proposta foi iniciada com a impressão de um material do 1º Concurso Paulista de Textos Populares e com a realização de um Concurso Nacional de Textos Populares para neoleitores, com o tema “O Negro na Sociedade Brasileira”.

Em 1988, a Fundação Educar realizou projeto de estudo e avaliação da aprendizagem do aluno jovem e adulto, especialmente os atendidos pelo Projeto de Educação Básica de Jovens e Adultos para a Baixada Fluminense, bem como a avaliação dos projetos e programas por ela financiados e executados, a produção e impressão de material didático e periódicos e a promoção e participação de seu pessoal em eventos, seminários e conferências.

No último ano de desenvolvimento efetivo de suas atividades, a Fundação Educar buscou ampliar a troca de experiência entre as Coordenações Estaduais e o intercâmbio e articulação com Universidades e Escolas de Formação de Magistério, no sentido de rever as propostas de formação e contar com os recursos humanos dessas instituições no processo de capacitação de agentes educacionais. Ainda em 1989, a Educar investiu nas novas edições de livros para professores e cadernos de atividades para os alunos participantes dos projetos da Fundação, nas áreas de Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências Naturais, além de investimentos no Programa Verso e Reverso - Educando o Educador, na modalidade de educação a distância, o qual visava apoiar a



capacitação de professores de educação básica de jovens e adultos, utilizando multimeios, e ainda, no Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense

### **3.8 O Curso de Pedagogia em Recife**

O objetivo principal da Fundação Educar era a alfabetização de jovens e adultos, no entanto a própria Educar utilizava seus recursos para investir em cursos de formação de nível superior para seus técnicos, como um Curso de Pedagogia para seus servidores do nordeste.

O então Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº 142/88, autorizou a Faculdade de Filosofia do Recife, mantida pela Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia, a oferta de 56 vagas totais, numa única turma, no Curso de Pedagogia, com habilitações em Supervisão em Educação de Adultos e Magistério em Educação de Adultos. A Faculdade foi a responsável

*pelas condições físicas e administrativas para funcionamento do curso e a Fundação EDUCAR, pela “garantia dos recursos financeiros para desenvolvimento do curso, inclusive pagamento de pessoal (professores e pessoal técnico-administrativo) e taxa de ocupação da Faculdade e pela montagem do acervo bibliográfico do curso (Parecer nº 603/89 - CFE, p.2)*

Das 56 vagas, 50 foram preenchidas no Concurso Vestibular realizado em junho de 1987 e distribuídas entre o pessoal da Fundação Educar na região Nordeste: 22 alunos da Coordenação Estadual de Pernambuco, 20 alunos das Coordenações Estaduais do Piauí, Ceará, Paraíba, Alagoas e Sergipe, sendo quatro alunos de cada uma Coordenação, um aluno da Coordenação Estadual da Bahia, dois profissionais das prefeituras municipais de Moreno e Cabo, um da prefeitura de Igarassu, e dois profissionais da Congregação das Irmãs Dorotéia/Faculdade de Filosofia do Recife.

O Curso de Pedagogia, estruturado em 2340 horas cumpridas em dois semestres, de maneira intensiva, com metodologia de ensino “direta e semi-direta”, foi elaborado por uma comissão composta de representantes da Faculdade, da Fundação Educar e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Interessante destacar que os professores do referido Curso pertenciam ao quadro da Faculdade promotora e do Programa de Pós-Graduação em Educação de

Adultos e Educação Popular da UFPB. Nesse caso, justificam alguns questionamentos, aos quais talvez não nunca tenhamos respostas: Por que a Fundação Educar investiu num curso de Graduação, enquanto seu Estatuto e suas Diretrizes Político-Pedagógicas não previam nenhum objetivo ou ação que contemplasse tal ação? Qual motivo levou a Fundação Educar a investir num Curso de Pedagogia com estas características apenas para profissionais da região Nordeste? Por que este Curso fora oferecido por uma Faculdade privada, enquanto que todas as Universidades Federais dos Estados do Nordeste, que foram contemplados com vagas no Concurso Vestibular, já ofertavam curso semelhante e que poderiam oferecer tal Curso?

### **3.9 O Projeto Verso e Reverso**

O Projeto Verso e Reverso – Educando o Educador - foi elaborado pela Fundação Educar como estratégia de capacitação dos professores atuantes nos Projetos por ela financiados. Para a realização do curso, contava-se com a utilização de multimeios, através de programas de televisão e de cursos por correspondência. Ressalta-se que a capacitação dos alfabetizadores era de responsabilidade de cada Coordenação Regional e, para tanto, deveria diversificar a sua própria proposta e o Projeto Verso e Reverso deveria ser apenas uma das formas de capacitação e não a única.

Para a implantação do Verso e Reverso, a Fundação Educar estabeleceu um convênio com o Instituto Manchete de Cultura, com objetivo de proporcionar uma alternativa de apoio à capacitação de seus professores em todo o Brasil. Este convênio previu a produção e a transmissão de 24 programas<sup>39</sup>, com 30 minutos de duração, pela então Rede Manchete de Televisão<sup>40</sup>, aos domingos, às 9 horas, no período de 04 de Outubro de 1987 a 03 de Abril de 1988. Não há informações sobre como se deu este convênio e o por que da Fundação ter escolhido esta Rede de Televisão, uma vez que a mesma não tinha suas imagens exibidas em todo o Brasil. Por sua vez, as imagens podem não ter atingido todo o corpo docente da Fundação Educar, que tanto necessitava de capacitação. Na

---

<sup>39</sup> DVDs com os programas estão disponibilizados para consulta na Biblioteca do INEP, em Brasília/DF.

<sup>40</sup> Extinta em 10 de maio de 1999.

época, a Educar realizou um Seminário de Avaliação do Projeto Verso e Reverso, especialmente a chamada “via TV”. No entanto, levou-se em consideração o número reduzido de cartas de telespectadores que, num primeiro momento, pode-se deduzir que a série de programas não possuía índice de audiência esperado ou que não fora divulgada a sistemática a ser utilizada pela Fundação Educar para avaliação do Projeto. Mesmo assim, a Educar acreditava em diversas possibilidades alternadas de utilização do Projeto: via TV, em circuito aberto (através da Rede Manchete); via TV, em circuito fechado (em escolas, através da apresentação dos programas previamente gravados e exibidos através de fitas de vídeo-cassete); via TV, conjugado ao Curso por Correspondência; e via TV, conjugado a outras modalidades, de acordo com iniciativas das Coordenações Estaduais.

O Curso por Correspondência foi implementado já no final do ano de 1987 e, por razões operacionais, os fascículos só foram encaminhados às Coordenações quase um mês após o início da exibição dos programas de televisão. De uma forma geral, a Educar avaliou o Curso de forma positiva, embora constatou-se a necessidade de reformular o curso por conta da linguagem utilizada nos fascículos, e ainda por professores terem acesso às fitas de videocassetes, à ausência do sinal da Rede Manchete em suas cidades e também a falta de acesso à bibliografia indicada.

Os temas tratados do Curso por Correspondência eram acompanhados de uma Ficha de Avaliação da Unidade e de Atividades para Aferição de Conteúdo, que após serem preenchidos pelos professores deveriam ser enviados à Educar através de envelope franqueado, que após leitura e avaliação eram devolvidos aos professores em processo de capacitação.

**Tabela 13 – Obras do Curso por Correspondência para Capacitação de Professores de Educação Básica de Jovens e Adultos, por título e autores.**

<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>
A Educação no Brasil e o Analfabetismo	Jucenei Batista
A Educação de Adultos no País	Maria Esther Provenzano
O Processo de Ensino-Aprendizagem do Aluno Adulto	Anne-Marie Milon Oliveira
Planejamento	Celina M.G. Soares de Moura Maria José P. Bentes Leal
Alfabetização	Magda Leal dos Santos Maria de Lourdes M. Bittencourt
Língua Portuguesa	Alda Maria da Glória L. Bastos Antônia Barbosa Pincano Mário Elber dos Santos Cunha
Matemática	Sônia Kritz Vera Leão Vilma Pereira
Estudos Sociais	Neise Freitas da Silva Sérgio Pinheiro Guerra
Ciências Naturais	Helena Alice G. Finamore Jane Paiva
Material Didático	Ana Maria Marques Soares
Acompanhamento e Avaliação	(*) <sup>41</sup>
O Papel e a Formação do Educador de Adultos	Elisa Marina do N. Machado Juceni Batista

A tabela acima refere-se aos doze fascículos do Curso por Correspondência, produzidos por professores das diversas áreas de conhecimento, sob a supervisão de Maria Núbia Barbosa Bonfim. Nota-se que, em sua grande maioria, são os mesmos profissionais responsáveis pelo material didático distribuído aos alunos e professores (Tabelas 2 e 3). Neste caso, não obtivemos informação se esses profissionais fizeram parte do corpo de servidores da Fundação Educar, se meramente produziram o(s) material(is), através de contratação por trabalho produzido, ou se eles também foram os corretores das avaliações e atividades do Curso por Correspondência.

### 3.10 As Publicações

A Diretoria Técnica da Fundação Educar, através da Divisão de Documentação, foi a responsável por todo o acervo documental da instituição. Inicialmente, funcionou nas instalações do Colégio Pedro II, mediante parceria

<sup>41</sup> De acordo com nossa pesquisa nos sites das Universidades Brasileiras, a obra *Acompanhamento e Avaliação*, nº 11 da coleção do curso por correspondência, consta na Biblioteca Central da Universidade Católica de Petrópolis. No entanto, ao procurar à Biblioteca Central da referida Instituição, o mesmo não se encontra mais na Biblioteca, portanto, não foi possível levantar o(s) autor(es) do fascículo.

entre a Educar e a então Delegacia do Ministério da Educação no Estado do Rio de Janeiro, sendo transferida depois para o bairro da Urca, no Rio de Janeiro, e posteriormente para Brasília. Esta Divisão competia a seleção, aquisição, disseminação e socialização das informações pertinentes à Fundação e à Educação de Jovens e Adultos. A Educar tinha a preocupação em divulgar seu acervo, embora restrito à sede. Para tanto, publicou um catálogo intitulado *EDUCAR: Boletim Bibliográfico*, tal como fez o Mobral desde 1982, na perspectiva de contribuir para a socialização e pleno desenvolvimento das propostas da Fundação. Pretendia-se publicar semestralmente o Boletim, mas apenas duas edições foram lançadas, bem como buscava alternar a divulgação, uma referindo-se a livros e folhetos e outra, a periódicos. Numa outra perspectiva, com a publicação das Diretrizes Político-Pedagógicas da Educar numa versão em Língua Inglesa<sup>42</sup>, o Ministério da Educação e a Fundação pretendiam divulgar as propostas de educação de adultos do Brasil, especialmente junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, a fim de buscar e levantar recursos necessários para a implementação de suas ações.

Além dos títulos que compuseram o Curso por Correspondência, a Educar publicou materiais didáticos utilizados pelos professores e alunos, os quais foram distribuídos às instituições responsáveis pelas ações educativas de alfabetização de adultos, conforme tabela abaixo.

---

<sup>42</sup> FUNDAÇÃO EDUCAR. The EDUCAR Foudation Political and Educational Guidelines. Brasília,DF: MEC, 1986.

**Tabela 14 - Material Didático publicado pela Fundação Educar, por título e autores.**

<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>
Livro do Professor – Orientações Básicas	Alda Maria Lessa Bastos Maria Augusta de Oliveira Muniz Miguel Farah Neto Solange Jobim e Souza
Linguagem 1 – Caderno de Atividades	Carmem Perrota Maria de Lourdes Marquez Bittencourt Mário Elber dos Santos Cunha
Linguagem 1 – Manual do Professor	Antônia Barbosa Píncano Carmem Perrota Magda Leal dos Santos
Linguagem 2 - Caderno de Atividades Linguagem 2 – Manual do Professor	Alda Maria da Glória Lessa Bastos Antônia Barbosa Píncano Magda Leal dos Santos Maria de Lourdes Marquez Bittencourt Mário Elber dos Santos Cunha
Língua Portuguesa – Educação de Adultos (também Manual do Professor)	Christina Monteiro Salles Capelletti Regina Maria Pinheiro Brasil Correa
Matemática 1 e 2 – Caderno de Atividades	Maria Leonor de Machado Soares Leal Sônia Kritz
Matemática 1 e 2 – Manual do Professor	Vera Leão Vilma Pereira
Matemática – Educação de Adultos (também Manual do Professor)	Maria José P. Bentes Leal
Estudos Sociais (Livro do Professor)	Ana Maria Marques Soares Manoel Fortunato Schoenman Souto Neise Freitas da Silva Sérgio Pinheiro Guerra
Estudos Sociais 1 e 2 – Manual do Professor Estudos Sociais 1 e 2 – Caderno de Atividades	Ana Maria Marques Soares Neise Freitas da Silva Sérgio Pinheiro Guerra
Estudos Sociais – Educação de Adultos (também Manual do Professor)	Laura Franguito Esteves de Oliveira Manoel Fortunato Schoenman Souto Marlise Pereira de Souza
Ciências Naturais – Educação de Adultos (também Manual do Professor)	Carmen Luisa Bittencourt de Andrade da Costa Dagmar Rosana Sordi
Ciências Naturais 1 e 2 – Caderno de Atividades e Manual do Professor	Carmen Luisa Bittencourt A. da Costa Marília Ferreira Lemos Marisa de Freitas Melro Sadinha

Para a utilização do material didático produzido pela Fundação Educar, as instituições responsáveis pelas ações educativas deveriam solicitá-lo no momento da elaboração do Projeto submetido à Educar para o devido financiamento, de acordo com a etapa do PEB.

A Fundação Educar também investiu na publicação de folhetos, com número de páginas estabelecido entre 5 e 48. Foram 18 folhetos produzidos, de autores diversos. Causa-nos entranhamento a falta de informações acerca da

política editorial implementada, como também critérios de escolha dos títulos e autores. Veja tabela abaixo:

**Tabela 15 - Folhetos publicados pela Fundação Educar, por título e autores.**

<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>
A Formação do Pensamento Lógico na Criança	Anita Hirszman Rosana Miguel de Aragão Soares Solange Jobim e Souza
A Música na Pré-Escola	Anna Maria Gonçalves Weigel
As Ilustrações dos Livros Infantis	Letícia Braga Santoro Diva Elizabeth Teti
Cadernos de Atividades para o Pré-Escolar	Elke Maria Francisca Servaes Márcia Fonseca Alvim Hudson Cadinha Regina Fátima Teixeira Sílvia Maria Graciosa Botelho Sônia Kramer Yara Prado Maia de Faria
Conquistando o Mundo da Fala - I	Solange Jobim e Souza
Conquistando o Mundo da Fala - II	Solange Jobim e Souza
Conquistando o Mundo da Fala - III	Sônia Kramer
Contribuições da Teoria de J.Piaget para a Educação Pré-Escolar	Solange Jobim e Souza
Conversando um Pouco sobre Artes Plásticas	Ana Elizabeth Saraiva Malaspina
Criatividade	Letícia Braga Santoro
Exercícios Mimeografados: usá-los ou não na pré-escola?	Sônia Kramer
Existem algum "jeitinho" para se criarem atividades?	Anna Maria Gonçalves Weigel
Jogos de Grupo na Pré-Escola	Elke Maria Francisca Servaes Marcia Fonseca Alvim
Reflexões de uma Professor sobre a Utilização do Tema Integrador	Márcia Fonseca Alvim Hudson Cadinha
Saúde	Alda Maria da Glória Lessa Bastos Marília Ferreira Lemos
Vamos Avaliar?	Sílvia Maria Graciosa Botelho
Vencer os Preconceitos: um desafio no dia-a-dia do professor	Solange Jobim e Souza
Você Acredita? Criar e Dramatizar a partir de um só Material?	Anna Maria Gonçalves Weigel

Nota-se que em sua maioria os folhetos publicados referem-se à Educação Infantil e/ou à infância. Embora o objetivo primeiro da Fundação Educar é com a educação básica de jovens e adultos, não fora publicado nenhum texto acerca do assunto. Claramente, pode-se afirmar o mesmo desvio praticado pelo Mobral ocorreu também com a Educar, quando o primeiro investe maciçamente na Educação Infantil e a segunda segue a mesma trajetória de sua antecessora, desviando, assim, dos objetivos traçados e estabelecidos.

Outros materiais foram publicadas pela Fundação em seus quase cinco anos de existência: a Coordenação Estadual de São Paulo realizou o I Concurso Paulista de Textos Populares e publicou uma coletânea com os 35 melhores trabalhos e a Coordenação Estadual da Bahia publicou material referente à eventos realizados no Estado: *A Experiência dos Bairros Populares de Salvador; A Experiência do CECUP; Itabuna – Três Anos de Experiência; Fundação EDUCAR – um ano de experiência na Bahia.*

### 3.11 Sobre os Números de Jovens e Alunos Atendidos pela Educar

Ao realizar um tratamento dos dados obtidos disponíveis nos Anuários Estatísticos produzidos pelo IBGE, deparamos com um dado, no mínimo, curioso, referente à porcentagem de alunos atendidos, sistematizado por nós na tabela abaixo:

**Tabela 16 – Jovens e Adultos atendidos por Programas da Fundação Educar, 1986-1988, por Regiões e Unidade da Federação. (em %).**

Regiões	Unidades da Federação	1986	1987	1988
Centro-Oeste	Distrito Federal	8,3	8,3	8,3
	Goiás	37,2	37,2	37,2
	Mato Grosso	39,6	39,6	39,6
	Mato Grosso do Sul	14,9	14,9	14,9
Nordeste	Alagoas	4,4	4,4	4,4
	Bahia	28,9	28,8	28,7
	Ceará	8,5	8,5	8,5
	Maranhão	23,8	23,8	23,8
	Paraíba	6,1	6,2	6,2
	Pernambuco	10,3	10,3	10,3
	Piauí	7,3	7,3	7,3
	Rio Grande do Norte	6,3	6,3	6,4
Norte	Sergipe	4,4	4,4	4,4
	Acre	11,6	11,6	11,5
	Amapá	4,4	4,3	4,2
	Amazonas e Roraima	51,3	51,4	51,7
	Pará	17,9	17,9	17,8
Sudeste	Rondônia	14,8	14,8	14,8
	Espírito Santo	6,7	6,9	6,7
	Minas Gerais	31,4	31,4	31,4
	Rio de Janeiro	15,6	15,6	15,5
Sul	São Paulo	46,3	46,1	46,4
	Paraná	40,6	40,6	42,1
	Rio Grande do Sul	48,6	48,6	51,7
	Santa Catarina	10,8	10,8	6,2



A tabela refere-se a porcentagem de alunos jovens e adultos atendidos nos Programas da Fundação Educar nos anos de 1986, 1987 e 1988. Embora os números absolutos de atendimento, explicitados na Tabela 4, sejam maiores a cada ano, não se registra um aumento ou um decréscimo de atendimentos nos Estados, com exceção dos dados da região Sul, somente no ano de 1988 em relação aos anos anteriores. Como podemos constatar, há uma mínima oscilação nesses dados (no máximo 0,3%, no caso dos estados de Amazonas/Roraima e São Paulo), o que nos permite inferir alguns questionamentos acerca desses dados, tais como: Como se deu o levantamento desses dados pela Fundação Educar e pelo MEC? Como se explica o estranhamento provocado pela linearidade no percentual de atendimento de alunos no período de 1986 a 1988? Infelizmente os sujeitos a entrevistados nessa pesquisa não puderam elucidar essas questões, que tanto nos incomodou no momento da investigação, uma vez que não encontramos nenhuma sistematização metodológica que justificasse os números apresentados. Esse fato ganha relevância uma vez que foram disponibilizados pelo MEC ao IBGE para composição do Anuário Estatístico do Brasil e não encontrados em nossa pesquisa documental junto aos arquivos do MEC e do INEP.

### **3.12 A Extinção**

O então Presidente da República, Fernando Collor, em seu primeiro dia de mandato, editou a Medida Provisória nº 151, a qual dispunha sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, extinguiu, através da alínea “g” do inciso II, a Fundação Educar. A Medida Provisória foi convertida na Lei nº 8.029, de 12 de Abril de 1990, no entanto foi o Decreto nº 99.240, de 07 de Maio de 1990, que melhor apresentou as ações que determinaram a extinção da Educar. Até a extinção propriamente dita, a Fundação Educar ficou vinculada ao Ministério da Educação. Outro decreto presidencial, de nº 99.303, de 15 de Julho de 1990, extingue os cargos e empregos do Quadro e Tabela de Pessoal da extinta Fundação Educar, e os servidores, neste momento, são colocados em disponibilidade remunerada; e o Decreto nº 76, de 02 de Abril de 1991, por sua vez, que vincula a administração dos servidores em disponibilidade e do

pagamento dos proventos de aposentadoria e benefício de pensões ao Ministério da Educação.

O Governo Collor, ao extinguir a Educar, estabelece no Art. 23, da referida Medida Provisória, que o Conselho de Governo iria propor uma política de alfabetização, a ser submetida ao Congresso Nacional. Foi criada uma Comissão o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), através do Decreto nº 99.519/1990, e tinha como objetivo a proposta de reduzir em 70% o analfabetismo no Brasil, o PNAC foi lançado em setembro de 1990, mas, como várias outras políticas de alfabetização de jovens e adultos, a proposta do Governo Collor também teve vida curta e também não alcançou o objetivo proposto.

#### **4 DE LEMBRANÇAS E DE VOZES: A GESTÃO DA FUNDAÇÃO EDUCAR**

Desde o início da realização desta pesquisa, sentimos a necessidade e a importância em ouvir alguns dos servidores da Fundação Educar, com o objetivo de enriquecer, comparar, afirmar e até mesmo negar dados e informações disponíveis em livros, artigos, revistas, tanto impressos como disponíveis na Internet, o que, no caso desta pesquisa, é de suma importância, uma vez que ao levantarmos dados primários sobre a Fundação Educar encontramos informações contraditórias, especialmente com relação a número de alunos atendidos.

Conforme explicitamos no Capítulo 1, foram levantados alguns nomes que poderiam ceder um depoimento ou uma entrevista, que enriqueceria este trabalho. No entanto, para chegarmos aos nomes dos possíveis entrevistados, o caminho foi longo; a Fundação Educar já tinha sido extinta há vinte anos, alguns servidores não moravam no Rio de Janeiro, outros já falecidos. O primeiro nome lembrado foi de Maria Rosa Esteves, sugerido por um colega do curso do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Roberto Vianna da Silva, que conhecia a ex-servidora da Fundação Educar, que, atualmente, é servidora da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro. Quase um ano depois, conseguimos, finalmente, um contato com Maria Rosa.

Após, a leitura atenta dos documentos disponíveis nos arquivos do MEC e do INEP, em Brasília, concluímos que seria muito importante, até por uma questão lógica, entrevistar os dois presidentes da Fundação Educar: Vicente Barreto e Leda Tajra, um Coordenador Estadual, uma servidora administrativa e um outro servidor responsável pelo acompanhamento das atividades pedagógicas da Educar. A servidora Maria Rosa exerceu uma função administrativa na Fundação e ela nos sugeriu os nomes de Eliane Ribeiro e Maria Fernanda Nunes, atualmente professoras da Unirio, as quais trabalharam no acompanhamento e pesquisa dos projetos. Quanto ao Coordenador Estadual, escolhemos o nome do Coordenador da Fundação Educar na Bahia, João Carlos Bacelar, Deputado Estadual atualmente licenciado, exercendo a função de Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Salvador/BA.

As entrevistas foram agendadas e realizadas ao longo do ano de 2011, entre os meses de Maio e Novembro. Somente não conseguimos entrevistar a Professora Leda Tajra, segunda Presidente da Fundação Educar. Agendamos para o dia 02 de

Agosto de 2011, em sua residência em Brasília/DF. Chegamos lá, não fomos atendidos, a possível entrevistada alegou que sua filha estava doente e que a entrevista poderia ser concedida em outro dia, mas não ocorreu.

Para análise das entrevistas realizadas, escolhemos a gestão como categoria principal a ser analisada, a fim de (re)conhecer a estrutura e funcionamento da Fundação Educar, com um olhar interno, ou seja, revisitando momentos vivenciados pelas pessoas entrevistadas, buscando estabelecer um diálogo entre os sujeitos desta pesquisa.

\* \* \*

Com o objetivo de entendermos um pouco mais dos processos políticos, administrativos e pedagógicos que envolveram a estrutura e o funcionamento do Mobral e da Fundação Educar durante suas existências, e, também, de buscar informações que possibilitem uma melhor compreensão de como se deu a redenominação/extinção do Mobral e Fundação Educar, respectivamente, optamos por promover uma entrevista com algumas autoridades e servidores importantes que vivenciaram esse processo.

Para isso, realizamos as entrevistas em separado, dadas às distâncias físicas entre os entrevistados, e, agora, buscamos organizá-las de acordo com as seguintes categorias eleitas, por consideramos importantes para essa investigação:

- 1 – O processo de ingresso e egresso no Mobral e na Fundação Educar;
- 2 – As características do Mobral;
- 3 – A transição do Mobral para a Fundação Educar;
- 4 – As características da Fundação Educar;
- 5 – As diferenças entre o Mobral e a Fundação Educar;
- 6 – Os vínculos dos técnicos e dos professores no Mobral e na Fundação Educar;
- 7 – Os registros dos números de alunos;
- 8 – A formação dos professores e técnicos.

Como já fora apresentado no Capítulo 1, foram entrevistados, utilizando-se da técnica de entrevista semiestruturada, o Prof. Vicente de Paulo Barreto (VPB),

Presidente do Mobral e da Fundação Educar, no período de red denominação do Mobral em Fundação Educar; Prof. João Carlos Barcellar Batista (JCBA), Coordenador Regional do Mobral e da Fundação Educar na Bahia; Maria Rosa Esteves (MRE), Técnica em Administração do Mobral e da Fundação Educar; Profa. Eliane Ribeiro Andrade (ERA) e a Profa. Maria Fernanda Rezende Nunes (MFRN), Técnicas em Pesquisa do Mobral e da Fundação Educar.

Inicialmente, tratamos de entender como se deu o envolvimento dos entrevistados com o Mobral e com a Fundação Educar, a fim de perceber o processo de ingresso e egresso desses profissionais:

**VPB:** *“É uma história de bastidor, mais do que o que ocorreu. Durante a sucessão, quando Tancredo se firmou como candidato e outros...eu reuni com um grupo de professores intelectuais: Padre Azevedo, que foi Reitor da Universidade de Brasília, morto no ano passado; Hélio Jaguaribe, quem mais... Maurício Márcio Peixoto, presidente da Academia Brasileira de Ciências, grande matemático, José Israel Vargas, lá de Minas Gerais, que foi depois ministro da Ciência e Tecnologia, ele era cientista, e todos eles convencidos... eu disse: vamos nos reunir aqui. Vamos ficar uns dois dias, vamos fazer um projeto para educação no Brasil, mas tem que ser um projeto não técnico pedagógico, tem que ser um projeto político, tem que ter umas três ou quatro páginas para político ler. Nós ficamos dois dias trancados aqui [Rio de Janeiro] numa casa dos jesuítas na Gávea, e fizemos um documento primoroso, inclusive eu não sei onde eu botei esse documento, “esse documento deve ser interessante”. Ficou um documento muito bom. O Marco Maciel não era ministro ainda, não tinha sido convidado ninguém. Aí enviamos para o Dr. Tancredo, eu não lembro se eu pedi que o Dr. Ulisses enviasse. Eu publiquei um livro sobre a Constituição e ele fez questão de prefaciar, não sei muito bem com quem ficou, só sei que o documento chegou, ou foi o Vargas que levou, bom, chegou na mão do Tancredo. Leu... veio aquele negócio de doença, tal e tal, mas ele constituiu o ministério e ele chamou o Marco Maciel para Ministro da Educação. E o Marco Maciel me contou essa história, que quando ele chegou, o Tancredo com aquele jeito dele “aqui, Marcos o problema do Ministério da Educação, você vê lá as coisas do dia a dia, mas minha política é isso aqui. Quero que você*

*leve este documento e estude". Era um documento de cinco páginas. Depois disso, Marco Maciel me chamou e disse: Vicente, você não quer vir trabalhar comigo aqui em Brasília, não? Eu digo: eu não. Eu não vou sair do Rio pra vir trabalhar aqui nessa maluquice, não. [risos]. Aí o Maciel Maciel então disse : Bom, então, já que foi você que propôs esse negócio desse documento para o Tancredo, mas você tem que me ajudar de alguma forma. Eu digo: é... tem um ponto nesse documento que você vai ver , que é a questão do ensino básico e o que antecede ao ensino básico, a questão da alfabetização que esse pessoal tem tratado da forma mais irresponsável possível ao meu ver. Ele disse então você vai ser presidente do Mobral. Eu disse, isso eu topo, que era no Rio. Isso não ia perder. [risos]. Comecei a trabalhar no Mobral, com essa experiência de política e essas coisas. [...] o Jorge Bornhausen disse para mim: olha, querem que você saia. Eu digo, mas agora? A Leda queria voltar! Eu por exemplo, quando saí... foi logo no início do mandato do Bornhausen... uns seis meses. Dentro de pouco tempo, o Sarney pressionou ele para botar a Leda no meu lugar. Ela tinha sido secretária dele lá [Maranhão]. Ela é uma das responsáveis, aliás, pelo estado catastrófico dos níveis educacionais do Maranhão, num desses governos do Sarney lá. Um negócio desastroso. Ele [Bornhausen] viu que comigo não ia dar para fazer o que eles queriam fazer e que com a Leda ia fazer o que queriam fazer, entendeu? Tenho uma visão interna. Foi um desdobramento político do negócio. Vamos detonar esse troço [Fundação Educar] aqui por que isso aqui não faz sentido. Eu nem conhecia ela [Leda], ela era uma pessoa completamente desconhecida. Mas eu já esperava por isso. Eu já tava cheio daquilo. Nem foi ele que me pediu. Ele pediu para o secretário. Ele ficou com medo de me pedir para sair. Foi meu amigo, o secretário geral que falou comigo. E eu sai tranquilo. Quer continuar que continuem...*

**JCBA:** *Eu fui coordenador do Mobral por um ano. No Sarney e Marco Maciel. Foi na transição. Eu entrei como Dr. Vicente exatamente. Quando renomeou o Mobral pra Fundação Educar eu continuei. Depois eu peguei ainda a Leda. Fiquei acho que até 86. Eu militava no PFL, aí foi uma*

*indicação do PFL, dos Deputados do PFL baiano. Os problemas começaram quando um tio meu senador apresentou um projeto de lei dando os quatro anos [mandato] para Sarney. O nome dele é Rui Barcellar. Antes nós tivemos um problema, o Senador Antônio Carlos Magalhães tentou me demitir, mas aí o Vicente Barreto, que era muito amigo do Josaphat Marinho - que tinha sido candidato do ACM a governador - escreveu uma carta para Josaphat pedindo a Marco Maciel que me deixasse. [...] Leda era da casa de Sarney, amiga íntima da Roseane [filha de Sarney], andava pra cima e pra baixo juntas. Então, no início foi mil maravilhas, a Leda toda deslumbrada e toda... não sei o que. A gente teve um excelente relacionamento, mas aí já era a pressão do Sarney. Imagine uma política como a da Bahia! Um deputado federal chegava a Sarney, o ACM dizia "oh... o sobrinho do homem é quem tá lá..." . Eles me demitiram por isso, por eu ser sobrinho do... questão política... só isso. Nunca tive nenhum problema, tanto que eles me chamaram para ser diretor nacional. Eles não queriam que eu ficasse na Bahia. Foi uma época de muita crise no Estado, porque os servidores ocuparam a Fundação Educar por uma semana ou dez dias...e reagiram aos novos coordenadores.*

**MRE:** *Eu cheguei ao Mobral oriunda da Amazônia, onde eu havia trabalhado junto ao serviço de desenvolvimento comunitário. Devido a problemas familiares, eu quis vir embora, quis largar aquelas experiências. Cheguei aqui e fui distribuir currículo e foi solicitada pelo Mobral. O salário era bom e também fui chamada também pela Universidade. Para não ficar três meses sem nada eu fui para o Mobral. Quando o Mobral terminou eu era assessora de administração, mas eu entrei como técnica de mobilização da GEPAC (Gerência de Mobilização para Gestão Comunitária). Eles fizeram uma seleção e precisavam para mobilização e eu me submeti. Fiz as provas e uma entrevista e acabei ficando lá. Consegui no Mobral em 79. Depois automaticamente fui pra Fundação Educar, assim como todos os outros... todo mundo... todo quadro do Mobral foi pra Fundação Educar. Não me lembro se a "barca passou" [demissões inesperadas] na*

*época da transformação do Mobral em Fundação Educar. Não lembro não, porque era normal, era uma prática. Todo ano “havia movimento da barca”. Todo final de ano transformação, mudanças etc, etc, etc. neste ano eu não me lembro se houve corte. Era aquele rebuliço... era uma insegurança muito grande. Eu fiquei até a extinção. Fui convidada pra permanecer no grupo da inventariança, mas eu não quis ficar. Naquela época, já estava dando aula, fui pra disponibilidade, mas não quis ficar no grupo, porque eu queria ficar na educação, que ela era viva. Trabalhei no Mobral, e lá eu era viva. Eu entrei no Mobral e na Educar por causa disso, para fazer o movimento e não pra fazer o enterro. Aí eu não aceitei. [...] Fui convidada pra permanecer no grupo, mas não aceitei. Eu trabalhava na Central, que funcionava na Urca. Na Urca, era a Presidência da Educar. A Coordenação do Rio de Janeiro ficava, se não me engano, em Campo Grande.*

**MFRM:** *Tínhamos a mesma função: Técnica em Pesquisa. Eu não me lembro, mas pegando os contracheques, parece-me que na Fundação Educar passou a ter outro nome. Eu já fui Técnica em Pesquisa desde o início até terminar. Já eu comecei auxiliar em alguma coisa até no Mobral e lá mesmo passei a técnico em alguma coisa. Eu iniciei no Mobral no programa pré-escolar, na implantação em 81 e 82. Trabalhava na elaboração dos materiais, fazia a formação dos professores que era no Brasil todo, enfim aprontando o programa que era Núcleo de Educação Pré-escolar, grupo de atendimento à pré- escola. Fiquei até a Educar acabar.*

**ERA:** *Já eu nunca fui da pré escola. Entrei pra pesquisa e fiquei lá até o final. Eu mesmo entrei, por exemplo, pela minha militância política na época. Por que tinham vários militantes como eu, que trabalhavam lá e, eu fui chamada também. O Mobral e a militância política não deviam combinar, não é?*



Podemos observar que as formas de ingresso, principalmente para ocupação dos cargos mais elevados e influentes, tanto no Mobral quanto na Fundação Educar, era necessária uma forte influência político-partidária para que se conseguisse a indicação. Certamente que esses cargos tinham sua importância devido ao grande poder que quem os ocupava exercia sobre os demais servidores, além, da tomada de decisões. Porém, no dessas indicações o peso maior fica a cargo das relações político-partidárias em detrimento do real envolvimento, competência e afinidade para com a causa da Instituição. Podemos, portanto, perceber que parte do descomprometimento com os objetivos básicos para as quais o Mobral e a Fundação Educar foram criados, deve-se, em grande parte, à inexistência de critério que privilegiasse os conhecimentos e experiências técnico e científicos para o exercício da função que o cargo exigia.

Consideramos importante registrar a sensação de injustiça transmitida pelos entrevistados ao relatarem a forma como foram demitidos ou exonerados dos cargos que ocuparam. Demonstrem, claramente, o sentimento de injustiçados, quando relatam que isso aconteceu em decorrência de um fato meramente político. Porém, não percebemos esse mesmo senso de justiça, quando relatam suas indicações para os cargos, quando alguém foi substituído por eles pelos mesmos motivos, em outro momento da história da educação brasileira.

Assim, atentamos que os motivos, meios e formas de ingressos e de saída das pessoas que ocupavam os cargos mais altos da hierarquia do Mobral e da Fundação Educar eram os mesmos, ou seja, meramente por influência político-partidária, com pouco ou nenhum comprometimento com as ações propostas pelas Instituições.

\* \* \*

No segundo momento das entrevistas, atentamos para possibilidade de acentuar as principais características do Mobral, nas perspectivas dos profissionais entrevistados.

**VPB:** *Comecei a tentar acabar com os penduricalhos no Mobral. É quando eu comecei a fazer isso no Mobral, foi um tiroteio que, se não fosse o Marco Maciel, minha cabeça teria*

*ido para o espaço. O Marco Maciel me deu condições políticas de fazer e o que fizemos na Fundação Educar, para ser algo realmente voltado e centrado na questão da alfabetização do jovem e do adulto. Na época, o Mobral investia na Educação Infantil, em saúde, saúde comunitária, um monte de ações. Ele mexia com tudo... tinha de tudo...e aquilo era um pandemônio...não é mesmo? A primeira vez que eu me dei conta do que era aquele pandemônio, foi quando chegou a minha mesa uma conta, que tudo era autorizado pelo César, uma compra de doze motocicletas para a Amazônia. Mas aí, eu digo, o quem isso tinha a ver com alfabetização? Mas poderia ser para levar professor, mas não. Era porque os agentes comunitários de saúde não tinham como chegar não sei onde lá. Na verdade, o Mobral tinha esses penduricalhos todos. Na verdade era um cristo, com tudo perdurado ali, um guarda-chuva. E era uma visão que vinha da ditadura que concebia uma intervenção dessa, mas com uma abrangência social muito grande.*

**JCBB:** *O Mobral era um retrato de um governo militar. Aqui na Bahia, houve uma identificação muito grande com o governo militar, mas tinha uma carga de preconceito contra o Mobral, exatamente por ser um programa de alfabetização de adultos, oriundo do regime militar. O Mobral usava um método único de alfabetização para o Brasil todo e que não abria oportunidades para uma interação maior com a sociedade, ou seja, com as experiências da sociedade civil e que também por que era apenas um programa de alfabetização. Com o Marco Maciel como ministro da educação e com o Vicente Barreto na Presidência Nacional, começa a se pensar num programa de educação básica, voltado mais para a alfabetização de adultos.*

**MRE:.** *O Mobral nasceu sobre orientação, ou seja, sobre o comando da ditadura, mas que acabou não tendo o respaldo da própria ditadura. Por conta disso, ele não se limitou a alfabetização. Ele entendia que a alfabetização era processo muito mais amplo e que implicava saúde, cultura e alfabetização e foi se abrindo e aí se perdeu. No seu contexto de vida, no seu contexto político e social, ele foi se abrindo foi se abrindo e, quando chegou o momento dele*

*terminar, ele não podia acabar daquela maneira, por que ele tinha muita coisa iniciada, muita coisa. Eu dou como exemplo as comemorações que ocorrem em Porto Seguro por conta do descobrimento , e que ainda prevalecem, e que ninguém mais fala em Mobral lá, aquilo ainda é resultado de ações do Mobral, que prevalecia trabalhar as raízes culturais, no sentido de buscar as raízes culturais com a sua clientela, que eram os adultos. Os adultos em fase de alfabetização. Ainda hoje existem trabalhos iniciados pelo Mobral.*

**MFRN:** *No Mobral, a gente trabalhava num órgão central e tinham todas as Coordenações Estaduais. A Central faz o material, concebe e manda. De certa forma, espalhava isso pra todo o Brasil. Também as Coordenações tinham um forma de traduzir isso para as comunidades, para as localidades, para organizações, mas tinha o modelo de Projeto a ser seguido.*

**ERA:** *Tinha o modelo, como deveria ser e tudo, mesmo que no meio do caminho algumas outras ideias atravessassem.*

A principal ideia que se pode ter acerca do Mobral é de que era uma ação interventiva no processo educacional brasileiro, planejada e iniciada no período da ditadura militar no Brasil, e que, inicialmente, tinha como objetivo reduzir o alto índice de analfabetismo no País, mas que, talvez por interesses diversos, passou a assumir e abarcar outros objetivos, distanciando-se largamente da alfabetização das pessoas adultas. Nesse caso, o Movimento Brasileiro de Alfabetização deixou de cumprir seu objetivo, passando a servir a interesses que garantiam a manutenção da ditadura, com investimentos, ações e posturas didático-pedagógicas que exaltavam as ações daquela forma de governo. Não se pode negar a abrangência do Mobral, chegando a atingir pontos ainda não acessados do País. Dessa forma, o Mobral pode ser considerado a maior intervenção já feita na educação pública em todos os tempos, em relação ao número de atendimentos e possibilidade de acessos à educação no Brasil.

\* \* \*

Num terceiro momento das entrevistas, nossa intenção foi perceber a visão dos entrevistados acerca do processo de transição do Mobral para a Fundação Educar.

**VPB:** *O que era proposto nesse momento de transição é que a criação da Fundação Educar fosse uma proposta para tentar preservar um programa de alfabetização limpo de todos aqueles penduricalhos do Mobral, completamente pedagógico e sem penduricalhos políticos. Então, a minha expectativa era essa que quando eu percebi que era inviável o Mobral. O Marco Maciel disse: vamos ouvir o Paulo Freire. Naquele momento, ele estava chegando ao Brasil. Chamamos o Paulo e eu fiquei muito amigo dele depois disso. Ele disse que era fundamental termos um programa de alfabetização controlado e administrado pelo Governo Federal, e que o controle e a administração não teria sentido se fossem centralizadas em Brasília como era o Mobral. Teria que ser um desenvolvimento de programas através das prefeituras e desenvolvidos pelas próprias prefeituras e comunidades sociais, agregando todos esses segmentos da sociedade. O fim do Mobral foi um processo que nos levou para isso. E o Paulo Freire nos ajudou muito nessa formulação dos modelos. O pessoal do Mobral não foi pego de surpresa com transformação em Fundação Educar. Foi um processo que levou a isso e a Direção do Mobral assumiu conscientemente, eu assumi o Mobral conscientemente. Eu tinha que acabar com esse monstro. Eles criaram um monstro e eu ia ter que acabar com isso. A Educar em seus primeiros meses teve que manter a estrutura do Mobral, mas eu fui desligando aos poucos. Os que faziam atendimento à saúde, eu fui deslocando para as secretarias de saúde. A questão da Educação Infantil feita pelo Mobral continuou ainda uns tempos, mas muito reduzida, por que era uma grande estrutura de Educação Infantil no Mobral, tão grande que eu acho que poderia ser um negócio que deveria ser aproveitado em outro. Eu acho que deveria ser por uma Secretaria que tinha no MEC. Eu acho que tinha que ter. Agora eu acho que não era na Fundação de Mobral e nem da*

*Educar. Aquilo era pra dar atenção a jovens e adultos. É disso que o país está precisando. O porteiro tem que ser alfabetizado e, para ele, ser alfabetizado seria a coisa mais importante do mundo. A meu ver, precisa fazer uma política que não fez ainda. E esse processo é um processo que foi, e principalmente com o descompromisso das elites, independente de qualquer melhoria educacional para a população. Esses são obrigados a fazer isso só quando vem pressão de fora, das empresas, dos empresários. Naquela época eram 18 milhões de analfabetos. E já tem mais de 20 anos. Vinte anos... e agora são 14 a 15. Você acredita nisso, Mauro? Isso é uma vergonha rapaz...agora...tá aí...e ninguém diz nada, repara. A Dilma diz com toda razão... vamos fazer curso técnico, mas como você vai fazer ensino técnico para um analfabeto? Um argumento que usavam contra a gente na época era que o analfabeto jovem e adulto já estava perdido. Temos que investir é na educação básica, agora você vê. Você não pode ter nada perdido numa sociedade como a nossa. Você não perde uma população de 15 milhões de pessoas, dizendo assim: Esquece! Que isso? É um número muito significativo... muito significativo e influente.*

**JCBB:** *A mudança do Mobral para a Fundação Educar aqui na Bahia foi tranquila. Nós tínhamos uma secretaria estadual de educação atrelada muito ainda ao movimento militar. O governador era João Durval Carneiro, pai do atual prefeito de Salvador. E que tinha uma forte influência no movimento educacional, por isso é que fomos incorporando essas experiências. No interior, nós tínhamos o bispo de Juazeiro, que era também um grande expoente nessa área de alfabetização de jovens e adultos.*

**MRE:** *Embora eu não estivesse presente no nascimento do Mobral, quando eu peguei ele já estava caminhando saindo da fase de nascimento, saindo daquela fase de engatinhar, andava com seus próprios passos, saindo da fase inicial, nós todos sabíamos que o Mobral tinha nascido com período de vida definido. Ele nasceu para ficar no máximo dez anos. Parece-me que já fazia parte. Ele nasceu como um*

*movimento e tinha tempo de vida definido. Ele não podia durar mais de dez anos. Durou muito mais tempo. O término do Mobral não foi surpresa, embora eu soubesse disso, por que trabalhei por muito tempo na mobilização, passando pela responsabilidade técnica, e trabalhei com pessoas que estavam lá desde o início. Sabia que ele ia ter prazo de vida definido, o que não era exatamente a coisa mais divulgada. Mas muitos funcionários sabiam disso. Por isso não foi surpresa não. Não foi surpresa mesmo.[...] A Educar foi criada e ela deu continuidade a essas ações iniciadas pelo Mobral. Algumas permaneceram e até ganharam uma força maior. Por exemplo: em 84 o pessoal da gerência pedagógica começou com um trabalho chamado Projeto Baixada, um marco na transformação. Ele pega a alfabetização, pega o trabalho educacional, mas sob uma nova essência do grupo trabalhando com grupos locais, sem aquela coisa isolada do Mobral. Ele é um marco e ele passou a ser modelo para outros e foi deixado de lado. Foi gradativamente eliminado. Foram gradativamente eliminando esses projetos, para voltar a se dedicar à alfabetização mesmo. [...] Ele [Vicente Barreto] veio pra acabar com o Mobral. Ele veio, e antes dele, veio o Claudio. Já veio, um outro, que não conseguiu. Não conseguiam por que havia muita pressão. É aquela história, havia muita coisa, a capilaridade, o trabalho no semiárido, não dava mesmo que eles quisessem não dava para fechar as portas e dizer pronto acabou. São projetos e compromissos. Tenho a impressão que o Vicente acabou gostando muito do Moral. Eu sei que ele veio com essa missão. Sei que ele entende de educação. Ele entende de política, afinal a formação dele é advogado, é uma pessoa que tem uma bagagem e ele acabou se apaixonando pelo Mobral. Para ele foi muito difícil acabar com o Mobral e a forma que ele achou foi não acabar com o Mobral e mudou o símbolo e mudou o papel, o logotipo. Ele acabou não cumprindo o que ele veio cumprir na íntegra, fez uma transformação, mas transformou o Mobral em Educar. Ele também viu que o Mobral era um potencial e que precisava de alguma a mais para não acabar como acabou não acabando. Depois veio a Professora Leda. A Professora Leda veio na condição de amiga da Roseana Sarney. O Vicente, de alguma forma, se preocupou em aprimorar os processos educacionais, tanto que o Projeto Baixada começou a ser pensado e construído, por que teve espaço na gestão dele . Ela teve uma outra coisa, nós conseguimos com a Leda Tajra a questão do plano de*

*carreira. Eu não sei se foi proposital, mas ela procurou não se envolver tanto. Agora sim, eu me lembro, na época da Leda, tinha o Professor Francisco que era chefe de gabinete dela. Eu acho que era de Souza. Ele era professor na Universidade do Maranhão. Ele veio de lá com ela. Tinha a Núbia, que era coordenadora pedagógica. Um tempo atrás alguém me disse que ela era professora na Universidade...do Maranhão. A missão [da Professora Leda] era realmente dar fim na história, porque ela veio com um grupo grande, contrário do Vicente Barreto, que até trouxe secretária pessoal e mais umas três ou quatro pessoas. Não muito depois, algumas dessas pessoas não acharam finalidade ali e foram embora. A Helena Severo, entre elas, ela foi secretaria do governo estado, fazia parte da equipe do Barreto. O Vicente chegou com três ou quatro pessoas, já a Leda não, chegou com todo mundo. O Maranhão desembarcou aqui. Ela veio com o Maranhão todo. Mas eu ainda acredito, que embora ela não quisesse se envolver tanto, ela também acabou gostando da Educar, porque é aquela história. [...] A Fundação Educar foi a preparação para o fim, não conseguiram dar um fim ao Mobral. O moribundo precisou de mais tempo. [...] Não me lembro da Educar ter ido para Brasília. Você fica falando isso eu estou tentando me lembrar. Continuou aqui que eu me lembre, não foi. Eu não me lembro da mudança física da Educar pra Brasília não. Lembro-me dos comentários, era mais um dos mil rebuliços que a gente tinha que enfrentar. Era um sofrimento. Repetindo, se houve a mudança efetiva, juro, eu não me lembro. Será que ficou ainda alguma coisa aqui no Rio, eu estou tentando me lembrar aqui. Eu não me lembro de ter ido, gente, isso é tão significativo. Eu fiquei até a extinção, eu só não fiz parte da equipe de inventariança, por que eu não quis, por isso eu não sei pra onde foram os documentos. Mas isso é uma coisa que eu não sei o que é ...não é arrependimento...mas dá vontade de bater com a cabeça na parede. Certa feita, da mudança do pessoal e dos documentos da rua da Alfândega, da Alfândega não, da Visconde de Ouro Preto. Ali funcionava uma parte do Mobral e ali depois fomos para Urca, ali ainda ficaram alguns documentos, muita coisa. Houve uma determinada época em que se pegou aquele monte de documento, logo depois do Mobral virar Educar e jogaram muitos documentos na lixeira. E eu vi alguns muitos livros, com todas as histórias, todas as atas reuniões pré-mobral, pós Mobral, todas as reuniões eram registradas. Eu mesma peguei na lixeira, na caçamba,*

*aqueles livros que eram histórias do movimento, de como se deu o movimento, a reunião do grupo, forma épocas em que foram abrigando pessoas, como pensaram o movimento, até a chegada da Educar. Eu peguei esses livros e segurei. Fiquei com eles. Eu tirei da caçamba de lixo esses livros e uma tesoura que tinha tombo e tava na caçamba. Eu peguei aqueles livros e entreguei para o responsável pela inventariança, ele era ...não me lembro o nome...o famoso “caixa d’água”, ele era presidente do Vasco. Ele era coordenador de Niterói e depois ele ficou na... Eduardo Vianna. Ele era conhecido como “Caixa d’Água”. Eu entreguei a ele aqueles livros. Aquilo para mim era uma memória. Aquilo não tinha preço e eu hoje tenho arrependimento de ter feito isso. Se hoje eles estivessem comigo eles estariam aí à disposição do Brasil, pra quem quisesse realmente fazer um trabalho sério. E hoje eu não sei nem por onde eles andam.*

**MFRN:** *Todos falavam que iam acabar com o Mobral, sim.*

**ERA:** *Falavam sim que ia acabar... já tinha que ter acabado. Inclusive a gente lutava pelo fim dele. Lá dentro já tinha essa informação. Hoje eu até me arrependo. Acho que fui até meio determinista, a gente dizia “tem que acabar com o Mobral, que acabando com o Mobral acaba com a ditadura”, mas nós perdemos foi uma financiamento importante para a EJA, que o Mobral trazia e que a Fundação Educar não trouxe tanto e com o fim da Educar, menos ainda. Quer dizer se perdeu uma porta de recursos enorme, por que era enorme...*

**MFRN:** *Que era vindo do jogo da loteria. Eu me lembro que nos fizemos uma passeata no MAM, quando era Ulisses Guimarães, naquela época em que veio a discussão sobre as diretas, as Diretas Já! Aí nós entregamos uma carta para falar da transformação do Mobral em Educar. Nós entramos para o Mobral em outra época: no final do Mobral, quando já existia uma proximidade com o processo de redemocratização do Brasil. Nós chegamos no Mobral na Presidência do Cláudio. O Arlindo tinha acabado de sair e já estava o Cláudio e já estava cada vez mais light [risos], depois do*



*Cláudio veio o Vicente Barreto. Com a Fundação Educar, os projetos eram enviados para a Central, aprovados, e enviados os recursos aos municípios. [...] Na Fundação Educar foi feita uma articulação com as Secretarias dos Municípios e dos Estados para a execução da Pré-Escola. A Fundação Educar assumiu sua natureza de educação de jovens e adultos. A pré-escola foi para as Delegacias do MEC, por que todas as pessoas que trabalhavam na pré-escola, do Mobral foram, num programa do Governo Federal, para as delegacias regionais do MEC. Havia uma crítica muito grande de que a FE entrou nisso [Educação Infantil], porque ela não estava fazendo uma alfabetização bem feita, inclusive até a Vanilda [Paiva] era uma dessas pessoas que criticavam muito a Fundação Educar por ter entrado no campo da Educação Infantil, porque na verdade não conseguia fazer Educação de Adultos. Naquele contexto, a política não cabia mais pré-escola lá. Era uma coisa insustentável. Os penduricalhos foram acabando com a Fundação Educar. [...] A Fundação Educar nunca foi para Brasília. Tudo continuou aqui [no Rio de Janeiro]. Isso tudo isso ocorreu por interferência da filha do Sarney. Na verdade a Leda é que queria ir pra Brasília por causa do marido dela. Você sabe que ela se casou com o Hugo Napoleão pouco depois de vir para Fundação Educar? Ela conheceu ele em uma viagem que ela fez pra receber um prêmio que era nosso. Nós ganhamos o prêmio da Unesco pelo Projeto Baixada e ela é que foi pegar. [...] A Fundação Educar era mais descentralizada, mas com a Leda o negócio voltou a ser controlador e autoritário, uma política mais rígida ainda.*

**ERA:** *Eles queriam acabar com tudo, mas não deixaram o Projeto Baixada terminar porque ele já estava tão consolidado, caso contrário ele teria terminado. Como ela (Leda) era muito conservadora, casada com o Napoleão, foi com o gabinete dela para Brasília e nós ficamos aqui até o final, com toda a estrutura de sempre. Somente a Leda foi para Brasília por interesses pessoais. Aí é que tudo foi se acabando, muitos funcionários foram colocados a disposição por várias vezes e alguns trabalharam na inventariança. E, assim, foi extinta a*

### *Fundação Educar.*

Percebemos que a transformação do Mobral em Fundação Educar na verdade não consistiu numa transformação, mas numa renomeação de órgão público e que suas funções executadas deixaram de existir por não serem mais de interesse dos atuais governos. Nas falas dos entrevistados está muito clara essa renomeação ocorrida, dada a forma gradativa em que ações eram interrompidas. Em algumas regiões ou municípios nem sequer notaram as mudanças. Os próprios coordenadores e técnicos se confundem com o Mobral e com a Fundação Educar.

Com a mudança do Gabinete da Presidência da Fundação Educar para Brasília, fica também muito claro nos depoimentos que, assim como no Mobral, na Educar, os interesses pessoais de algumas pessoas, politicamente influentes, determinam ações do governo sem nenhuma responsabilidade ou compromisso com a sociedade ou com a comunidade diretamente envolvida.

\* \* \*

Num quarto momento, nosso interesse passa ser nas características da Fundação Educar:

**VPB:** *Seis meses de criação da Fundação Educar, o Marco Maciel foi substituído. Ele foi para a Casa Civil, sendo substituído por pelo Jorge Bornhausen. Aí é que o negócio começou a degradingolar de vez. [...] Tive uma conversa com o Bornhausen uma vez e eu disse: “Pô, Bornhausen, Ministro da Educação....que beleza...! Ele disse: éh não queria ser esse troço, queria ser Ministro da Indústria e Comércio”. [...] A primeira vez que eu fui no Maranhão, sabe o que é bom para comprar lá, é livro. Uma secretária me disse, tira uma horinha fora desse pessoal aí que eu quero te mostrar uma coisa. Eu disse: o que é? E ela: confia em mim. Aí eu fugi com ela. Ela me levou para o estádio de um time de futebol que tinha lá. Eu disse: venha cá... o que é que tem neste estádio? Você vai ver. Ela abriu debaixo das arquibancadas e lá estava uma quantidade de livros. Acho isso de uma indignidade... uma coisa... que me preocupou....e aí ao mesmo tempo o pessoal do Sarney publicando que estava comprando estoques de livros velhos*

*para vender pro governo como papel... você não faz ideia como é uma caixa preta dentro do caixão. [...] A Fundação Educar foi também extinta por ue o Fernando Collor de Mello considerava o Mobral e a Fundação Educar uma intervenção indevida nos negócios dele lá em Alagoas. Então, ele veio a ser presidente. Como ele via a Fundação Educar da mesma forma e ele não queria nem saber de EJA. Ele achava que a EJA era para jogar pelo ralo. Ele quando governador, ele nunca se interessou por EJA não. [...] Assim, as ações do Mobral, com a Fundação Educar, foram fenecendo, foi morrendo naturalmente, porque foram verbas que iam minguando e não tinha como fazer nada. A pedra da Fundação Educar era agir principalmente através das prefeituras e das comunidades. Isso é que era a pedra, o que nos ajudou. Esse é o ponto . Aí é que gente poderia ir criar novos programas e abrir mãos dos outros. Na educação infantil mesmo, nós tínhamos um grupo de alta qualificação técnica na área, lá dentro do Mobral: Joselina Camã, Sônia Câmara, um baita de um quadro que era de funcionários do Mobral. Tem gente que tem vergonha de dizer isso. Não sei por que. Tem um monte de gente que eu encontro aí e nega. Eu digo, que isso rapaz? Que isso? [...] A história da Educar é história de nascimento e morte por alta incompetência e repulsa política a esse tipo de programa. O que ele [Collor] diz é que se sente ameaçado. Mas você já sabe ler e escrever, mas você deve saber que não era só por isso [risos].*

**JCBB:** *Com a Fundação Educar, nós tivemos também a simpatia do Instituto Paulo Freire, que veio com a simpatia do Gadotti. A Universidade Federal Bahia se envolveu com a Professora Alda Peppe. O Samuel Airão Reis, irmão do Daniel Airão Reis, veio da luta contra o movimento militar que se incorporou a um pequeno burguês que vinha de um partido liberal com fortes raízes na ditadura militar, mas que, como administrador, estava disposto a abrir a fundação para essas experiências. Por quê? Por que na verdade quem vem fazendo educação da criança filha do trabalhador e do desempregado são essas instituições. A educação pública é uma fábrica de analfabetos. Então? E por que o menino não se alfabetiza no primeiro ano na rede pública oficial e se alfabetiza na associação*

comunitária? Por que há um envolvimento, há uma cobrança, há participação maior, muito maior. [...] A estrutura da Fundação Educar aqui em Salvador...aaahhhh...lindo o prédio... o prédio é lindo...ali ...sabe onde é o Salvador Praia, o Salvador Praia Hotel?...Ao lado do Salvador Praia Hotel, na Rua Morro do Escravo Miguel, de frente pro mar, lindíssimo, em Ondina, lindíssimo!!!! A estrutura era muito boa. O Mobral já tinha e a Fundação Educar também. Só que o Mobral não era ali, era nos Barris. Depois que passou à Fundação Educar e que fomos pra lá. Com relação aos técnicos, funcionários... tínhamos um número suficiente. Nós dávamos publicidade às ações que desenvolvíamos. A gente chamava mesmo a sociedade civil. A gente abriu mesmo pra sociedade civil e isso causou muitos conflitos políticos com os prefeitos, muitos conflitos políticos mesmo. Eu acho que aproveitar as experiências exitosas das comunidades. Então, você já tinha programa de alfabetização da Escola do Calabar, em Salvador. Era a associação de escolas comunitária de Salvador. Formamos uma associação com esses professores, com esses educadores populares que começaram a se reunir, a ter um trabalho político atuante, o envolvimento das igrejas é fundamental na alfabetização, se você quer alfabetizar adulto tem que ter uma religião por trás, de qualquer denominação. Funcionava assim: As prefeituras mandavam os projetos pra cá. [...] A gente dava publicidade, dava os prazos, as prefeituras enviavam o número de alunos e a gente repassava os recursos, era tranquilo isso, era ...era sim...era bem fácil. [...] O acompanhamento dos projetos era feitos supervisores. Nós tínhamos os supervisores. Para cada grupo de municípios, tinha um supervisor, com toda estrutura que acompanhava os projetos. Ele era bem centralizado. Eram os supervisores regionais. A concepção da máquina, o desenho administrativo, era um desenho bem centralizado, com autonomia.

**MRE:** Eu não me lembro o endereço certinho, mas é uma casa que tinha sido a residência de um ministro, quando a capital era aqui no Rio, a aquela casa era do ministro da educação. É um prédio público e ainda hoje ele é do

*patrimônio público e está cedido ao Instituto Benjamim Constant. É um prédio da estrutura imobiliária do Governo Federal. O presidente, na casa principal, e nos espaços vagos foram construídas salas e todas davam para uma mesma varanda ou corredor. O espaço era ótimo. A sede era o órgão central, tinha um papel normatizador. Não deveria ter a função como passou a ter depois com o Projeto Baixada que ele próprio era executado ali. O órgão normatizador discutia o material didático, discutia e manejavam, enfim era uma central acadêmica. Já o executor não era lá, por que formamos a Coordenação do Rio de Janeiro. A Coordenadora do Rio era Regina Mizel. [...] A relação da Educar Central com as regionais era muito boa. Os coordenadores vinham aqui à Central no Rio de Janeiro sempre e os técnicos também se deslocavam até os estados para fazerem a capacitação dos técnicos de lá. A relação do Barreto com esses coordenadores era muito boa. [...] A Educar era o Mobral com outro nome eu insisto. [...] Os técnicos do órgão central tinham um medo muito grande de chegar às coordenações e não agradar. Por que alguns coordenadores, no caso de Minas Gerais, por exemplo, a Abadia, se me recordo bem, era uma pessoa temidíssima, porque uma palavra dela com o presidente do órgão central demitia um técnico. Tipo: “Esse técnico veio e não teve uma postura condizente com o que se esperava dele, inclusive veio com uma roupa muito decotada”, até isso... e era rua. Então era uma relação de muito respeito e medo. Mais medo, em decorrência do respeito que a cabeça do sistema tinha, naquela época. Na regional, nas coordenações, o chefe não é Órgão Central, chefe é até o coordenador regional. Era essa a relação. Na época do Mobral também era assim.*

**ERA:** *Quando passou para Fundação Educar, já houve uma maior abertura para a participação, era outra época. Embora a natureza do trabalho tivesse semelhança, assim, não mudou nada radicalmente, em termos de natureza do trabalho. Por exemplo, eu me lembro, quando a gente estava lá no Mobral a gente da pesquisa fazia pesquisa e avaliação ...aí eu fazia avaliação dos livros didáticos de Educação de Jovens e Adultos e, quando*

*mudou para Fundação Educar essa rotina era a mesma rotina. Embora, falando, era um outro discurso, iam mudando as posturas profissionais inclusive. A gente ia trazendo o campo, trazendo o campo para ir alimentando o trabalho. As pessoas almejavam coisas melhores. Muitas pessoas que trabalhavam no Mobral também almejavam, enfim essa ideologia que a Fundação Educar traz no seu discurso.*

Percebemos claramente a indiferença das autoridades com as funções quando se referem ao trabalho que assumem como “aquilo”, “isso”, “troço”, “monstro” e outros termos pejorativos e que demonstram o total descomprometimento com a função pública, a não ser por interesses pessoais e financeiros. Dessa forma, os relatos não deixam dúvidas acerca da indiferença com que sempre trataram a alfabetização dos adultos, sempre em detrimento dos interesses “politiqueiros” e, conseqüentemente, pessoais.

Neste momento dos relatos, mais uma vez percebemos a empolgação dos entrevistados ao se referirem ao corpo técnico do Mobral e da Fundação Educar, porém, hoje, têm vergonha de dizer que pertenceram ao quadro técnico dessas instituições, certamente, onde conseguiram suas formações e qualificações para continuarem suas carreiras.

Ainda conforme relatos, algumas pessoas se uniram a um remanescente da ditadura para fazer algo diferente do que havia sido feito até então, embora, considerem que tenham feito algo tão diferente assim. Muitos, sempre ocuparam ou e ainda ocupam funções no topo da hierarquia da educação pública, em todos os níveis, mesmo não acreditando na possibilidade da educação pública cumprir com seu papel na sociedade, o que pode ser considerado um certo grau de hipocrisia.

As estruturas das sedes do Mobral e da Fundação Educar na Bahia, assim como na Central, no Rio de Janeiro, eram de excelente qualidade, mas mesmo assim o Coordenador Regional da Bahia afirma não conseguiu alfabetizar nem fazer educação básica de EJA. Talvez porque o Mobral e a Fundação Educar tenham destinado muita atenção e recursos financeiros à estrutura das sedes regionais e da central e pouquíssimo ou nenhuma atenção e recursos financeiros à estrutura nas pontas das ações, ou seja, nas salas de aulas, na formação e capacitação dos professores e dos monitores.

Consideramos que talvez a maior abertura à sociedade, proposta pela Educar, embora pareça-nos incipiente, tenha mesmo causado a insatisfação dos prefeitos e políticos. Certamente, que por menor que seja a oportunidade de transformação das concepções dos eleitores para uma maior conscientização de seus direitos, de noções de cidadania, é tradicional causar incômodo naqueles que estão em situação privilegiada na relação exploração/explorado, talvez essas possam ser consideradas, por menores que sejam, como ações positivas por promoverem a aproximação com as realidades locais.

A associação da educação de jovens e adultos com religiosidade, crença, solidariedade, voluntariado, parece-nos um retorno ao período do Brasil colônia, momento em que se alfabetizava índios e adultos para iniciá-los nas “cousas da fé” e na dominação étnico-cultural.

Nesses relatos percebemos que houve certo desleixo nos processos de aprovação, acompanhamento e avaliação dos projetos financiados pela Fundação Educar. Percebemos que há uma clara falta de comprometimento com a qualidade que se espera desses projetos apresentados, aprovados e financiados com verbas da educação pública.

A figura dos supervisores é bem definida, assim como o funcionamento da “máquina”, porém é muito pouco definido, até mesmo obscuro, qual deveria ser o perfil dos professores. Nesse caso, há mais uma clara desconsideração com esse profissional.

A relação era muito boa somente entre os Coordenadores e o Presidente Nacional, porém fica evidente uma relação de insegurança, de dependência, submissão e subserviência entre os técnicos e os Coordenadores Regionais. Essa relação de medo e de insegurança demonstra, mais uma vez, a pouca ou nenhuma importância dada à qualificação e à qualidade dos profissionais e das ações a serem propostas, respectivamente, em virtude da relação político-partidária que envolvia todo o funcionamento do Mobral e da Fundação Educar.

\* \* \*

Coube destacar também as principais diferenças entre o Mobral e a Fundação Educar, a partir dos sujeitos entrevistados:

**VPB:** *A Educar era mais focada, mais leve, com mais possibilidades de intervenção. O Mobral era espalhado e se diluía nas pontas. Todo em quanto que é lugar tinha Mobral. A Fundação Educar estava mais adequada ao passo de desenvolvimento naquela época, à Nova República, à cidadania. Aquele era o momento político da Educar, era fazer algo na alfabetização, botar a cidadania, coisa que os políticos não queriam nem ouvir falar.*

**JCBB:** *Me desculpa se eu tiver falando aqui alguma besteira, mas como dizia o nosso saudoso Darcy Ribeiro, só tem uma solução, pelo amor de Deus, que é a solução natural. Você não consegue alfabetizar. Você continua produzindo analfabetos dentro da escola... como é que você quer fazer educação de jovens a adultos? É um crime, o grande programa de educação do governo da Bahia até o ano passado era um tal TOPA (Todos Pela Alfabetização). Aí o governo vai pra televisão mostrar uma senhora de 90 anos, alfabetizada. Eu fico solidário com a alfabetização de D. Eva... acho que o governador até se emocionou verdadeiramente, mas, pelo amor de Deus...e os zezinhos, e as ritinhas e as mariazinhas que estão com 8 anos de idade sem saber escrever? [...] Eu volto a dizer, não sou pedagogo, não sou técnico, mas reconheço o papel que o Mobral teve. O Mobral teve um papel muito importante, mas pegou esse carimbo de ser um programa da ditadura. Então, a gente precisa ter um reconhecimento e uma legitimidade por causa da sociedade. E qual era o mecanismo: abrir para a sociedade, trazer grandes pensadores da área de alfabetização do Brasil, da área de educação, não é?... Incentivar! Por exemplo, esse projeto já tava totalmente pronto... quando eu saí, talvez até a Central tenha esse projeto ou cópia dele... Iha de Maré. Uma ilha aqui em Salvador. Lá são doceiras, elas fazem doce de banana e enrolam na palha da banana. Então, a gente fazia alfabetização casada com a profissionalização. A gente ia financiar a alfabetização junto com a profissionalização. Por que eu acho que era a única maneira de garantir que se elas se alfabetizassem e que elas continuariam, por que aí elas teriam necessidade do recurso.*



**MRE:** *A Educar era uma continuidade mesmo. A Fundação Educar, pra nós, era o mesmo Mobral. Eu me lembro do dia em que fizemos a escolha da cor do “ezinho”. Mudou de vinho para verdinho. Eu me lembro disso. Lembro do Vicente chamando a gente na sala: “precisamos decidir isso aqui... qual a cor que vai ficar?” Esta é a minha visão. Eu acredito que você vá encontrar técnicos, colegas meus que vão pensar diferente, principalmente essas meus colegas que eram da gerência pedagógica e que estiveram mais envolvidos posteriormente com o Projeto Baixada, que é um marco, embora isolado, era um piloto. Hoje, ainda, tem o setor com a Maria Fernanda, Eliane Fernandes, Miguel, são pessoas que eu ainda mantenho mais contato e esses podem ter uma ideia diferente. Se você tiver interesse em realmente montar esse quebra-cabeça é bom procurá-los, por que eu não estou nem preocupada que as pessoas não assinem. Esse é o pensamento que eu ainda tenho a respeito daquela situação sobre a qual eu nem tive mais contato.*

**MFRN:** *O trabalho na pesquisa tanto na Mobral quanto na Educar não eram os mesmos. Assim, a Fundação Educar tinha questões importantes, centrais, regime menos fechado, mais centralizador. Era um órgão muito controlado. Embora o Mobral também era um órgão com bastantes contradições. [...] Quando começa a Educar, uma das primeiras ações era ajudar a gente começar um projeto. Houve uma abertura para a sociedade. A sociedade se abriu e as Instituições também.[...] Existiam os municípios envolvidos, cada um com as suas associações de moradores, esses tipos de movimentos sociais organizados. Dependendo dos municípios, os convênios, as articulações com a administração, como igrejas, era tudo de forma bem tranquila mesmo, não era rígido não. Em cada associação ou movimento tinham pessoas que trabalhavam, tinham os professores, enfim, era um modelo muito diferenciado do Mobral, muito. [...] Mobral era muito mais fechado/centrado do que a Educar. Dificilmente se faria alguma coisa mais autonomamente,*

*mas a Fundação Educar fomentou esse processo. Agora as coisas... a lei muda, muda a instituição, mas a práticas não muda do dia para noite. Há pessoas que gostam de segurar as informações... é toda uma cultura... tínhamos uma cultura muito de controle, muito forte do Mobral, e que permaneceu em grande parte na Fundação Educar. As coisas vão mudando e gente vai se adaptando. A gente demora para mudar. [...] Uma coisa que na nossa prática mudou muito, por exemplo, escrever uma proposta pedagógica para a EJA. Lembro-me que quando era o Mobral, as coisas eram feitas por duas pessoas que liam, concebiam e pronto. Na Fundação Educar havia uma metodologia para esse material poder ser espalhado para todos, para vários grupos, todos davam ideias, aí voltava... foi quase um ano escrevendo esta proposta pedagógica, que na verdade viria a ser esse norteador de construção de material, das práticas com jovens e adultos. Eu acho que especialmente foi o Vicente que contribuiu para isso ser assim na Fundação Educar. Já a Leda era muito mais fechada, muito mais... o Vicente é que era assim, ele era a redemocratização... era um cara mais aberto... o Vicente sempre foi assim. [...] Minas Gerais era muito parceira, muito mesmo na prestação de informações. A gente tinha... eu tinha uma área de pesquisa que era sobre pré-escolar e trabalhar com Minas foi muito importante para a pesquisa. [...] O Mobral já tinha Paulo Freire. Ele sempre teve o Paulo Freire como referência. Como a ideia era trazer a conscientização do cidadão.*

**ERA:** *E isso aí tava no discurso da Fundação Educar: trabalhar com os Movimentos Sociais organizados. O Vicente Barreto deve ter falado muito disso. Isso era o que ela trazia de novo e, na verdade, o Projeto que a gente esteve envolvido fazia isso, traduzia isso na prática. [...] A Educar tinha um discurso bem diferente do discurso do Mobral e a mudança não ficou só no discurso, na pesquisa sempre a coisa foi diferente. Lá a gente tava num campo mais crítico, uma postura e dimensão mais crítica. Quando você faz pesquisa e avaliação. Você tinha assim um grupo de pessoas com certa formação. [...] O Projeto Baixada era como se fosse*

*um laboratório. Não passava por nenhuma Coordenação Estadual, entende? [...] A gente especialmente nesse quesito, a gente estava vinculada muito ao Vicente Burreto por conta do Projeto Baixada e outros. A pesquisa já era um núcleo independente. [...] A nossa visão é de que as transformações foram grandes, já para outras pessoas, em outras funções, não as tenham percebido tanto. Ou talvez lá na ponta, assim..., se for lá pros municípios, talvez ele tenham tido tanta diferença. [...] Tem uma coisa que eu acho muito importante, assim, tanto o Mobral quanto a Fundação Educar foram grandes escolas nas gerações de pedagogo, psicólogos, sociólogos, gente nova... eu acho que faz grande falta. Por exemplo, você estava aqui e de repente você tinha que ir pra Rondônia...uma outra realidade...uma outra vida. [...] Eu sempre digo: que ali eu aprendi que Brasil não é litoral nem zona sul...a gente ia pra tribo indígena fazer pesquisa, como era a educação indígena, o bilinguismo. Era uma demanda democrática... e os índios deviam ser alfabetizados na língua que ele tinham acesso. [...] A Fundação Educar teve uma experiência, esse eu passei, com os índios, outra foi a questão do voto. A pesquisa era pra saber como as pessoas analfabetas iriam votar, era inédito. A gente fez uma pesquisa se o voto do analfabeto seria por cor, foto. Isso é para você ver como a Fundação Educar começou a subsidiar o processo democrático. É verdade... [...] Desde o Mobral, que o voto do analfabeto era discutido, fortemente... As pessoas eram vinculadas à alfabetização, a partido político.*

A opinião emitida pelo entrevistado servidor público poderia até ser considerada uma opinião pessoal, se o mesmo não ocupasse cargos de tanta responsabilidade na educação pública brasileira, ao longo de toda a nossa história, inclusive cargos altíssimos e diretamente ligados à alfabetização de adultos. Não se deve entender EJA como a substituição da educação regular de crianças e adolescentes, ou desvio de recursos desta para aquela modalidade ou vice-versa, mas como a garantia de direitos, não apenas humanos, mas também legais, e que devem ser garantidos em concomitância. Essas ações devem ser motivo de

preocupação daqueles que se submetem a ‘pretender’ gerenciar a educação pública, independente de suas opiniões pessoais.

Percebemos que as diferenças entre o Mobral e a Fundação Educar ocorreram apenas na Central e muito mais na percepção de elaboração coletiva de apenas um Projeto e não na Educar como um todo. Ao perceberem que as condutas em inúmeras Coordenações e até mesmo por técnico da Central, que não perceberam sequer ter havido mínimas transformações, podemos continuar afirmando que o que ocorreu foi mesmo apenas uma renomeação de Mobral para Educar, cujo objetivo claro era diminuir a dispensa de recursos e promover lentamente a extinção de todas as ações propostas pelo Mobral e pela Fundação Educar, até então em desenvolvimento em todo o País.

Não conseguimos perceber quais eram os fins nas discussões sobre o voto do analfabeto. A dúvida fica entre: se era uma discussão acerca de como fazer o analfabeto votar ou se como criar oportunidade para copitar essa quantidade de votos de analfabetos ou, ainda, se era sobre a importância do analfabeto no processo de redemocratização do país.

Nesse momento, o interesse pela alfabetização de adultos era desprezível, uma vez que as pessoas analfabetas já eram eleitores por força de lei e por interesses eleitoreiros em detrimento do direito à cidadania plena dessas pessoas, que agora poderiam continuar analfabetas, pois na mentalidade daquelas autoridades, isso já não era mais um problema importante para seus interesses políticos.

\* \* \*

Nossa preocupação com o processo seletivo de escolha, formação e vínculo dos professores e monitores para atuarem no Mobral e na Fundação Educar, nesse momento, constituiu uma das categorias que elegemos como importantes a serem observadas nas entrevistas realizadas.

**VPB:** *A Fundação Educar exigia um perfil, mas uma coisa era exigir, outra coisa era a realidade desse perfil. Eram coisas completamente diferentes. E o problema é que a administração central não tinha poder para controlar, era*

*responsabilidade dos municípios, e era política-partidária. Era uma questão política, eram então um pouco mãos atadas. [...] Por isso eu defendia a tese de que uma hora nós teríamos que dar prioridade e passar recursos lá para os municípios e exigir que se fizessem contratos diferentes com os professores, que é quem vão fazer educação.*

**JCBB:** *Preparou técnicos e monitores altamente treinados, muitos deles hoje secretários de educação na Bahia e que trabalharam comigo lá na Fundação Educar. Tem até uma que é secretária da União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação, a..Deusdeth Carrilho, que era coordenadora na região do São Francisco. Muito dos que trabalharam na Educar, hoje estão na Universidade Federal [da Bahia]. Quanto aos professores, era o que continua até hoje, na Bahia são os cabos eleitorais do PT. Eles saem recrutando alunos. Era da mesma forma, porque quem fazia o recrutamento do aluno? Era o próprio professor. Na comissão municipal que tinha um acompanhamento maior da prefeitura, você tinha uma qualificação melhor. Mas é se o nível do nosso professor da rede municipal daquela época era um professor leigo, você imagine o monitor? [...] A Bahia teve o maior número de alunos do Brasil. Nós temos uma população, entre os nordestinos. Você pode olhar que nos outros estados nordestinos nós temos a quarta população em termos absolutos, a quarta população do Brasil. Nós perdíamos para Minas, São Paulo e Rio de Janeiro e o primeiro em analfabetismo. Hoje, o governo diz que a Bahia ainda tem dois milhões de analfabetos. Além disso, é o maior estado do nordeste e é um estado pobre. Uma bolsa de um monitor no Sul não tinha peso, já na Bahia tinha peso enorme. Então, ele [professor/monitor] ia atrás de alunos para poder captar recursos para família.*

**MRE:** *Uma das grandes críticas que o Mobral e FE receberam foi a de fraudar... alunos repetidos... um aluno era contado duas ou três vezes ou mais. O aluno era multiplicado por dois por três. Quem falava isso era a imprensa. Eram os críticos. Baseado no seguinte: O Mobral e a Educar trabalhavam com base no voluntariado. O professor recebia um incentivo mínimo, que na realidade não era um*

*pagamento. Era “prolaborezinho”. E além do mais para ele poder ter uma classe ele tinha que ter um número mínimo de pessoas. Então, em determinados locais, em determinada localidade, você vai formar uma classe. Você tem que apresentar uma relação de alunos analfabetos que formariam a sua classe. Um outro professor, também fazia a mesma coisa. Então, o que acontecia aquele aluno que você já tinha apresentado pra mim, o outro ia e apresentava o nome do mesmo aluno para outro. O mesmo aluno que já tinha sido apresentado. Aí surgia a duplicidade ou multiplicidade. Então, esses nomes não eram indicados para manipular não... quando o Mobral foi descobrir o que acontecia, na realidade, foi diante da crise, por que chega um momento em que alguém como você, que resolveu ir ver os quadros dos alunos matriculados ... algum município que só tem o número de habitantes x, como tem tantos alunos... Claro que houve falha, por que não havia um controle... depois, também não tinha mais o que fazer. Isso aconteceu e aconteceu muito. Não tinha uma forma de evitar, não se tinha a informática.*

**MFRN:** *A Fundação Educar patrocinou cursos de pós-graduação para todos os seus técnicos. Nós fizemos um de avaliação... Avaliação de Programas Educacionais. [...] Oferecia para algumas regionais, não foi oferecido a todas não. A pós tinha aqui [no Rio de Janeiro] sim. Isso foi por conta de uma articulação que Fundação Educar fez com o IICA (EUA) e o IDRC (Canadá). [...] Na Fundação Educar começa a ter uma abertura do material didático, ao contrário do Mobral. No Mobral era só o livro. Pela Educar, o professor tinha o material fornecido, mas não era obrigatório o uso. No Mobral, só circulava o material que elaborado pela Central e era obrigado a usar. Ditava cada passo, tipo: pegue o papel pardo, coloque a letra tal... comandos. [...] Com a Educar, o professor é outro. O professor é o dono da sua aula, entre aspas. [...] Mas os responsáveis eram os técnicos da Fundação Educar. [...] O Projeto Verso e Reverso foi idealizado com a Núbia e sua equipe, todos, mais a Clara, Sônia, sempre trabalharam com material. Esse projeto começou quando a Fundação Educar mudou para cá pra Urca. Foi com a Leda Tajra. [...] Na verdade eu trabalhei nos vídeos, eu nunca trabalhei no Verso e Reverso.*

*Trabalhei no Projeto Baixada. Eu fazia era uma parceria com o Verso e Reverso, no sentido de ver , por exemplo,: onde tem um sala boa para gravar sobre matemática? Eu procurava no polo um professor bacana e levava a equipe do Verso e Reverso até lá para gravar, mas eu estava no Projeto Baixada.*

**ERA:** *No Projeto Verso e Reverso, quase todos os autores eram técnicos e que trabalhavam nesses setores. Como Inês, Elisa Reis, Regina Avellar, Jane Paiva, Miguel, não eram contratadas para isso. Na Fundação Educar havia as pessoas... então, chamava alguém... pensava assim, vamos chamar fulano para colaborar... fazia um contrato e ela reunia com toda a equipe para ajudar. Antes, tinha esta preocupação com a formação dos professores, coisa pouca, mas não tão estruturado como foi esse. Esse programa era estruturado pela Manchete e pela Abril Editora. Era um material muito bom. Começava com a EJA no Brasil.*

Observamos que quando falamos a respeito das medidas e investimentos na formação dos professores há uma distorção da resposta, deixando um lapso no relato acerca das medidas adotadas nesse sentido. Nesse caso, fica muito claro que houve um grande investimento na carreira técnica e administrativa em detrimento da capacitação e da formação de monitores e professores, respectivamente.

Não houve nenhum investimento na formação dos professores, mas na estrutura da Central e da Coordenação Regional e na formação dos técnicos, que nunca atuavam diretamente na alfabetização dos alunos, o investimento foi bem significativo. Percebe-se, no entanto, a importância dada aos cargos – administrativos e técnicos – em detrimento dos cargos de professores e monitores.

Notamos pouquíssima empolgação dos entrevistados ao relatarem sobre as ações voltadas para a capacitação e formação dos professores; aliás, bem menor do que a apresentada quando se fala da qualificação dos técnicos do Mobral e da Fundação Educar. Na verdade, percebemos que não há informações a serem apresentadas, uma vez que não houve nenhuma preocupação em propor ações voltadas para a formação dos professores, a não ser a publicação de alguns

volumes de livros didáticos e a capacitação através do Projeto Verso e Reverso, que talvez interessasse mais aos autores. Percebemos os professores como verdadeiros mendigos a caça de alunos para formarem suas turmas e, assim, garantirem o autossustento e de sua prole.

Há uma relação estreita da bolsa de manutenção com a sobrevivência dos professores e de suas famílias, uma vez que, embora ínfimo, o valor da bolsa era a principal motivação dos professores. Esse argumento, no entanto, é utilizado para responsabilizar os professores pelas informações distorcidas dos números de alunos atendidos pelo Mobral e pela Fundação Educar, mesmo que, na visão dos entrevistados os professores não tenham agido de má fé, acabam sendo responsabilizado por algo que consideramos de extrema gravidade, uma vez que esses dados e informações fazem parte da história da educação brasileira e, ainda, pelo investimento que se fez em coisa nenhuma. Fica caracterizado aqui o tamanho da irresponsabilidade daqueles que eram indicados para zelar pelo bem e pela educação pública brasileira. Diante da estrutura ostentada nas sedes das Coordenações Estaduais e das Centrais, cujos números de técnicos eram suficientes e com grande qualificação, consideramos inadmissível que fato tão grave tenha passado despercebido. E ainda, o que nos causa grande indignação é perceber que, não diferentemente de outros setores da máquina pública, os professores, ou seja, aquele que exerce o verdadeiro papel de formador e que, porém, recebe o menor investimento, é julgado como o responsável por aquilo que deveria facilmente ter sido observado por pessoas com cargos, funções, remunerações e investimentos tão altos e com um grau de comprometimento tão baixo.

\* \* \*

Atentamos para as informações acerca dos desencontros entre os números reais de alunos e os números informados e divulgados e, ainda, para alterações de dados em relatórios apresentados pela equipe de avaliação.

**JCBB:** *A Bahia teve o maior número de alunos do Brasil. Você pode olhar nós temos a quarta população em termos absolutos, a quarta população do Brasil. Nós perdíamos*



*para Minas, São Paulo e Rio de Janeiro... e o primeiro em analfabetismo. Hoje, o governo diz que a Bahia ainda tem dois milhões de analfabetos. Além disso, é o maior estado do nordeste e... é um estado pobre... então... vamos dizer... uma bolsa de um monitor no Sul não tinha peso, já na Bahia tinha peso enorme. Então, ele (professor/monitor) ia atrás de alunos para poder copitar recursos para família. Depois que passou à Fundação Educar e que fomos pra lá. Com relação aos técnicos, funcionários... tínhamos um número suficiente. Tinha sim por que, eu acho que nós não conseguimos nunca nem alfabetizar nem fazer educação básica de jovem e adulto, no fundo no fundo a gente a gente não conseguiu aluno.*

**ERA:** *Em relação aos dados e números, tinha um setor específico pra isso. Tinha um sistema de monitoramento. De onde vinha eu não sei. No material que está com a Jane, tem dados estatísticos sobre isso. Muitos dados... estão com ela. [...] Em relação aos projetos, a gente viveu dois mundos. O mundo Mobral, em que a avaliação era muito controlada... tudo que era muito crítico, não era disponibilizado, quase nada era disponibilizado... tinha que sair limpando todos os relatórios.*

**MFRN:** *A pesquisa não trabalhava com dados. A pesquisa qualitativa naquela época não entrava em contato com dados. Mas havia todo um comentário acerca de dados fantasmas.*

Percebemos que os dados “fantasmas” surgiam nas Coordenações Estaduais, como está claro nos depoimentos, e que os mesmos não eram tão fantasmas assim, pois não eram desconhecidos de ninguém, nem nas Coordenações Estaduais nem na Central do Mobral ou da Fundação Educar, até mesmo daqueles que atuavam e nem tinham acesso a eles. Porém, sutilmente, a responsabilidade pela criação deles era atribuída aos professores, esses sim os verdadeiros fantasmas dos quais se sabe muito pouco ou nada.

Fica claro nos depoimentos que a fraude não ocorria apenas nos dados referentes ao número de alunos, mas também nos relatórios, cujos dados e informações eram modificadas e, nesse caso entendemos, falsificados, além de promoverem nas alterações as críticas detectadas pela equipe de pesquisa e avaliação dos projetos.

\* \* \*

Para compreendermos como se deu a relação entre as Coordenações Estaduais, a Central do Mobral e da Fundação Educar e os municípios interessamos por conhecer o vínculo do pessoal técnico administrativo e dos professores. Nesse momento, dedicamos nossa atenção aos vínculos dos técnicos e professores do Mobral e da Educar, e quais as políticas de atenção e redefinição das funções desses profissionais.

**VPB:** *A redução de pessoal se deu da seguinte maneira: ficaram todos na Educar. A ideia era ir, progressivamente, sacrificando, transferindo, demitindo e exonerando funcionários até acabar. Coisa que eu comecei a fazer, mas não fiz... naquele momento houve demissão voluntária, acho que teve sim no governo do Sarney. Quando o Sarney começou com demissão voluntária. Eu tenho a impressão de que no Mobral sim, demissão voluntária... Não me lembro bem agora não... Aqui no Rio só tinha funcionários do quadro permanente. O único terceirizado que teve aqui foi o Paulo Freire. Que não era pago. [risos]. [...] Os terceirizados na verdade eram os professores. O Mobral e a Educar nunca pensaram em fazer alguma coisa nesse sentido de tentar resolver esses problemas dos professores. A minha preocupação era essa. Eu disse pro ministro: "oh, ministro vamos começar a fazer uma limpeza nos quadros burocráticos", eu não precisava ter duas secretárias. Uma só. "... e essa grana que vai sobrar, vamos aplicar no professor". É que a base aqui é que era estrutura burocrática, não só aqui, mas em todo lugar, a política era forte de dar empregos. Na Educar eu ia começar a entrar nisso, mas aí eu ia bater de frente, e como bati. Eu me lembro, no dia seguinte, quando eu saí do Mobral, o Afonso Arinos, que era senador da República, me telefonou*

dizendo: ‘como é que você sai do Mobral...e não me avisa?...como é que você deixa esses idiotas fazerem isso?’

**JCBB:** *A Fundação Educar foi extinta..naquele desmonte que houve do estado brasileiro feito pelo Collor e a Educar entrou nessa. Hoje continua tendo movimentos de EJA, mas altamente descentralizados. O recurso é Federal, mas a execução é dos estados e dos municípios. Aqui na Bahia você tem o TOPA (Todos Pela Alfabetização), que muda o nome, mas que na verdade é um programa do Governo Federal como outros. A Fundação Educar entrou no contexto do desmanche do Governo Federal, na época do Collor. Nada contra a Educar, mas quem deve fazer EJA é mesmo o governo municipal, não é nem o estadual. Com os recursos e a colaboração do Governo Federal.*

**MRE:** *Mas aí até a chegada da Educar todos eram celetistas, mas muita gente era requisitada ou convidada. Havia uma boa receptividade. Quando foi para Educar já não era uma coisa assim tão chamativa, não chamava tanta atenção. Na época do Mobral era mais atrativo. Mas com a Fundação Educar houve uma grande redução de pessoal, muita gente depois foi devolvida aos seus órgãos de origem. Eu não lembro se foi na passagem do Mobral para Educar, mas foi depois. Não foi o meu caso, por que eu não pertencia a órgão nenhum, não. Eu entrei pela seleção, me submeti à prova. A Fundação Educar trabalhou com número menor de pessoal, é sim, podemos garantir que sim. Pela própria questão de irem reduzindo, reduzindo as ações.*

**ERA:** *Às vezes você voltava e o coordenador vinha dizendo “oh, não me mande mais essa pessoa”, que era muito comum. Quando terminou mesmo a FE, eu fiquei 9 meses em disponibilidade. Eu fui a que ficou menos tempo. Até fechar a porta da Urca, nós ficamos. Depois fomos para a disponibilidade. Os vários órgãos*

*apresentavam suas funções e nos convidavam para assumirmos nossas funções neles. Momento muito tenso... Até que a UFF fez um convite e nós criamos lá um Centro de Alfabetização Leitura e Escrita, para onde nós fomos.*

**MFRN:** *Era muito comum mesmo, chegava o pedido e de um coordenador pedindo sua demissão. Uma vez pediram minha demissão. Foi o Coordenador do Paraná. Chegou e disse, não me manda mais essa pessoa. [...] Aí com a Fundação Educar, os mais conservadores, estavam bem dentro do modelo do Mobral e começaram a criticar muito. Por que agora a gente vai para campo, vai sozinho, sem eles pra nos vigiar... sem dar a orientação que eles julgavam importantes, controlando tudo...*

Percebemos certa indiferença com extinção da Fundação Educar, além da descrença dos gestores naquilo que se propuseram a fazer, e a fazer, é claro, ocupando altas funções e cargos mantidos com os recursos públicos.

O número de servidores era grande com o Mobral, talvez devido ao grande número, extensão e diversidade de ações desenvolvidas, mas isso, ao mesmo tempo provoca-nos a deixar um questionamento acerca do por que trabalhar no Mobral era mais atrativo do que na Educar, se recebemos informações de que o Mobral era muito mais rígido, centralizador, controlador e, até mesmo, autoritário em relação à Fundação Educar? Seria sua amplitude de oportunidade para tirar alguma vantagem desse “pandemônio”?

Também percebemos o que é bastante clara, a sofrida submissão dos profissionais técnicos e professores àqueles que ocupavam os maiores cargos e funções, geralmente conseguidos a partir de indicações meramente “politiqueiras”. É lamentável como fica claro que essas autoridades têm pouco ou nenhum comprometimento com a educação de adultos, não acreditam nas possibilidades dessa modalidade de ensino e, quiçá, na educação pública brasileira em geral.

Mais uma vez é confirmado que os professores não possuíam nenhum vínculo com o Mobral ou com Fundação Educar, nem como celetista. Eram voluntários ou bolsistas. Segundo informações, eram os únicos que realmente eram

terceirizados. Com a extinção da Educar, os técnicos foram atuar em secretarias municipais ou estaduais, universidades federais e outros órgãos públicos, certamente graças às qualificações recebidas no Mobral e Educar; já os professores, todos ficaram sem seus empregos e não se sabe o que foram fazer para ganhar o sustento de vidas. Simplesmente ignorados e lançados à própria sorte pelas autoridades. O desrespeito para com esses profissionais, infelizmente, é evidente ao longo de toda a trajetória histórica da educação brasileira, inclusive nos dias atuais. E, ainda, se pergunta nesse país: por que a educação brasileira apresenta resultados tão aquém do desejado?

## 5 TESES ACERCA DA EXTINÇÃO DAS CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Ao refletir sobre o momento político do início da década de 1990 e a própria história da educação popular, podemos inferir teses acerca da extinção de políticas de alfabetização de adultos em massa, ou melhor, das campanhas sugeridas nos compromissos internacionais firmados pelos países membros da Unesco, desde o fim da II Guerra Mundial. A primeira tese baseia-se que, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o analfabeto passou a ter o direito de ser eleitor, e, por conta disso, não havia mais sentido investir em campanhas deste tipo, vistas no passado como “fábrica de eleitores”. A segunda tese é referendada a partir das primeiras medidas do Presidente Fernando Collor ao assumir o governo em 15 de Março de 1990, quando, numa “canetada”, extingue várias instituições da Administração Pública, entre elas a Fundação Educar, seguindo os modelos de uma política neoliberal em nascedouro no Estado brasileiro.

### 5.1 O Analfabeto agora é Eleitor

Os artigos 91 a 95 da primeira *Constituição Política do Império do Brasil*, de 1824, determinam quem são eleitores e elegíveis no país, sem nenhuma referência às pessoas analfabetas, o que também não garantia esse direito político, uma vez que a legitimidade é garantida a cidadãos brasileiros católicos, no gozo de seus direitos políticos, e que possuíam renda líquida superior a quatrocentos mil réis. Dessa forma, é possível inferir que uma pessoa analfabeta para ter seu direito político deveria ter situação financeira favorável e considerando que no Brasil Império o acesso à educação era restrito a alguns privilegiados naquela sociedade, conforme explicitam Paiva (2003) e Stephanou; Bastos (2005), é pouco provável que um analfabeto tivesse o direito de ser eleitor e ser elegível. Todas as Constituições seguintes, as de 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 não permitiram ao analfabeto ser eleitor e elegível, obedecendo a Lei

Saraiva de 1882. A Emenda Constitucional nº1, de 17 de Outubro de 1969, que altera a Constituição de 1967, não permitia o alistamento eleitoral dos analfabetos, no entanto, silenciou sobre a possibilidade de o analfabeto ser elegível, o que foi retificado apenas através de outra Emenda Constitucional, a de nº 25, de 15 de Maio de 1985. Essa “abertura jurídica” perdurou por mais de quinze anos, durante quase todo o período da ditadura militar, embora não se tenha conhecimento de que um analfabeto, mesmo sem direito de votar, tenha sido eleito para qualquer cargo público eletivo. A mesma Emenda, contudo, permitiu ao analfabetos o direito de votar, alterando o Art. 147 da Constituição em vigor na época, o qual teve a seguinte redação: "São eleitores os brasileiros que, à data da eleição, contém dezoito anos ou mais, alistados na forma da Lei.”.

A Constituição Federal em vigor estabelece:

“Art. 14 – A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual a todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito
- II – referendo
- III – iniciativa popular.

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

(...)

II – facultativos para:

- a) Os analfabetos

(...)

§ 4º - São inelegíveis, os inalistáveis e os analfabetos.

A Constituição de 1988 é a primeira Carta Magna brasileira que permite aos analfabetos o alistamento eleitoral e, por conseguinte, o direito de votar em todas as eleições para todos os cargos públicos no Brasil. Ao mesmo tempo, não permite que os mesmos sejam elegíveis, ou seja, os analfabetos brasileiros possuem capacidade eleitoral passiva.

Três anos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi sancionada a Lei nº 7.332, de 1º de Julho de 1985, a qual estabelecia normas para a realização de eleições municipais naquele ano, dispunha sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto. Essa Lei resgatou a eleição direta de prefeitos e vice-prefeitos nas capitais de Estados e Territórios, estâncias hidrominerais, nos

municípios dos Territórios e os considerados de interesse de segurança nacional e, ao mesmo tempo, dá o direito do analfabeto a ser eleitor somente naquela eleição:

Art 18 - O alistamento eleitoral passa a ser feito dispensando-se a formalidade de o próprio alistando datar o respectivo requerimento e, quando este não souber assinar o nome, aporá a impressão digital de seu polegar direito no requerimento e na folha de votação.

Parágrafo único. O mesmo sistema será utilizado no dia da votação para o eleitor que não souber assinar o nome.

Iniciados os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, convocada pelo então Presidente José Sarney para elaborar uma nova Constituição Federal, a questão acerca do direito do analfabeto de ser eleitor voltou a ser discutida e debatida. Até ser aprovado o texto constitucional, o tema foi objeto de duas subcomissões: a dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias, e a do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, e após várias discussões e defesas acaloradas sobre o assunto, o texto constitucional passou então a garantir, facultativamente, o alistamento eleitoral ao analfabeto, no entanto, não o permite ser elegível. Buscamos a manifestação do constituinte José Fogaça, acerca da não obrigação de votar e que levou a aprovação dessa forma:

“Sr. Presidente Srs. Constituintes, na verdade, por diversas vezes o Constituinte Paulo Delgado mencionou a expressão: o direito de votar. Mas é preciso salientar que o direito de votar é, plena e absolutamente, assegurado ao analfabeto. O que S. Exa. confundiu foi o exercício do direito com a obrigação de votar. O analfabeto tem o direito fundamental e inalienável de exercer o voto. O que ele não tem é a obrigação de votar. E por quê? Porque pode ocorrer que por desinformação, por inaccessos aos instrumentos que viabilizem o voto, o analfabeto deixe de exercer esse direito, deixe de votar. Sabemos que, para um cidadão analfabeto, muitas vezes o próprio exercício do direito de voto pode tornar-se difícil ou até inexecutável. Se ele deixar de votar, estará, então, submetendo-se a punições. Até no exercício da sua cidadania exige-se o título de eleitor, o registro do voto, para o exercício de diversos direitos correlatos. Se o cidadão analfabeto não tem o título e não tem o registro do voto, não pode exercer esses outros direitos. Se tornarmos o voto obrigatório para os analfabetos, estaremos dando a eles o efeito de uma punição e de um castigo. Aqui o que se quer é exatamente o contrário: é proteger. Por isso que o alistamento e o voto são facultativos. Isso compreende e significa que o direito de votar existe, o direito de votar é assegurado, o direito de votar é inalienável”. (Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 17 Ago 1988, p. 12657).



A colocação do constituinte acerca da facultatividade do alistamento eleitoral do analfabeto foi de encontro à proposição do também constituinte Paulo Delgado que defendia a obrigatoriedade do voto, o qual defendia condições de igualdade do analfabeto em relação aos alfabetizados, “para que não haja mais uma discriminação contra esses que, por culpa do sistema educacional brasileiro, não estão incorporados ao processo de educação formal” (Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 17 Ago 1988, p. 12657). É certo que a defesa de igualdade proposta por Delgado talvez seja mesmo reparar uma grande dívida do Estado com relação aos adultos que, por qualquer motivo, não foram alfabetizados quando crianças ou através de programas e campanhas de alfabetização de jovens e adultos. No entanto, o sentido de proteção defendido pelo relator José Fogaça é mais amplo, uma vez que além de permitir o alistamento eleitoral dos analfabetos, ele também os protege de não participar do pleito por motivo de desconhecimento, desinformação segura, ou até mesmo, inaccessos aos instrumentos de votação que, atualmente, são as urnas eletrônicas. No caso do alistamento obrigatório, a punição ao eleitor analfabeto seria dupla: a de não saber ler e escrever, por não ter tido acesso ao sistema educacional, além da de não comparecer à seção eleitoral para cumprir o dever constitucional de votar, devido a alguma dificuldade encontrada.

A Constituição de 1988, sem dúvida, dá o verdadeiro sentido ao termo sufrágio universal, quando permite o acesso das pessoas adultas analfabetas ao sistema eleitoral brasileiro. O jurista francês Georges Vedel escreveu sobre o assunto:

“Diz-se que o sufrágio é universal quando ninguém é excluído do direito do voto por razões de nascimento, de fortuna ou de instrução. Quando o direito de voto é reservado aos nobres, ele é aristocrático; quando ele é subordinado a uma certa situação de fortuna, ele é censitário; quando ele é subordinado à posse de certa instrução, ele é denominado de capacitário” (VEDEL, 1949, p. 133)

A discussão sobre a interpretação em torno do que se é a alfabetização é bem ampla. Para uns, significa apenas apor sua assinatura num documento, para outros, a capacidade de ler e entender a Constituição. A Unesco (1960), num documento sobre a situação educacional na América Latina, entendia o alfabetismo como “a aptidão para ler e escrever uma carta simples” (p. 264). No

caso do Brasil, enfim, a discussão da aptidão do analfabetismo para exercer o direito constitucional de acesso às urnas não fez referência a necessidade de uma avaliação através de um teste ou de uma prova. Importante salientar que outras leis brasileiras sempre foram condescendentes com o analfabeto, o que pode nos levar a refletir sobre o porquê de o analfabeto não poder se alistar, mas, desde a promulgação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), em 1943, o trabalhador analfabeto tem o direito de votar e ser votado nas eleições para a formação das diretorias dos sindicatos dos trabalhadores, além de não ser considerado incapaz absoluto ou relativo para a vida civil.

A história da educação popular brasileira do século XX apresenta e discute as nuances da relação alfabetização com a não participação dos adultos analfabetos nos pleitos eleitorais, além de ressaltar que as políticas públicas registravam a importância de o adulto ser um alfabetizado para que o mesmo tivesse acesso aos seus direitos políticos. Como já aqui relatado, o Estado brasileiro negava esses direitos aos homens e mulheres adultos analfabetos, no entanto, oportunizava, através de campanhas e projetos educacionais, a reversão dessa condição de inalistável para cidadão pleno de direito. Embora os números das campanhas, programas e projetos de alfabetização de jovens e adultos apresentados nos relatórios e em pesquisas acadêmicas possam justificar a oferta dessas ações educativas, bem como comemorar os “resultados alcançados”, a precariedade dessas políticas podem ser analisadas a partir de sua amplitude territorial e de seus pressupostos pedagógicos e metodológicos. O Brasil, de dimensões continentais e de pluralidade sociocultural, adotou políticas educacionais de “combate ao analfabetismo” com proposta e currículo único, que, de partida, mostra o descaminho iniciado, mesmo que essas políticas registravam a importância da valorização das características regionais no processo educativo dos jovens e adultos, entretanto produzia material didático a ser distribuído a todos os alunos do país, sem contemplar essa diversidade.

Ao exigir competência linguística de leitura e escrita para que um cidadão tivesse acesso à cidadania política, o Brasil, por outro lado, não garantia o devido acesso a educação pública e gratuita de qualidade para que as pessoas analfabetas pudessem reverter sua condição, além de não ofertar também educação regular para as crianças em idade escolar, o que, de certa forma, garantia índices de analfabetismo considerados vergonhosos para intelectuais e

políticos brasileiros, os quais, em seus discursos, pregavam a necessidade de superação, sem a devida adequação do sistema educacional. No final do século XIX, cerca de 85% da população brasileira era analfabeta e, segundo Paiva (2003, p. 85), o “ensino elementar era oferecido a apenas 10% da população”. Somente em 1988, a Carta Magna considerou a educação um direito público subjetivo, o que garante o acesso da população ao Ensino Fundamental público e gratuito.

O voto das pessoas analfabetas só foi garantido quando o país se fortaleceu democraticamente, exatamente ao término do período de exceção imposta pelos militares. É a partir do governo José Sarney e da promulgação da Constituição de 1988 que o Estado brasileiro adquire capacidade de governabilidade com a participação das classes desfavorecidas economicamente, substituindo a política de coerção por uma de persuasão, tendo em vista que a ampliação do Estado, especialmente nas relações do poder, leva uma socialização da política.

Paiva (2003) ressalta que, da CEAA ao Mobral, o Estado tem deixado claro a importância de campanhas de alfabetização de adultos no sentido de garantir o aumento de eleitores, sempre com o discurso de proporcionar “uma educação para a democracia” (p.209), ao mesmo tempo em que essas campanhas eram criticadas nos municípios, uma vez que o aumento de eleitores poderia causar um desequilíbrio “de forças entre os políticos locais” (p. 230). No caso da Fundação Educar, podemos inferir que talvez essa não tenha sido o principal ponto, uma vez que o Governo José Sarney, ao contrário dos ex-presidentes João Goulart e Castelo Branco – defensores do voto do analfabeto -, já assinalava sua defesa, ao promulgar lei que permitia o alistamento do analfabeto nas eleições municipais de 1985. No entanto, a Fundação Educar, a partir dos dados até aqui apresentados, foi somente uma repaginada do Mobral, ao invés da proposta mais audaciosa do PMDB de um programa diferenciado de alfabetização de adultos, com a “cara” de um país redemocratizado, de acordo com Paiva (2003, p. 404-5). Essa “repaginação” pode ser constatada já mesmo no Decreto que redenomina o Mobral em Educar, na manutenção da maioria dos artigos do Estatuto do Mobral e na continuidade da gestão da Fundação Educar, com os mesmos nomes do Mobral, ou seja, os ornamentos foram alterados, mas a essência era a mesma, tanto que pode ser comprovada com o depoimento dos entrevistados, embora

entusiastas pela nova instituição, mas que guardava, em seus cernes, a cultura da anterior.

A promulgação da atual Constituição se deu em outubro de 1988, pouco mais de um ano antes da extinção da Fundação Educar, que facultou ao analfabeto o direito de votar. Já a partir de 1989 não temos dados oficiais acerca das ações educativas implementadas e acompanhadas pela Fundação Educar, divulgados pelo MEC e compilados pelo IBGE. Nos anos subsequentes, o Censo não mais apresenta as ações da Educar em 1989 e início de 1990, o que nos leva a deduzir que a Educar, seja por razões políticas ou administrativas, já tinha entrado em extinção, mesmo antes da decisão do governo Collor. Pode-se supor que tenha sido uma lenta dissolução.

A extinção da Fundação Educar marca, sem dúvida, a extinção de campanhas de alfabetização de adultos no Brasil, o que coincide com a conquista do direito do voto ao cidadão analfabeto. Dessa forma, podemos estabelecer uma relação entre o direito de voto do analfabeto e a extinção das campanhas de alfabetização no Brasil, uma vez que a história política brasileira sempre foi permeada por interesses de grupos dominantes o que, para alguns, a alfabetização de jovens e adultos era importante somente por contribuir com o aumento de eleitores, o que para outros, era considerada uma ameaça. Embora a discussão acerca da relação entre aumento de eleitores e a possibilidade de redução do poder político local tenha existido especialmente até o início da década de 1960, as campanhas, como afere Paiva (2003), contribuíram para o acesso dos adultos à leitura e à escrita, em especial, nos seus primeiros cinco anos de funcionamento, quando existia certa quantidade de indivíduos que necessitavam de tais instrumentos e, por isso, não regrediram ao analfabetismo. A partir da década de 1990, podemos perceber que nenhum governo investiu diretamente em educação popular de massa. Após a extinção da Fundação Educar podemos perceber claramente que não houve mais nenhuma proposta de campanha para alfabetizar jovens e adultos, o que se constata, desde aquele momento até os dias atuais, são programas isolados de alfabetização de adultos, já que o interesse visivelmente se tornou ínfimo, uma vez que o analfabeto já é eleitor.

A Fundação Educar foi extinta no governo Fernando Collor que, por sua vez, propôs no mesmo Decreto a criação de um plano de alfabetização que, mais tarde, foi concebido como Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC). Na gestão de Fernando Henrique Cardoso, o Programa Alfabetização Solidária (AlfaSol), que, até os dias de hoje, é gerenciado por uma entidade de sociedade civil<sup>43</sup>. Com a ascensão do governo dos trabalhadores, liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, é criado o Programa Brasil Alfabetizado, em 2003, e tem sua continuidade no Governo Dilma. Tanto o PNAC, AlfaSol e o Brasil Alfabetizado não foram concebidos como campanhas de educação popular de massa.

## 5.2 O Desmantelamento do Estado no Governo Collor

Na Campanha Eleitoral para Presidente da República em 2002 e no início do primeiro mandato do Presidente Lula nunca se falou tanto em neoliberalismo no Brasil, especialmente em entrevistas e propagandas político-partidárias, quando esse termo era comumente usado para demonstrar uma política de atraso do desenvolvimento econômico e social. De acordo com Vianna (1991), Paula (2006) e Santos (2001), o neoliberalismo no Brasil foi efetivamente instalado em 1994, no governo Fernando Henrique Cardoso. Fernando Collor, ao tomar posse em 1990, demonstrou que era esse caminho que iria tomar, no entanto, não se considera a imposição do ditado neoliberal em seu governo.

O neoliberalismo teve origem nos Estados Unidos e na Europa, após a 2ª Guerra Mundial, e foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar, a partir de Friedrich Hayek<sup>44</sup>, contra qualquer limitação do Estado inglês em relação aos mecanismos de mercado, denunciada como uma ameaça à liberdade política e econômica. Foi o mesmo Hayek, segundo Anderson (1995), que convocou nomes adversários do Estado bem-estar e do New Deal americano, que fundaram a Sociedade de Mont Pèlerin, “uma espécie de franco-maçonomia neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada

---

<sup>43</sup> Sobre o Programa Alfabetização Solidária, consultar o site <http://www.alfabetização.org.br>.

<sup>44</sup> *O Caminho da Servidão* (1944).

dois anos” (p.10). A Sociedade passou então a combater o keynesianismo e o solidarismo, com objetivo de “preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (p.10). Os membros da sociedade defendiam que o bem-estar impunha sanções à prosperidade do Estado capitalista e, conseqüentemente, dos indivíduos, uma vez que obstruía a livre concorrência e a liberdade de seus cidadãos. Pouco mais de 25 anos depois, o mundo capitalista se vê diante de uma crise do modelo econômico até então soberano e caiu em longa e profunda recessão. É a partir de 1973 que o modelo neoliberal passa a ser referência nos países capitalistas europeus e da América do Norte, porque as raízes da crise estavam ligadas ao movimento operário e sindical que clamavam por melhores salários e investimentos na área social, o que levou prejuízo aos cofres das empresas e desencadeou aumento da inflação nesses países, além do aumento dos custos provocados pela crise do petróleo. Na década de 1980, ficam visíveis também algumas das conseqüências da revolução tecnológica, advinda da informática. Como o modelo preconizado por Hayek previa um Estado menos forte, o neoliberalismo passou a ser referência para romper o poder que insurgia no meio sindical e também na diminuição dos investimentos com os gastos e intervenções sociais. Em 1979, a Inglaterra elegeu o governo Margareth Thatcher, que intencionava publicamente em adotar uma política neoliberal. A vitória do neoliberalismo na Inglaterra abriu espaço para outras conquistas, como a de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Helmut Kohl, na Alemanha. Em pouco tempo quase toda a Europa, com exceção da Áustria e da Suécia, estavam sob o controle de políticos notadamente neoliberais. Anderson assinala que

no início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais (ANDERSON, 1995, p.14).

Ainda o autor, quando discute sobre a implantação de uma política neoliberal nos países da América do Sul, que, nas décadas de 1970 e 1980, estavam sob jugo de regimes militares, afirmou que “há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir democrática e não coercitivamente um

povo a aceitar políticas neoliberais mais drásticas. Este equivalente é a hiperinflação” (p.21) . Foi exatamente o que aconteceu no Brasil. O país já estava em processo de redemocratização, com o governo José Sarney, quando estouraram os índices inflacionários. Como se sabe, Sarney colocou em prática vários pacotes econômicos, a fim de estabilizar a economia brasileira, a partir de um controle inflacionário, os quais não lograram êxito. Em 15 de Março de 1990, na posse do primeiro presidente eleito, de forma direta, o governo edita mais um plano econômico, chamado Plano Collor, com os mesmos objetivos. É o primeiro passo para implantação de uma política neoliberal, o que Oliveira (1995) chama de neoliberalismo à brasileira.

O desconhecido então candidato à presidência e ex-governador de Alagoas, Fernando Collor fez sua campanha prometendo “caçar os marajás” do serviço público, e desde o início deu mostras como seria seu governo: “Em três meses, quero a direita indignada e a esquerda, perplexa”. Não foi necessário esperar os três meses. No primeiro dia de seu mandato, Collor editou, através de Medida Provisória, o Plano Collor confiscando o dinheiro de correntistas e de poupadores da caderneta de poupança (SANTOS, 2001) e, numa outra Medida Provisória, extinguiu entidades da Administração Pública Federal, sem exposição de nenhuma justificativa para tal ato. Em conjunto com autarquias e empresas públicas, Collor extinguiu também oito fundações, todas relacionadas com as áreas de educação e cultura: Fundação Nacional de Artes (Funarte), Fundação Nacional de Artes Cênicas (Funacen), Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), Fundação Cultural Palmares (FCP), Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória), Fundação Nacional Pró-Leitura (Pró-Leitura), a Fundação Museu do Café e a Fundação Educar. A extinção dessas fundações e das demais entidades da Administração Pública demonstra claramente que o Governo Collor pretendeu colocar em prática uma política neoliberal, uma vez que buscava um Estado isento de responsabilidade social, menos intervencionista e responsável pelo bem-estar de seus indivíduos, dessa forma poderia domar o ímpeto inflacionário herdado do governo anterior. Ao mesmo tempo, Collor inicia, dessa forma, um processo de desmantalamento do Estado em algumas áreas, sobretudo educação, cultura, transporte e infraestrutura.

A reforma dos primeiros dias do governo Collor foi feita com um organograma na mão e uma tesoura na outra. A extinção da Fundação Educar foi uma das medidas corretas, pois não mais vinha alcançando efetivamente seus objetivos, que

é alfabetizar os adultos, o que pode ser comprovado a partir da leitura de Lima (2003, p.84), quando afirma que a então Presidente da Educar, Leda Tajra, apresenta à equipe de transição do futuro governo Collor o documento intitulado “Alfabetizar é libertar”<sup>45</sup>, sem sucesso. O documento com os dados do analfabetismo no Brasil é contestado no lançamento das diretrizes da PNAC, quando são apresentados números contraditórios daqueles encaminhados por Leda Tajra.

\* \* \*

Ao eleger essas duas teses – o alistamento do eleitor e o desmantelamento do Estado - acerca da extinção da Fundação Educar e, conseqüentemente, das campanhas nacionais de alfabetização de adultos, acreditamos que não podem ser vistas e analisadas de formas distintas, mas sim conjuntamente, uma vez que os motivos aqui apresentados se aproximam. Se o voto do analfabeto é uma medida democrática da Constituição Federal de 1988, o desmantelamento do Estado vai em sentido inverso e atinge a Fundação Educar. Neste caso, estão presentes também outras questões e contradições num menor nível de consideração: o fim do ciclo mundial das campanhas e os resultados precários evidentes. No entanto, a extinção da Fundação Educar entra no conjunto de medidas políticas que compõem o quadro de desmantelamento do Estado.

O Brasil, mais maduro democraticamente e em consonância com o modelo capitalista de um mundo pré- globalização, tinha a necessidade de buscar um equilíbrio econômico e financeiro. O reconhecimento e a ampliação dos direitos políticos das pessoas adultas analfabetas tinham sido consolidados com a promulgação da Constituição, conhecida também como cidadã. O novo interesse político brasileiro já demonstrava que novas conquistas deveriam ser ampliadas, especialmente quanto ao desejo de combate à inflação, equilíbrio das contas públicas, o pagamento da dívida externa, que, em consequência, deveria proporcionar melhores condições de vida da população, dentre elas, um maior acesso à educação. Porém, a opção pela ideologia neoliberal não foi a melhor escolha dos governos pós-Nova República, uma vez que o Brasil seguiu os caminhos dos países desenvolvidos, com estrutura capitalista mais consistente, ou

---

<sup>45</sup> Documento produzido pela Fundação Educar para apresentação em evento nacional, em vistas às comemorações do Dia Internacional de Alfabetização.



melhor, em vez de os governos brasileiros investirem em áreas sociais, buscaram um caminho inverso, o do distanciamento de ações voltadas para o social, em favor de um Estado economicamente mais fortalecido. Cabe ressaltar que a extinção dos órgãos da Administração Pública Federal foi arbitrária, sem requisitos claros e definidos. Embora tenha sido acertada a extinção da Educar, outras instituições foram equivocadamente extintas, como no caso da Funarte<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Em dezembro de 1990, o Presidente Fernando Collor criou o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC), ligado diretamente à Secretaria de Cultura da Presidência da República. O IBAC englobava as ações da Funarte, da Fundação do Cinema Brasileiro e da Fundação Nacional de Artes Cênica. Em 1994, a sigla Funarte substituiu a sigla IBAC.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, acreditamos que seja importante ressaltar que o principal objetivo desta tese foi analisar as ações da Fundação Educar, entre os anos de 1985 e 1990, buscando perceber e compreender o motivo/razão da redenominação do Mobral em Educar; os processos de implantação de projetos de alfabetização de adultos em todo o Brasil; o porquê de sua extinção no dia da posse do Presidente Fernando Collor e, conseqüentemente, o fim das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil.

Certamente que, mesmo com as investigações realizadas nessa pesquisa, muito do que se questionou acerca da Fundação Educar e das campanhas de alfabetização de adultos implantadas no país, ainda permanecerão sem respostas ou esclarecimentos, dada à amplitude e repercussão do movimento de alfabetização de adultos que marcou o século XX da história da educação brasileira, bem como a inexistência ou dificuldade de acesso aos dados que poderiam elucidar, ainda melhor, alguns aspectos e reflexos de toda essa trajetória.

Faz-se, portanto, necessário afirmar que realmente era esperada uma mudança nos rumos da educação de jovens e adultos, sobretudo no Mobral, quando é instalada a Nova República, marco da redemocratização do Brasil, após os anos de exceção impostos pelos militares. No entanto, a redenominação do Mobral em Educar simplesmente demonstrou certo descaso do governo José Sarney com a alfabetização de adultos, tendo em vista os estudos e as críticas sobre o Mobral, e a simples reorganização de uma instituição que não atendeu efetivamente a clientela de adultos analfabetos daquela época.

Nesse caso, podemos afirmar que estamos diante da possibilidade de resposta para um de nossos questionamentos, que dentre outros, motivou essa investigação: desnudar informações que elucidassem os possíveis motivos que levaram à transformação do Mobral em Fundação Educar, uma vez que tornou-se bastante claro que o Mobral tinha muito mais serventia para empregar, formar e acolher pessoas íntimas de autoridades políticas daquele período, tanto que os fatos e relatos aqui apresentados revelam a amplitude das ações desenvolvidas pelo Movimento. Em alguns momentos da investigação, mediante relatos e

registros, chegamos a acreditar que realmente os envolvidos tinham um interesse ou acreditavam fazer alfabetização de pessoas adultas, considerando seus contextos e realidades de vida, tais como saúde, cultura, sustentabilidade, produtividade. Pensavam que a intenção da proposta do Mobral, em algum momento, pudesse estar atrelada a todas as condições de vida do adulto analfabeto, procurando promover o bem estar geral dessas pessoas, o que com a alfabetização apenas não seria possível. Porém, com um pouco mais de atenção e desprovido de entusiasmo, não foi difícil perceber que a última preocupação daqueles que dirigiam as ações do Mobral era com a dignidade das pessoas adultas analfabetas. A necessidade de abarcar cada vez mais os correligionários políticos foi ampliando as ações do Mobral, chegando ao ponto de não ser mais interessante para a nova política brasileira a manutenção daquela máquina gigantesca e sem um fim específico.

Mas como acabar com uma instituição e o que fazer com tanta gente que, agora, dependia do Mobral para se sustentar ou mesmo para se manter no poder? Tornou-se necessária, então, uma estratégia: acabar com o Mobral, transformando-o em uma nova instituição, nesse caso a Fundação Educar, que teria a função de, lentamente, extinguir com as ações do Mobral.

Com a transformação do Mobral em Fundação Educar forjou-se então uma aparente nova concepção político-social e educacional que nortearia esse processo de transformação, bem como um processo de implementação das principais ações da Fundação Educar, outra de nossas motivações para este estudo. Porém, o que se observa é que nenhuma nova concepção de alfabetização se propôs com a transformação do Mobral em Fundação Educar, haja vista que, as mesmas ideias e ações que já vinham sido desenvolvidas permaneceram e, ao invés de se criarem novas propostas de ações, o que ocorreu foi a progressiva extinção das variadas ações do Mobral. Muitas das quais, diga-se de passagem, fugiam totalmente ao escopo do Movimento.

Os dados encontrados em registros documentais e relatos durante essa investigação permitem-nos tais afirmações, pois foram feitas várias tentativas de extinção do Mobral e nenhuma delas se concretizou, exceto a sua transformação em Educar, como estratégia de transição para a extinção.

A posse de Tancredo Neves como primeiro presidente civil, após a ditadura militar, era esperada como a possibilidade de uma transformação social e política do país. Com seu falecimento, Sarney assume a presidência com o jargão “Tudo pelo Social”, sem, contudo, atender aos anseios e desejos de uma sociedade que clamava pela transformação e reestruturação das instituições do Brasil.

Na penúltima década do século XX, o Brasil ainda registrava índices vergonhosos de analfabetismo adulto, resultado de uma política educacional discriminatória, porque suas crianças e seus adultos ainda não tinham acesso pleno a todos os níveis e modalidades da educação. A Fundação Educar, responsável pelo financiamento, acompanhamento e supervisão dos projetos de alfabetização de jovens e adultos propostos, principalmente, pelas Prefeituras Municipais, manteve a estrutura física e de recursos humanos do Mobral, apesar deste ser tão criticado por não mais atender seu principal objetivo que era de alfabetizar uma parcela da população adulta.

Em relação às formas em que se processaram as ações da Fundação Educar durante sua existência, enquanto instituição financiadora da educação de jovens e adultos no Brasil, mais uma motivação dessa pesquisa, cabe registrar que, com a criação da Fundação Educar, houve um progresso em relação à dinâmica na tentativa de alfabetização de adultos. A Educar atenderia às demandas de ações educativas a partir da base, ou seja, ao invés de levar ou propor a uma comunidade ou município salas ou turmas de alfabetização, eram os municípios e organizações sociais que buscavam financiamento e condições de oferta de educação, a partir de uma realidade já detectada. Essa estratégia política é utilizada até hoje, não somente com a EJA, mas com outras modalidades de ensino, como por exemplo, o Brasil Alfabetizado e a Universidade Aberta do Brasil, quando um edital é aberto e recebe propostas de instituições interessadas na oferta de educação.

A Fundação Educar financiou projetos de alfabetização em todos os Estados brasileiros. No entanto, os números disponíveis de alunos atendidos foram colocados em dúvida nessa pesquisa, sobretudo quando apresentamos os índices de oferta por ano, a partir dos dados oficialmente divulgados pelo IBGE. É importante reforçar que os números apresentados sobre a Educar nunca foram coincidentes, tanto aqueles disponibilizados em pesquisas acadêmicas, quanto os do Núcleo de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas e do

IBGE, o que nos leva a duvidar em relação à seriedade da Fundação ao divulgar os relatórios de sua atuação.

Vale refletir também sobre a questão do tratamento diferenciado oferecido aos técnicos em relação aos professores alfabetizadores. Os técnicos da Fundação Educar tinham acesso a diversos cursos – até mesmo em níveis de graduação e pós-graduação - e eventos, no sentido de se qualificarem. No entanto, em relação à formação e capacitação dos professores, não encontramos nenhuma referência de que os mesmos tenham usufruído dos mesmos direito do quadro técnico da Fundação.

A política de publicação da Fundação Educar também não era clara em relação aos seus objetivos. Levantamos que os técnicos do quadro da Educar, bem como os convidados a participarem de ações específicas, tiveram publicadas obras de sua autoria pela Educar, mesmo quando elas não se referiam à educação de jovens e adultos, razão da existência da instituição.

Os sujeitos das entrevistas confirmaram, em muitos pontos, os documentos disponíveis nos arquivos do MEC e do INEP. Embora traídos pela memória, já não tão recente, os entrevistados demonstraram a capacidade técnica da Fundação Educar e o distanciamento com relação às ações pedagógicas em sala de aula.

A dificuldade de acesso a documentos e aos recursos humanos da Fundação Educar dificultou, em termos, nossa percepção acerca das razões ou motivos da sua extinção. A Fundação Educar foi extinta face à ausência de uma nova proposta de política pública de educação de jovens e adultos, o que não inviabiliza a possibilidade de afirmar que o investimento em grande escala na alfabetização de adultos no período de criação do Mobral, inegavelmente, se deveu ao fato de às pessoas adultas analfabetas serem restritas ao alistamento eleitoral, daí a justificativa para o investimento em alfabetização dessas pessoas ocorrido na época. Desde que o adulto analfabeto passou a ter o direito constitucional ao voto, não se realizou mais nenhuma campanha significativa de alfabetização de adultos no Brasil. A ideia que se tem hoje acerca das políticas públicas de alfabetização de adultos no País é de que houve um retrocesso. As ações para esse tipo de educação eram simplesmente desenvolvidas com base na solidariedade, no voluntariado, na religiosidade, na tutoria e até mesmo na adoção para com os adultos analfabetos. Todas as tentativas de elevação dos

níveis de escolaridade dos brasileiros, nos últimos anos, trazem esses ranços antigos como pano de fundo de suas concepções, em detrimento de uma política de governo comprometida com esses cidadãos e cidadãs de direito; uma política que preveja recursos financeiros e pedagógicos para a sustentação de ações, cujos objetivos sejam efetivamente o atendimento aos direitos dessas pessoas.

O que se pode afirmar também é que, ao assumir uma postura neoliberal, ao Governo Fernando Collor não interessava mais fomentar ações de cunho meramente social, uma vez que essa nova postura tende, prioritariamente, à isenção do Estado como executor de ações sociais. Dessa forma, o governo de Fernando Collor força, de forma arbitrária, a extinção da Fundação Educar e de outras entidades da Administração Pública de cunho social, educativo, cultural e de infraestrutura. Ao propor o PNAC, em substituição à Fundação Educar, o MEC, mais uma vez, se abstém de suas obrigações constitucionais, deixando a desejar quanto à sua eficiência na elaboração de uma política efetiva de alfabetização de jovens e adultos, que, definitivamente, atente e atenda de maneira eficaz à demanda real de adultos analfabetos no Brasil, o que denota o esboço de uma ideologia neoliberal, o que teve continuidade e efetividade nos governos posteriores.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. “Balanço do Neoliberalismo”. In: GENTILI, P.; SADER, E. (Org.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARÓSTEGUI, J. **A Pesquisa Histórica**: teoria e método. Trad. Andréa Dore. Bauru: Edusc, 2006.

BARDIN, L. **Análise do Conteúdo**. Trad. de Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1995.

BARRETO, T. V.; MONTENEGRO-FILHO, S.; SCARPA, P. S. **A Nova República**: visões da redemocratização. Recife: Ed. dos Autores, 2006.

BASTOS, O. (Org.). **Sarney**: o outro lado da história. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (1824)**. Disponível em [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)]. Acesso em 24 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891)**. Disponível em [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm)]. Acesso em 24 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)**. Disponível em [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm)]. Acesso em 24 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)**. Disponível em [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm)]. Acesso em 24 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)**. Disponível em [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm)]. Acesso em 24 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil (1967)**. Disponível em [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm)]. Acesso em 24 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)]. Acesso em 24 mar. 2012.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1**, de 17 de Outubro de 1969. Disponível em [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm)]. Acesso em 24 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 91.980, de 25 de Novembro de 1985. Redefine os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, altera sua denominação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 26 nov. 1985.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 92.374, de 06 de Fevereiro de 1986. Aprova o Estatuto da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 07 fev. 1986.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 92.544, de 15 de Abril de 1986. Altera o Estatuto da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 16 abr. 1986.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 95.669, de 26 de Janeiro de 1988. Altera o Estatuto da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 27 jan. 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 99.240, de 07 de Maio de 1990. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 08 maio 1990.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 76, de 02 de Abril de 1991. Dispõe sobre o pessoal inativo das autarquias e fundações públicas extintas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 03 abr. 1991.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.422, de 23 de Outubro de 1975. Dispõe sobre o salário-educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 24 out.1975.

\_\_\_\_\_. **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – 1986-1989**. Brasília: Presidência da República, 1986.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.440, de 27 de Outubro de 1964. Institui o Salário-Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 28 out.1964.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.029, de 12 de Abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e a dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 13 abr. 1990.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 151, de 15 de Março de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 16 mar. 1990.



CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.  
 “Universidades Brasileiras Associadas ao CRUB”. Disponível em  
[\[http://www.crub.org.br/interna.php?id=40\]](http://www.crub.org.br/interna.php?id=40). Acesso em 03/06/2009.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer n. 603/89 – CESu**. Brasília:  
 Ministério da Educação, 1989.

CUNHA, E.P.; CUNHA, E.S.M. “Políticas Públicas Sociais”. In: CARVALHO, A. *et  
 alli* (Orgs.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ECHEVERRIA, R. **Sarney: a biografia**. São Paulo: Leya, 2011.

ERA. **Entrevista concedida a Mauro Roque de Souza Junior**. Rio de Janeiro,  
 em 11 de Novembro de 2011.

FAUSTO, B. “Completa-se a Transição: o Governo Sarney 1985-1989”. In:  
**História do Brasil**. 12.ed. São Paulo: Ed.USP, 2006.

FUNDAÇÃO EDUCAR. **Cartilha do Programa de Educação Básica da  
 Fundação Educar**. Brasília: MEC, 1987-a.

\_\_\_\_\_. **Objetivos e Conteúdos do Programa de Educação Básica da  
 Fundação Educar**. Brasília: MEC, 1987-b.

\_\_\_\_\_. **A Experiência dos Bairros Populares de Salvador e outras notícias**.  
 Salvador: MEC, s/d.

\_\_\_\_\_. **A Experiência do CECUP**. Salvador: MEC, s/d.

\_\_\_\_\_. **Itabuna – Três Anos de Experiência**. Salvador: MEC, s/d

\_\_\_\_\_. **Concurso Paulista de Textos Populares**. São Paulo: MEC, 1988-B.

\_\_\_\_\_. **Fundação Educar, um ano de experiência na Bahia**. Salvador: MEC,  
 s/d.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Político-Pedagógicas**. Brasília: MEC, 1986.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para uma Política Nacional de Educação Básica de Jovens  
 e Adultos**. Brasília: MEC, 1988-A.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas da Educação de Jovens e Adultos no Contexto  
 Brasileiro de Mudanças**. Brasília: MEC, 1987-c.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual de Atividades da Área Técnico-Pedagógica**. Brasília:  
 MEC, 1988. Mimeo.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades – 1º Semestre**. Brasília: MEC, 1989. Mimeo.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.  
**Anuário Estatístico do Brasil 1986**. 2ªed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.  
**Anuário Estatístico do Brasil 1987-1988.** Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico do Brasil 1989.** Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico do Brasil 1990.** Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

GALVÃO, A.M.O.; DI PIERRO, M.C. **Preconceito contra o Analfabeto.** São Paulo: Cortez, 2007.

GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da Exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 2007.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M.C. “Escolarização de Jovens e Adultos”. In: **Revista Brasileira de Educação.** nº 14, p. 108-130. Maio/Ago, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS.  
**Políticas Públicas e Educação.** Brasília: INEP, 1987.

JCBB. **Entrevista concedida a Mauro Roque de Souza Junior.** Salvador, em 14 de Junho de 2011.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber:** Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sulf; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LIMA, M.R. **A Fundação Educar na Paraíba:** histórias e memórias. João Pessoa: UFPB, 2003. Dissertação de Mestrado.

LOVISOLO, H. “A Educação de Adultos entre Dois Modelos”. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo (67):23-40, novembro 1988.

MACIEL, M. **Educação e Liberalismo.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

MFRN. **Entrevista concedida a Mauro Roque de Souza Junior.** Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação para Todos:** caminho para mudança. Brasília: MEC, 1985.

MRE. **Entrevista concedida a Mauro Roque de Souza Junior.** Rio de Janeiro, em 01 de Agosto de 2011.

NÚCLEO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Relatório sobre a Situação Social do País – Brasil, 1985.** Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1987. Vol. II.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre a Situação Social do País – Brasil, 1986.** Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1988.

OLIVEIRA, F. “Neoliberalismo à brasileira”. In: GENTILI, P.; SADER, E. (Org.). **Pós-Neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org). **Perspectivas e Dilemas da Educação Popular**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

OFFE, Claus. "Sistema Educacional, Sistema Ocupacional e Política da Educação: contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional". Trad. Vanilda Paiva. In: **Educação & Sociedade**: Revista Quadrimestral de Ciência da Educação, Ano XI, n. 35, Abr/1990.

PAULA, J.A. "A longa servidão: a trajetória do capitalismo no Brasil". In: PAULA, J.A. (Org.). **Adeus ao Desenvolvimento**. São Paulo: Autêntica, 2006.

PENNA, L.A. **O Averso do Poder**: a história republicana através da imprensa oposicionista. Rio de Janeiro: Publit, 2008.

\_\_\_\_\_. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SANTOS, W.G. **Horizonte do Desejo**: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

\_\_\_\_\_. **O ex-Leviatã Brasileiro**: do voto disperso ao clientelismo concentrado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

STEPHANOU, M; BASTOS, M.H.C. (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. 3v.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS. **Reflexões Teóricas e Metodológicas sobre a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Fundação Educar, 1985.

SENADO FEDERAL. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI MOBREAL), criada pela Resolução nº 48/1975. **Diário do Congresso Nacional – Seção II**. Brasília, DF. 11 maio 1976.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUZA, A. P. V. **Alfabetização de Jovens e Adultos em Mato Grosso**: uma leitura das campanhas oficiais de 1947 a 1990. Cuiabá: UFMT, 2007. Dissertação de Mestrado.

UNESCO. **La Situación Educativa en America Latina**. Paris: Unesco, 1960.

\_\_\_\_\_. **Proyecto de Informe Final**. Quarta Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. Paris, 19-29 mar., 1985.

\_\_\_\_\_. **Rapport Sommaire de la Conférence Internationale de L'Éducation des Adultes**. Paris: Unesco, 1949. Publicação nº 407.

\_\_\_\_\_. **Resolutions Adopted by the General Conference During its Second Session**. Paris: Unesco, 1948.

VIANNA, L.W. ***De um Plano Collor a outro***. Rio de Janeiro: Revan, 1991

VEDEL, G. ***Manuel de Droit Constitutionnel***. Paris: Librairie Du Recueil Sirey, 1949.

VPB. ***Entrevista concedida a Mauro Roque de Souza Junior***. Rio de Janeiro, em 06 de Maio de 2011.



## Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos Entrevistados

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

(de acordo com as Normas da Resolução nº 196 do Conselho Nacional de Saúde, de 10 de Outubro de 1996).

O(A) Senhor(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “**A FUNDAÇÃO EDUCAR E A EXTINÇÃO DAS CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL**”. Este estudo faz parte de um projeto de pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O (A) Senhor(a) foi selecionado (a) por ter participado diretamente das ações da Fundação Educar, entre os anos de 1985 a 1990. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento o(a) senhor(a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o(a) pesquisador (a) e nem com qualquer setor desta Instituição.

Os objetivos deste estudo são: analisar as ações da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar), entre os anos de 1985 e 1990, buscando perceber e compreender o motivo/razão da transformação da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em Educar, os processos de implantação de projetos de alfabetização de adultos por todo o país, o porquê sua extinção no dia da posse do Presidente Fernando Collor e como se deu o fim das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de uma entrevista semi-estruturada e/ou depoimento. Não há riscos relacionados à sua participação nesta pesquisa. A sua participação poderá contribuir para o estudo de políticas públicas educacionais.

As informações obtidas por meio desta pesquisa serão divulgadas no trabalho de Tese, com a sua devida aprovação e consentimento.

Participar desta pesquisa **não** implicará em nenhum custo para você, e, como voluntário, o(a) senhor(a) também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Você receberá uma cópia deste termo com o e-mail de contato, onde os professores que acompanharão a pesquisa poderão ser encontrados para maiores esclarecimentos.

MAURO ROQUE DE SOUZA JUNIOR

Pesquisador Responsável – E-mail: maurorsj@gmail.com

Endereços e telefones institucionais:

1) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios.

Rua Dr. Waldir Peçanha, 54 – 4º Andar – Centro – Três Rios/RJ

Telefone: (24) 2251-3502

2) Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana/ UERJ.

Av. São Francisco Xavier, 540, 12º andar, sala 12 111, Maracanã – Rio de Janeiro/RJ

Telefone: (21) 2234-2270

**Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

---

## Anexo B – Modelo do Convênio entre a Fundação EDUCAR e as Instituições



CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EDUCAR E O (A)

NA FORMA ABAIXO:

A FUNDAÇÃO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EDUCAR, doravante denominada simplesmente EDUCAR, com sede na SCLRN, 704/705, Bl. H Lojas 33/43, na Cidade de Brasília - DF, CGC nº 34.103.010/0035-13, neste ato representada por sua Presidente, Profa. LÊDA MARIA CHAVES TAJRA, ou seu representante legal,

e  
doravante denominada simplesmente  
, neste ato representada por  
resolvem firmar o presente convênio, sujeitando-se às normas do Decreto Lei nº 2.300/86 e suas atualizações, e do Decreto nº 93.872/86, no que couber, mediante as cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a ação conjunta entre a EDUCAR e , no que se refere às ações educativas, conforme especificado no Projeto em anexo ao presente convênio e do qual é parte integrante para todos os efeitos.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS COMPETÊNCIAS

I - À EDUCAR, compete:

- a) acompanhar e analisar os instrumentos de aplicação dos recursos financeiros, destinados ao desenvolvimento das ações educativas;

**FUNDAÇÃO  
EDUCAR**

2.

- b) prestar cooperação técnica ao órgão conveniente, de acordo com as definições especificadas no projeto;
- c) analisar as propostas educativas apresentadas pelo órgão conveniente, observando os princípios metodológicos de educação de adultos;
- d) prestar cooperação de recursos materiais definidos no Projeto, para o desenvolvimento das ações educativas;
- e) acompanhar, controlar e avaliar o desenvolvimento das ações educativas executadas pelo órgão conveniente.

II - A(O) compete:

- a) elaborar o Projeto para o desenvolvimento das ações educativas voltadas para a educação de jovens e adultos;
- b) elaborar relatórios apresentando o desenvolvimento das ações educativas, conforme definições constantes no Projeto;
- c) responsabilizar-se pelo desenvolvimento das ações educativas, compreendendo todas as fases do Projeto;
- d) responsabilizar-se pelos recursos materiais e financeiros para o desenvolvimento das ações educativas definidas no Projeto;
- e) mobilizar, selecionar e capacitar os professores e supervisores responsáveis pelo desenvolvimento das ações educativas;
- f) mobilizar e organizar as classes para o atendimento de educação básica de jovens e adultos, observando os diferentes níveis de aprendizagem dos alunos;



3.



CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Para a realização das ações educativas previstas no projeto integrante deste instrumento, a EDUCAR transferirá à  
recursos no valor de Cz\$

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente convênio, será atendida, no corrente exercício financeiro, à conta da Dotação consignada no vigente orçamento geral da EDUCAR, Elemento de Despesa nº

PARÁGRAFO PRIMEIRO - EMPENHO: Para esse fim, foi emitida a Nota de Empenho nº , no valor de Cz\$

PARÁGRAFO SEGUNDO - RECURSOS: Os recursos mencionados nesta cláusula serão liberados após assinatura do CONVÊNIO conforme cronograma de desembolso e plano de aplicação aprovado, parte integrante do presente instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - DESPESAS NOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES: Nos exercícios futuros, a despesa correrá à conta das dotações orçamentárias que forem prestadas para atender a obrigação da mesma natureza.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O(A) apresentará à EDUCAR, prestação de contas na forma determinada na I.N./STN/nº10/87

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos casos de rescisão, a prestação de contas será apresentada de imediato.

4.

**FUNDAÇÃO  
EDUCAR**

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo saldo financeiro, a o devolverá à EDUCAR, através de cheque comprado, nominal à Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, pagável na praça do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

Este convênio terá a duração de meses, a partir de sua assinatura, podendo ser renovado por mútuo acordo das partes convenientes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos que surgirem na vigência deste convênio serão solucionados de comum acordo entre os convenientes por meio de instrumentos específicos.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este Convênio poderá, também, ser rescindido a qualquer tempo, por interesse das partes, bem como nos casos de descumprimento pelos convenientes de qualquer das obrigações assumidas.

CLÁUSULA NONA - DA DENUNCIÇÃO

Este convênio poderá, ainda, ser denunciado a qualquer tempo (conforme art. 57 do Dec. nº 93.872/86, e alínea "d" do item 01, da IN nº 10/87/STN) ficando as convenientes responsáveis, somente pelas obrigações pactuadas e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente deste instrumento.

CLÁUSULA NONA - DESPESA COM PESSOAL

Correrão por conta exclusiva do executor do presente instrumento, todas as despesas oriundas do contrato de trabalho e seus encargos sociais sejam salariais, fiscais, previdenciais ou trabalhistas. pre de pre

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

Este convênio deverá ser publicado no D.O.U. na forma do que dispõe o § 1º do Art. 51 do Dec. Lei nº 2.300/86.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília, DF, para solução de qualquer questão oriunda do presente instrumento em (quatro) vias de igual teor, perante duas testemunhas. solu 04

Brasília-DF, de de 1988

\_\_\_\_\_  
EDUCAR  
\_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

CONVENIO

FUNDAÇÃO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EDUCAR

e

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
--------------------------

1a. Parcela - Cz\$

2a. Parcela - Cz\$

3a. Parcela - Cz\$

TOTAL DAS PARCELAS - Cz\$

---

EDUCAR

---

CONVENIENTE

## Anexo C – Modelo do Projeto de Educação Básica

1.0	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
-----	------------------------

1.1	INFORMAÇÕES GERAIS
MUNICÍPIO _____	
ENTIDADE CONVENIENTE _____	
NATUREZA JURÍDICA _____	
CGC _____	
ENDEREÇO _____	
(Rua, Nº, Bairro)	
(Ponto de Referência)	
CEP _____ TELEFONE _____	
NOME DO PROJETO _____	
ETAPA:	
1ª	2ª
3ª	

1.2	INFORMAÇÕES BANCÁRIAS
NOME DO BANCO _____	
CÓDIGO DO BANCO _____	
NOME DA AGÊNCIA _____	
CÓDIGO DA AGÊNCIA _____	
Nº DA CONTA _____	

1.3	INFORMAÇÕES SOBRE O RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE
NOME _____	
ENDEREÇO RESIDENCIAL _____	
(Rua, Nº, Bairro)	
DISTRITO _____ MUNICÍPIO _____	
CEP _____ TELEFONE _____	
PROFISSÃO _____ ESTADO CIVIL _____	
IDENTIDADE _____ CPF _____	

1.4	COORDENADOR DO PROJETO	
NOME _____		
ENDEREÇO _____ (Rua, nº, bairro)		
MUNICÍPIO _____		CEP _____ TELEFONE _____
ESCOLARIDADE:	1º GRAU <input type="checkbox"/>	2º GRAU <input type="checkbox"/>
		3º GRAU <input type="checkbox"/>
ESPECIALIZAÇÃO: _____		

1.5 - OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NO PROJETO
--

NOME DA ENTIDADE	TIPO DE PARTICIPAÇÃO

1.6 - APOIO SOLICITADO À EDUCAR
---------------------------------

APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

APOIO FINANCEIRO

MATERIAL DIDÁTICO









06

5.0	M E T O D O L O G I A
-----	-----------------------

5.1 - Material didático a ser trabalhado:

- a) Material didático da Fundação Educar
- b) Construção de material didático próprio
- c) Combinação das duas alternativas

5.2 - PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5.3 - ESTRUTURAÇÃO DA AÇÃO

ETAPAS	DURAÇÃO	CARGA HORÁRIA	
		DIÁRIA	TOTAL
1ª			
2ª			
3ª			

6.0. ACOMPANHAMENTO DO PROJETO
--------------------------------

## 6.1. CAPACITAÇÃO

Proposta da EDUCAR Proposta Própria 

Detalhamento da proposta própria:

ATIVIDADES	CARGA HO RÁRIA	CONTEÚDOS	TÉCNICAS

## 6.2. SUPERVISÃO:

Nº DE ELEMENTOS ENVOL VIDOS POR FUNÇÃO:	FREQUENCIA DE VISITAS AS CLASSES		FORMA
	Z. URBANA	Z. RURAL	

6.3.	AVALIAÇÃO:
------	------------

6.3.1. - Aluno:

---

---

---

6.3.2. - Professor:

---

---

---

6.3.3. - Supervisor:

---

---

---

6.3.4. - Entidades Convenentes:

---

---

---

---

7.0 – RESPONSABILIDADES DO ORGÃO CONVENENTE:

---

- Recrutar e manter o espaço físico dentro dos padrões técnicos e de higiene
  - Manter o mobiliário em quantidade e tipo adequado ao grupo e os equipamentos básicos (quadro-de-giz, esponja, iluminação, etc.)
  - Recrutar e selecionar os professores e supervisores
  - Mobilizar os alunos e organizar as classes
  - Supervisionar e avaliar as atividades realizadas
  - Facilitar as ações de apoio técnico e acompanhamento do projeto pela EDUCAR
  - Expedir certificado no final do Programa
  - Enviar relatório das atividades técnico-pedagógicas e administrativas para a EDUCAR
  - Prestar contas à Fundação EDUCAR das verbas recebidas através de documentos comprobatórios
  - Outros
-

2.0.	DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS
------	------------------------------------

ELEMENTOS ENVOLVIDOS	QUANTIDADE		
	ENTIDADE CONVENIENTE	EDUCAR	OUTRAS
TOTAL:			

3.0.	RECURSOS MATERIAIS
------	--------------------

DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS:	QUANTIDADE	
	ENTIDADE CONVENIENTE	EDUCAR

OBS:

10.0 Recursos Financeiros

ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	UNIDADE DE CALCULO	VALOR UNITARIO (CZ\$)	TOTAL DE UNIDADES	VALOR TOTAL DO ORGAO CONVENIENTE	DA EDUCAR
TOTAL						

